

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO
SANTO**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Ordinárias Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU no 63/2010, Resoluções TCU nº 234/2010 e nº244/2011; Decisões Normativas TCU nº119//2012, nº 121/2012 e nº124/2012; Portaria nº150/2012 emitida pelo TCU e Portaria nº133/2013 emitida pela CGU.

Vitória, Março de 2013

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ.....	9
1.1 INTRODUÇÃO.....	11
1.2 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	12
1.2.1 Objetivos.....	12
1.3 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS.....	13
1.4 ARQUITETURA ESTRATÉGICA.....	14
1.5 ORGANOGRAMA.....	14
1.5.1 Conselho Superior.....	15
1.5.2 Colégio De Dirigentes.....	16
1.5.3 Conselho De Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação E Extensão.....	16
1.5.4 Conselho De Gestão Do Campus.....	16
1.5.5 Reitoria.....	16
1.5.5.1 Reitor.....	16
1.5.5.2 Gabinete do Reitor.....	17
1.5.5.3 Assessorias.....	18
1.5.5.4 Pró-Reitorias.....	20
1.5.6 Órgãos De Assessoramento.....	33
1.5.7 Órgãos De Controle.....	34
1.5.7.1 Auditoria Interna.....	34
1.5.8 Comissão Própria De Avaliação.....	34
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS DA UJ.....	35
2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	36
2.1 INDICADORES DE GESTÃO.....	36
3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	38
3.1.1 Informações sobre a estrutura de controle interno.....	38
4 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	40
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	40
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	41
4.3 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	41
4.3.1 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	42
4.3.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	43
4.3.3 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ.....	44
4.4 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	47
4.4.1 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ.....	47
4.4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa.....	49
4.4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	49
4.4.2.2 Programação de Despesas Correntes.....	49
4.4.2.3 Programação de Despesas de Capital.....	50
4.4.2.4 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	50
4.4.2.5 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	51
4.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA.....	52
4.5.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários.....	52
4.5.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	52
4.5.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	53
4.5.1.3 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	54
4.5.1.4 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	54
4.5.1.5 Análise crítica.....	55
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	55
5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	55

5.2	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	55
5.3	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	56
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	56
5.4.1	Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos.....	56
5.4.2	Suprimento de Fundos – Visão Geral.....	57
5.4.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	57
5.4.4	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”.....	58
5.5	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	58
5.6	GESTÃO DE PRECATÓRIOS.....	58
6	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	59
6.1	FORÇA DE TRABALHO.....	59
6.2	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO.....	60
6.3	CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS.....	61
6.4	QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA.....	61
6.5	QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE.....	62
6.6	CUSTOS DE PESSOAL.....	63
6.7	SERVIDORES INATIVOS.....	64
6.8	INSTITUIDORES DE PENSÃO.....	64
6.9	ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU.....	65
6.10	ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU.....	65
6.11	REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC.....	66
6.12	ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU.....	67
6.13	ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO.....	67
6.14	CARGOS COM OCORRÊNCIA DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS.....	67
6.15	TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS POR OCORRÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO.....	68
6.16	AUTORIZAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.....	69
6.17	INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	69
6.18	INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	73
6.19	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	74
6.20	TERCEIRIZADOS IRREGULARES.....	74
6.20.1	Providência Adotadas Para Substituição De Servidores Terceirizados Irregulares.....	74
7	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	75
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	75
7.1.1	Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	75
7.1.2	Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros.....	76
7.2	DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL.....	77
7.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.....	77
8	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	79
9	GESTÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	82
9.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS.....	82
9.2	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	83
10	CONFORMIDADE E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	88
10.1	ESTRUTURA E ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA.....	88
10.2	INFORMAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU.....	89
11	DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO E ENTREGA DA DBR.....	110
12	MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	111
13	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	111
13.1	DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	111
13.2	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – DECLARAÇÃO COM RESSALVA.....	112
14	OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	113
14.1	INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005.....	113

15	INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS.....	117
15.1	PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO.....	117
15.2	PRÓ-REITORIA DE ENSINO.....	118
15.2.1	Perfil da Pró-reitoria de Ensino.....	118
15.2.2	Motivação e Objetivos.....	119
15.2.3	Organização da Pró-Reitoria.....	119
15.2.4	Ações no exercício.....	119
15.2.1	Outras informações.....	150
15.3	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO.....	151
15.3.1	Perfil da Pró-reitoria.....	151
15.3.2	Organização da Pró-Reitoria.....	151
15.3.2.1	Ações.....	151
15.3.2.1-	Ações futuras.....	154
15.4	PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	155
15.4.1	Diretoria de Planejamento.....	155
15.4.1.1	Gerência de Planejamento Institucional (GPLAN).....	156
15.4.2	Diretoria de Tecnologia da Informação.....	157
15.4.3	Diretoria de Gestão de Pessoas.....	158
15.5	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO.....	160
15.5.1	Diretoria de Extensão Tecnológica.....	160
15.5.1.1	Apresentações, Publicações, Exposições em feiras, Visitas Técnicas.....	160
15.5.1.2	Inventores Independentes.....	161
15.5.1.3	Projetos/ Captação de recursos.....	162
15.5.1.4	Produções.....	163
15.5.2	Direc – Diretoria De Relações Empresariais E Extensão Comunitária.....	163
15.5.3-	Coordenadoria De Relações Públicas.....	166
15.5.3.1-	Relatório De Evento.....	166
15.6	HISTÓRICO.....	171
15.6.1	Campus Alegre.....	171
15.6.2	Campus Aracruz.....	172
15.6.3	Campus Cachoeiro.....	173
15.6.4	Campus Cariacica.....	173
15.6.5	Campus Colatina.....	174
15.6.6	Campus Guarapari.....	175
15.6.7	Campus Ibatiba.....	176
15.6.8	Campus Itapina.....	177
15.6.9	Campus Linhares.....	177
15.6.10	Campus Nova Venécia.....	178
15.6.11	Campus Piúma.....	178
15.6.12	Campus Santa Teresa.....	179
15.6.13	Campus São Mateus.....	179
15.6.14	Campus Serra.....	180
15.6.15	Campus Venda Nova Do Imigrante.....	180
15.6.16	Campus Vila Velha.....	181
15.6.17	Campus Vitória.....	182
15.7-	INDICADORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	182
15.7.1	Perfil dos alunos.....	182
15.7.1.1	Alunos Por Gênero.....	183
15.7.1.2	Alunos Por Área De Procedência Urbana Ou Rural.....	183
15.7.1.3	Alunos Por Procedência Escolar.....	184
15.7.1.4	Alunos Por Faixa Etária.....	185
15.7.1.5	Renda Familiar Per Capita.....	186
15.7.1.6	Alunos Por Etnia.....	187
15.7.2	Atendimento ao Discente.....	188
15.7.2.1	Política de Assistência Estudantil - PROEN.....	188
15.7.2.2	Programas Específicos.....	188
15.7.2.3	Programas Universais.....	198
15.7.2.4	Necessidades Especiais.....	200

15.7.2.5- Reserva de Vagas.....	201
15.8INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS.....	202
15.8.1Quantidade De Servidores Capacitados.....	202
15.8.2Carga Horária Média De Capacitação.....	203
15.8.3Valor Médio Por Capacitação.....	203
15.8.4Titulação.....	204
15.8.5Carga Horária De Trabalho.....	205
15.8.6Nível De Classificação Dos Técnicos Administrativos Em Educação.....	206
15.8.7Outras Informações.....	207
15.9INDICADORES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES SOBRE INFRAESTRUTURA.....	208
15.9.1Despesas Correntes E De Capital.....	208
15.9.2Bens Móveis E Imóveis.....	208
15.9.3Informações De Infraestrutura.....	210
15.9.3.1Ocupação do Terreno do Campus.....	210
15.9.3.2Ocupação da área construída.....	211
15.10INFORMAÇÕES SOBRE ACERVO BIBLIOGRÁFICO.....	212
15.10.1Estrutura Das Bibliotecas.....	212

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	9
Tabela 2: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	38
Tabela 3: Programa de Governo constante do PPA – Temático.....	40
Tabela 4: Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ.....	41
Tabela 5: Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	41
Tabela 6: Programa de Governo constante do ppa – Temático.....	42
Tabela 7: Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ.....	42
Tabela 8: Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ.....	43
Tabela 9: Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	44
Tabela 10: Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção.....	47
Tabela 11: Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ.....	47
Tabela 12: Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	49
Tabela 13: Programação de Despesas Correntes.....	49
Tabela 14: Programação de Despesas de Capital.....	50
Tabela 15: Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência.....	50
Tabela 16: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	51
Tabela 17: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	52
Tabela 18: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários.....	53
Tabela 19: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	54
Tabela 20: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação.....	54
Tabela 21: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	55
Tabela 22: Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	55
Tabela 23: Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	57
Tabela 24: Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	57
Tabela 25: Força de Trabalho.....	59
Tabela 26: Situações que reduzem a força de trabalho.....	60
Tabela 27: Cargos em comissão e funções gratificadas.....	61
Tabela 28: Servidores por faixa etária.....	61
Tabela 29: Servidores por nível de escolaridade.....	62
Tabela 30: Custos de pessoal.....	63
Tabela 31: Servidores inativos.....	64
Tabela 32: Instituidores de Pensão.....	64
Tabela 33: Atos sujeitos ao registro do TCU.....	65
Tabela 34: Atos sujeitos a comunicação do TCU.....	65
Tabela 35: Regularidade dos atos no Sisac.....	66
Tabela 36: Atos sujeitos à remessa física ao TCU.....	67
Tabela 37: Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	67
Tabela 38: Cargos com ocorrência de servidores terceirizados.....	68
Tabela 39: Terceirizados substituídos por ocorrência de concurso público.....	68
Tabela 40: Autorização para substituição de terceirizados.....	69
Tabela 41: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva - Reitoria.....	69
Tabela 42: Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	73

Tabela 43: Composição do quadro de estagiários.....	74
Tabela 44: Distribuição espacial dos bens imóveis.....	77
Tabela 45: Distribuição espacial dos bens imóveis.....	77
Tabela 46: Gestão da Tecnologia da Informação.....	79
Tabela 47: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	82
Tabela 48: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	83
Tabela 49: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	89
Tabela 50: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	90
Tabela 51: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	91
Tabela 52: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	92
Tabela 53: Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	92
Tabela 54: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	94
Tabela 55: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	95
Tabela 56: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	96
Tabela 57: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	97
Tabela 58: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	98
Tabela 59: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	98
Tabela 60: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	100
Tabela 61: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	102
Tabela 62: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	103
Tabela 63: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	104
Tabela 64: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	105
Tabela 65: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	106
Tabela 66: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	107
Tabela 67: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	108
Tabela 68: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	109
Tabela 69: Demonstrativo de cumprimento e entrega da DBR.....	110
Tabela 70: Indicadores de Gestão das IFET.....	113
Tabela 71: Ações no Exercício de 2012 - PROEN.....	119
Tabela 72: Ações no Exercício de 2012 - CEAD.....	140
Tabela 73: Ações Previstas para o Exercício de 2012 - PROEN.....	146
Tabela 74: Ações Previstas para o Exercício de 2012 - CEAD.....	148
Tabela 75: Ações no Exercício de 2012 - Diretoria de Pós-graduação.....	151
Tabela 76: Ações no Exercício de 2012 - Diretoria de Pesquisa.....	153
Tabela 77: Eventos - DIREX.....	160
Tabela 78: Projetos - DIREX.....	162
Tabela 79: Documentos elaborados/submetidos - DIREX.....	163
Tabela 80: Recursos de Tecnologia Assistiva Disponíveis às Pessoas com Deficiência.....	201
Tabela 81: Reserva de Vagas.....	202
Tabela 82: Ocupação do Terreno do Campus.....	210
Tabela 83: Ocupação da área construída.....	211
Tabela 84: Acervo Bibliográfico.....	212

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Declaração de atualização de Dados no SIASG e SICONV.....	111
Ilustração 2: Declaração do contador.....	112
Ilustração 3: Gráfico - Alunos por gênero.....	183
Ilustração 4: Gráfico – Alunos por área de procedência.....	184
Ilustração 5: Gráfico – Alunos por procedência escolar.....	184
Ilustração 6: Gráfico – Alunos por faixa etária.....	185
Ilustração 7: Gráfico – Alunos por renda per capita.....	186
Ilustração 8: Gráfico – Alunos por etnia.....	187
Ilustração 9: Gráfico –Alunos Beneficiados pela Assistência Estudantil	188
Ilustração 10: Gráfico – Auxílio Material Didático e Uniforme.....	189
Ilustração 11: Gráfico – Auxílio Moradia.....	189
Ilustração 12: Gráfico – Auxílio Alimentação.....	190
Ilustração 13: Gráfico – Auxílio Transporte.....	190
Ilustração 14: Gráfico – Auxílio Financeiro.....	190
Ilustração 15: Gráfico – Auxílio Monitoria.....	191
Ilustração 16: Gráfico – Programas Específicos – Atendimentos por Tipo de Auxílio.....	192
Ilustração 17: Gráfico – Campus Aracruz – Distribuição dos Benefícios.....	193
Ilustração 18: Gráfico – Campus de Alegre – Distribuição dos Benefícios.....	193
Ilustração 19: Gráfico – Campus Cachoeiro – Distribuição dos Benefícios.....	193
Ilustração 20: Gráfico – Campus Cariacica – Distribuição dos Benefícios.....	194
Ilustração 21: Gráfico – Campus Colatina – Distribuição dos Benefícios.....	194
Ilustração 22: Gráfico – Campus Guarapari – Distribuição dos Benefícios.....	194
Ilustração 23: Gráfico – Campus Ibatiba – Distribuição dos Benefícios.....	194
Ilustração 24: Gráfico – Campus Itapina – Distribuição dos Benefícios.....	195
Ilustração 25: Gráfico – Campus Linhares – Distribuição dos Benefícios.....	195
Ilustração 26: Gráfico – Campus Nova Venécia – Distribuição dos Benefícios.....	195
Ilustração 27: Gráfico – Campus Piúma – Distribuição dos Benefícios.....	195
Ilustração 28: Gráfico – Campus Santa Teresa – Distribuição dos Benefícios.....	196
Ilustração 29: Gráfico – Campus São Mateus – Distribuição dos Benefícios.....	196
Ilustração 30: Gráfico – Campus Serra – Distribuição dos Benefícios.....	196
Ilustração 31: Gráfico – Campus Venda Nova – Distribuição dos Benefícios.....	196
Ilustração 32: Gráfico – Campus Vila Velha – Distribuição dos Benefícios.....	197
Ilustração 33: Gráfico– Campus Vitória – Distribuição dos Benefícios.....	197
Ilustração 34: Gráfico – Programas Específicos – Distribuição das Despesas.....	197
Ilustração 35: Gráfico – Alunos Matriculados X Alunos Beneficiados.....	198
Ilustração 36: Gráfico – Programas Universais – Distribuição de Despesas.....	199
Ilustração 37: Gráfico – Programas Universais – Distribuição de Despesas.....	200
Ilustração 38: Gráfico - Quantidade de Servidores Capacitados.....	202
Ilustração 39: Gráfico - Carga Horária Média de Capacitação.....	203
Ilustração 40: Gráfico - Valor Médio por Capacitação.....	203
Ilustração 41: Gráfico - Titulação dos Docentes.....	204
Ilustração 42: Gráfico - Titulação dos Técnico-Administrativos em Educação.....	205
Ilustração 43: Gráfico - Carga Horária - Docentes.....	205
Ilustração 44: Gráfico - Carga Horária - Técnico-Administrativos em Educação.....	206
Ilustração 45: Gráfico - Nível de Classificação dos Técnico-Administrativos em Educação.....	206
Ilustração 46: Gráfico - Despesas correntes e de capital.....	208
Ilustração 47: Gráfico - Bens móveis e imóveis.....	209

1 IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Tabela 1: Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério de Educação				Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Instituto Federal do Espírito Santo				
Denominação Abreviada: IFES				
Código SIORG: 100912		Código LOA: 26406		Código SIAFI: 158151
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Autarquia			CNPJ: 10.838.653/0001-06	
Principal Atividade: Educação média técnica e profissional				Código CNAE: 8541-4/00
Telefones/Fax de contato:		(027) 3357-7500	(027) 3235-1741	
Endereço Eletrônico: gabinete@ifes.edu.br				
Página na Internet: http://www.ifes.edu.br				
Endereço Postal: Av. Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – Cep. 29.056-255 – Vitória – ES.				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo	10.838.653/0001-06	158151	ativa	100912
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Decreto nº 7566 de 23/09/1909 - Cria em todas as capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices;				
Lei nº 378 de 13/01/1937 - Dá nova denominação às Escolas de Aprendizes Artífices - Liceu Industrial de Vitória;				
Decreto nº 4.127 de 25/02/1942 - Fixa as bases da organização dos estabelecimentos de ensino industrial da rede federal, diferenciando as Escolas Técnicas das indústrias - Escola Técnica de Vitória;				
Portaria nº 239 de 03/09/1965 - Como resultado da Lei nº 4.759 de 20/08/1965 a Escola Técnica de Vitória passa a denominar-se Escola Técnica Federal do Espírito Santo;				
Decreto nº 5.224 de 01/10/2004 - Dispõe sobre a organização dos Centros Federais de Educação Tecnologia e dá outras providências - publicada no D.O.U. em 04/10/2004;				
Lei nº 11.892 de 29/12/2008 - Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências - publicada no D.O.U. em 30/12/2008.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
Lei nº 3.552 de 16/02/1959 - Dispõe sobre a nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial - reforma o ensino industrial elevando as Escolas Técnicas a Autarquias - publicada no D.O.U. em 17/02/1959;				
Lei nº 4.759 de 20/08/1965 - Dispõe quanto a denominação e qualificação das Escolas Técnicas Federais;				
Lei nº 8.948 de 08/12/1994 - Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências - publicada no D.O.U. em 09/12/1994;				
Decreto nº 5.773 de 09/05/2006 - Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino - publicado no D.				
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas				
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas				
Código SIAFI	Nome			
158416	Campus Vitória			
158417	Campus Serra			
158418	Campus Cachoeiro			
158419	Campus Aracruz			
158420	Campus Linhares			
158421	Campus Cariacica			
158422	Campus Nova Venécia			
158423	Campus São Mateus			

158424	Campus Itapina
158425	Campus Alegre
158426	Campus Santa Teresa
158427	Campus Vila Velha
158428	Campus Ibatiba
158429	Campus Venda Nova do Imigrante
158272	Campus Colatina
158883	Campus Guarapari
158892	Campus Piúma
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
26406	Instituto Federal do Espírito Santo
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158151	26406

1.1 INTRODUÇÃO

O presente relatório tem como principais objetivos a prestação de contas anual realizada junto aos órgãos fiscalizadores e a apresentação de informações que contemplem a análise da gestão do Instituto e a sua atuação estratégica para o cumprimento das metas.

Junto aos *Campi*, foi buscado uma maior integração para a obtenção de informações através de uma modelagem simplificada elaborada por ter sido observado a necessidade de meios que venham a facilitar o planejamento dos *Campi* e das demais áreas do Instituto.

O Instituto está passando por mudanças em estruturas relacionadas a gestão, em especial quanto a elaboração do Planejamento Estratégico que está previsto para começar a vigorar a partir do exercício de 2013 e o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional. Além destes itens, a paralisação das atividades acadêmicas em decorrência de greve em alguns *Campi* ocasionou dificuldade para o atingimento dos objetivos específicos e a coleta de dados referentes as diversas áreas estratégicas do Instituto.

Em um primeiro momento, neste relatório, estão contemplados os quadros obrigatórios instituídos pela TCU, que tem como pontos fortes dados de ordem financeira, orçamentária, controle de pessoal, tecnologia da informação, mecanismos de controle interno e auditoria, sendo a organização dos conteúdos de acordo com a Instrução Normativa 63/2010, Resolução TCU nº 234/2010 e nº 244/2011, Decisões Normativas TCU nº 119/2012, nº 121/2012 e nº 124/2012 e Portaria nº 150/2012 emitida pelo TCU.

Em um segundo momento, foram coletados dados sobre a composição do quadro de Técnico-Administrativos em Educação e de Docentes e informações de atuação das Pró-reitorias. Em especial, gradualmente está sendo inserido no Instituto métricas para a avaliação do desempenho operacional com o objetivo de apresentar a comunidade a situação da organização que integra o Ifes. Também estão sendo contemplados indicadores financeiros e informações sobre a infraestrutura dos *Campi* e de seus acervos bibliográficos. Através destes, é possível analisar a evolução do Instituto em comparação a períodos anteriores.

Destaca-se que neste relatório não estão contemplados as Informações sobre o Planejamento Estratégico por está em fase de elaboração (Item 2); o reconhecimento de passivos por não se aplicar (Item 5.1). Não ocorreu registros de transferências de recursos (Item 5.3), renúncias tributárias (Item 5.5) e gestão de precatórios (Item 5.6), terceirizados substituídos por ocorrência de concurso público, assim como autorização para substituição de terceirizados e atos sujeitos à remessa física ao TCU (item 6.1). Também, no ano de 2012, não foi celebrado nenhum convênio junto a Fundações.

Desta forma, este relatório vem a ser uma peça fundamental a transparência das informações junto com a sociedade e que o entendimento das partes inseridas neste instrumento de avaliação tem como principal objetivo o alcance de todos.

1.2 RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS DA UNIDADE – PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Mais do que um espaço de capacitação profissional, o Instituto Federal do Espírito Santo é um ambiente de aprendizagem e de desenvolvimento integral, assumindo como principal desafio a promoção de uma educação plena por meio da diversificação das atividades extracurriculares. Entendendo a educação como processo de transformação social, o Ifes dispõe de espaço de formação musical e de grupos teatrais; amplas áreas para a execução de modalidades esportivas, sediando importantes eventos na área; possibilita aos alunos a aproximação com o mercado de trabalho através de fabricação de produtos e da atuação em empresas juniores, por exemplo; além de criar oportunidades de pesquisa aplicada e sempre desenvolvem atividades que focam na importância do respeito às diferenças e da garantia à educação para todos.

1.2.1 Objetivos

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com suas práticas pedagógicas, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, e possui como objetivos:

- Ministar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- Ministar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de capacitar, aperfeiçoar, especializar e a atualizar profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções científicas, técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e
- Ministar em nível de educação superior:

- Cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
- Cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;
- Cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; Cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.3 ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituída pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e das Escolas Agrotécnicas Federais de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa.

No ano de 2010, houve a elaboração do Regimento Geral do Ifes, de acordo com a Resolução do Conselho Superior nº 64/2010, sendo aprovado no dia 22 de novembro de 2010, e dispõe sobre o conjunto de normas que disciplinam a organização, as competências e o funcionamento comuns aos vários órgãos, unidades e serviços integrantes da estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes nos planos administrativo, acadêmico e disciplinar, complementando as disposições estatutárias.

Além do regimento, o Instituto tem como base o Planejamento de Desenvolvimento Institucional que define seus rumos, programas, objetivos e metas para a atuação do Ifes no cenário educacional. O PDI expressa o esforço de planejamento para a oferta de vagas públicas federais da Educação Profissional e Técnica no Estado do Espírito Santo, tanto para o campo quanto para a cidade. Expressa também o estado da construção desta nova Instituição, que reúne quatro autarquias em uma única, cada qual trazendo história e cultura construídas por mais de meio século.

Em meio destes documentos, para sua atuação, o Instituto utiliza as diretrizes e normas estabelecidas pelo Termo de Acordo de Metas, Manual de Indicadores da Rede Federal de EPCT e a Lei de criação 11.892/08.

Nos últimos anos, o Ifes teve em seu cenário o surgimento de diversos Campi iniciando no ano de 2011 a elaboração do Planejamento Estratégico para os próximos 05 anos. O Plano virá para contribuir para a construção de comprometimento das gestões presente e futuras, com a Visão de Futuro desejada para o Ifes, além de ser um instrumento de construção de consensos e desempenhando importante papel para a transformação de ciclos políticos em ciclos de desenvolvimento. Levando-se em conta a amplitude e a complexidade de tal planejamento, que envolverá aspectos operacionais, jurídico-institucionais, físico-territoriais, financeiros e econômicos, entre outros e as características peculiares de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, é indispensável que a concepção e execução do planejamento estratégico seja preciso, estabelecendo, de maneira global, as diretrizes gerais e orientações estratégicas, que

servam como Plano Diretor no qual se basearão os futuros planejamentos.

1.4 ARQUITETURA ESTRATÉGICA

MISSÃO

Promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável.

COMPETÊNCIA FUNDAMENTAL

Excelência na formação profissional e no desenvolvimento tecnológico

VALORES COMPARTILHADOS

Qualidade e excelência na educação profissional e tecnológica.

Competência profissional dos servidores.

Responsabilidade social e sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa e extensão.

Humanização valorização do ser humano como foco nas decisões.

Ética nas ações e nos relacionamentos.

Sintonia e flexibilidade para integração com todos os segmentos.

OBJETIVOS A LONGO PRAZO

Gestão – Melhorar continuamente o sistema de gestão (pessoas, processos, estrutura, projetos, orçamento, estratégias).

Corpo Docente – Assegurar infraestrutura e assistência necessárias à sua permanência e êxito.

Crescimento Organizado – Crescer de forma planejada, por meio da expansão-interiorização-verticalização com foco na missão.

Integração – Fortalecer os relacionamentos com os diversos segmentos da sociedade.

Qualidade dos Serviços – Inovar constantemente o ensino, fomentando a pesquisa e a extensão, antecipando as necessidades e as tendências do mundo do trabalho.

Corpo Funcional – Desenvolver as competências por meio da educação continuada, levando ao comprometimento.

1. Conselho Superior

1.1 Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

1.1.1 Câmaras

1.1.2 Fóruns

1.2 Comissão Própria de Avaliação

2. Reitoria

- 2.1 Gabinete
 - 2.1.1 Chefe de Gabinete
 - 2.1.2 Diretoria Executiva
 - 2.1.3 Secretaria
- 2.2 Assessorias
 - 2.2.1 Assessoria de Comunicação Social
 - 2.2.1.1 Fórum de Comunicação Social
 - 2.2.2 Assessoria Processual
 - 2.2.3 Assessoria Técnica
- 2.3 Pró-reitorias
 - 2.3.1 Pró-reitoria de Ensino
 - 2.3.1.1 Diretoria de Ensino Técnico
 - 2.3.1.2 Diretoria de Graduação
 - 2.3.1.3 Diretoria de Educação à Distância
 - 2.3.2 Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
 - 2.3.2.1 Diretoria de Pesquisa
 - 2.3.2.1.1 Comitê de Ética em Pesquisa
 - 2.3.2.1.2 Comitê de Ética no uso de Animais
 - 2.3.2.2 Diretoria de Pós-graduação
 - 2.3.3 Pró-reitoria de Extensão
 - 2.3.3.1 Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária
 - 2.3.3.2 Diretoria de Extensão Tecnológica
 - 2.3.3.2.1 Agência de Inovação do Ifes
 - 2.3.4 Pró-reitoria de Administração e Orçamento
 - 2.3.4.1 Diretoria de Administração e Orçamento
 - 2.3.5 Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
 - 2.3.5.1 Diretoria de Planejamento
 - 2.3.5.2 Diretoria de Gestão de Pessoas
 - 2.3.5.2.1 Comissão Interna de Supervisão
 - 2.3.5.3 Diretoria de Tecnologia da Informação
 - 2.3.5.3.1 Comitê de Tecnologia da Informação
- 2.4 Auditoria Interna
- 2.5 Procuradoria Jurídica
- 2.6 Órgãos Assessores
 - 2.6.1 Conselho Comunitário
 - 2.6.2 Ouvidoria
 - 2.6.3 Comissão de Ética
 - 2.6.4 Fóruns
- 2.7 Colégio de Dirigentes
 - 2.7.1 Câmaras
 - 2.7.2 Fóruns

3. Campi

- 3.1 Conselho de Gestão do Campus

1.5.1 Conselho Superior

O Conselho Superior (CS), órgão máximo, consultivo, normativo e deliberativo nas dimensões acadêmica, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, presidido pelo Reitor, tem sua composição, competências, organização e funcionamento definidos e regulamentados no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio. Poderá pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse ou de responsabilidade do Instituto.

As matérias a serem apreciadas pelo Conselho Superior poderão ser encaminhadas pelos Órgãos

Normativos e Consultivos, com exceção daquelas que, com previsão legal, estatutária, regimental ou de interesse geral da Instituição, por decisão do Presidente, devam ser apreciadas diretamente pelo Conselho Superior.

1.5.2 Colégio De Dirigentes

De caráter consultivo, é órgão de apoio da Reitoria, composto pelo Reitor, pelos Pró-Reitores e pelo Diretor-Geral de cada um dos campi que integram o Instituto Federal do Espírito Santo, com sua competência e atribuições dispostas no Estatuto do Ifes, no Regimento Geral e em Regimento próprio.

1.5.3 Conselho De Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação E Extensão

É um órgão colegiado normativo e de assessoramento no que tange às políticas de ensino, pesquisa e extensão e tem sua composição, competências e funcionamento definidos e regulados no Regimento Geral e em Regimento próprio.

1.5.4 Conselho De Gestão Do Campus

Presidido pelo Diretor-Geral do campus, é órgão consultivo da Direção-Geral e tem a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento da gestão e do processo educativo, além de zelar pela correta execução das políticas do Ifes em cada campus.

1.5.5 Reitoria

Dirigida pelo Reitor, é o órgão executivo da administração que planeja, coordena, supervisiona e controla todas as atividades do Instituto.

A Reitoria compreende:

- I. Reitor;
- II. Gabinete da Reitoria;
- III. Assessorias;
- IV. Pró-Reitorias;
- V. Diretorias Sistêmicas;
- VI. Diretorias-Gerais dos campi.

1.5.5.1 Reitor

É o representante legal do Instituto em todos os atos e feitos judiciais ou extrajudiciais e tem como competências:

- I. administrar, gerir, coordenar e superintender as atividades da Instituição, bem como representá-la;
- II. convocar e presidir o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes;
- III. aprovar, ad referendum do Conselho Superior, os casos excepcionais;
- IV. submeter ao Conselho Superior o Plano Estratégico Institucional, o Projeto Pedagógico

- Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
- V. apresentar anualmente à apreciação do Conselho Superior o planejamento e a proposta orçamentária;
 - VI. encaminhar o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Instituto ao Conselho Superior, nos prazos definidos pelos órgãos de controle, após análise e parecer do Colégio de Dirigentes;
 - VII. nomear, empossar, exonerar, conceder aposentadoria e pensão e praticar demais atos relacionados à vida funcional dos servidores;
 - VIII. promover o desenvolvimento dos servidores;
 - IX. prover os cargos de direção e funções do pessoal do Instituto;
 - X. empossar os Diretores-Gerais dos campi;
 - XI. expedir editais, resoluções, portarias e atos normativos, bem como delegar responsabilidades, constituir comissões e exercer o poder de disciplina no âmbito do Ifes;
 - XII. firmar acordos, convênios, contratos e ajustes;
 - XIII. presidir os atos de colação de grau, podendo delegar tal atribuição ao Diretor-Geral do campus ou aos Pró-Reitores de Ensino e de Pesquisa e Pós-Graduação;
 - XIV. presidir a entrega de diplomas, títulos honoríficos e prêmios conferidos pelo Conselho Superior;
 - XV. exercer as atribuições que emanem da lei, do Estatuto do Ifes e deste Regimento Geral;
 - XVI. exercer as demais atribuições inerentes à função executiva de Reitor.

1.5.5.2 Gabinete do Reitor

Tem por finalidade prestar assistência técnico-administrativa à Reitoria e contará com uma Diretoria Executiva e uma Chefia de Gabinete, além de um órgão de apoio imediato, de uma Secretaria.

Compete à Diretoria Executiva:

- I. orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas da Reitoria;
- II. exercer a supervisão das atividades dos órgãos integrantes da estrutura da Reitoria;
- III. responder, em articulação com o Gabinete e demais órgãos da Reitoria, pela administração da Reitoria;
- IV. prestar suporte à Reitoria nos assuntos relacionados às atividades administrativas do Instituto;
- V. realizar outras atividades correlatas.

Compete à Chefia de Gabinete:

- I. assistir à Reitoria em suas representações política e social;
- II. coordenar as atividades administrativas do Gabinete delegando atribuições e tarefas aos demais servidores lotados no Gabinete;
- III. controlar documentação e correspondência postal e eletrônica no âmbito do Gabinete;
- IV. coordenar o fluxo de informações entre o Gabinete e os campi;
- V. proceder ao exame prévio dos processos e demais documentos a serem submetidos à consideração do Reitor;
- VI. controlar a agenda diária do Reitor;

- VII. subsidiar, quando necessário, a Assessoria de Comunicação Social informando-a sobre a agenda do Reitor;
- VIII. elaborar, quando possível, calendário de viagens obrigatórias do Reitor;
- IX. solicitar da Secretaria providências para as reservas de passagens, diárias, estada, transporte e material a ser levado para viagens;
- X. coordenar o relacionamento entre o Gabinete do Reitor e os demais órgãos da Administração do Ifes;
- XI. coordenar o relacionamento entre o Gabinete do Reitor e os órgãos de representação sindical e estudantil no âmbito do Ifes;
- XII. desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pelo Reitor.

Compete à Secretaria de Gabinete:

- I. receber a correspondência destinada à Reitoria, controlar a sua guarda e distribuição;
- II. revisar, encaminhar e controlar documentação e correspondência postal e eletrônica no âmbito do Gabinete;
- III. organizar e providenciar o material de apoio às reuniões de interesse do Gabinete da Reitoria;
- IV. revisar e encaminhar os atos administrativos e normativos do Gabinete da Reitoria à publicação;
- V. encaminhar requisição de diárias e passagens de interesse do Gabinete;
- VI. desenvolver outras atividades que lhe sejam delegadas pelo Reitor e/ou Chefe de Gabinete.

1.5.5.3 Assessorias

Compete à Assessoria de Comunicação Social:

- I. promover a permanente divulgação das ações institucionais por meio das variadas formas de mídia, visando à consolidação da imagem institucional perante a sociedade e o mundo do trabalho;
- II. planejar, elaborar e implantar em articulação com as Pró-Reitorias e as Diretorias-Gerais as políticas de comunicação da Instituição;
- III. atuar juntamente com a imprensa e atendê-la no que diz respeito, respectivamente, às articulações para divulgação de ações/atividades e às demandas dos profissionais da mídia no âmbito da Reitoria;
- IV. acompanhar e analisar matérias, notas e reportagens referentes à Instituição;
- V. identificar e definir públicos-alvo para a comunicação interna e externa;
- VI. desenvolver projetos de comunicação em diferentes mídias;
- VII. articular-se com a Assessoria de Comunicação do MEC/SETEC, buscando espaços de divulgação institucional nos veículos desses órgãos e orientações acerca da política de comunicação do Governo Federal;
- VIII. elaborar informativos sobre os temas internos do Ifes;
- IX. responsabilizar-se pela comunicação e divulgação de eventos internos, com vistas à manutenção de um bom nível de informação entre os vários segmentos da Instituição;
- X. gerenciar contratos de serviços terceirizados necessários ao desenvolvimento das ações de comunicação institucional;

- XI. orientar as ações de comunicação dos campi;
- XII. promover reuniões de integração das equipes de comunicação dos campi, bem como propor treinamentos e capacitações na área para os técnicos em comunicação e gestores;
- XIII. buscar a padronização de procedimentos e serviços, no âmbito institucional, com vistas a imprimir qualidade e nivelamento das ações de comunicação;
- XIV. propor padrões e uniformizar os sítios dos campi e órgãos, em conformidade com orientações do MEC;
- XV. coordenar a manutenção e atualização do sítio oficial, propor diretrizes para criação e manutenção dos sites dos campi e órgãos;
- XVI. produzir textos e atender às necessidades de criação de materiais institucionais (panfletos, cartazes, cartões, cartilhas, manuais, convites, crachás, blocos, pastas, cadernos, calendários, agenda, bandeira etc.);
- XVII. avaliar e gerenciar conteúdos (textos, áudio e imagens) remetidos pelos representantes dos campi para divulgação nos veículos de comunicação institucional, visando ao melhor aproveitamento do material e à repercussão desses nos públicos;
- XVIII. dar suporte aos campi e outras unidades em fase de implantação que não disponham de profissional de comunicação;
- XIX. participar dos fóruns de comunicação;
- XX. responsabilizar-se pelo cerimonial e eventos da Reitoria.

Compete à Assessoria Processual:

- I. pesquisar e reunir informações necessárias à elaboração de respostas às solicitações emanadas de órgãos externos;
- II. encaminhar aos setores responsáveis os assuntos apontados em relatórios de auditoria, bem como acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle externo;
- III. zelar pelo cumprimento de prazos de respostas às solicitações emanadas de órgãos externos;
- IV. realizar outras atividades afins e correlatas a ela atribuídas pelo Reitor.

Compete à Assessoria Técnica:

- I. assistir direta e imediatamente ao Reitor no desempenho de suas atribuições e realizar estudos e contatos que por ele sejam determinados em assuntos vinculados às suas competências;
- II. auxiliar o Reitor na direção, orientação, coordenação e controle dos trabalhos desenvolvidos no Instituto, bem como na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência;
- III. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- IV. assistir ao Reitor, em articulação com a Chefia de Gabinete, na preparação de material de informação e de apoio, de encontros e audiências com autoridades e personalidades nacionais e estrangeiras;
- V. realizar outras atividades afins e correlatas a ela atribuídas pelo Reitor.

1.5.5.4 Pró-Reitorias

São órgãos executivos que planejam, superintendem, coordenam, fomentam, acompanham e avaliam as atividades referentes às dimensões Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão, Administração, Orçamento e Desenvolvimento Institucional.

Pró-Reitoria de Ensino:

É responsável pelas atividades e políticas do ensino de Graduação e da Educação Profissional de Nível Técnico.

A Pró-Reitoria de Ensino compreende:

- I. Diretoria de Graduação;
- II. Diretoria de Ensino Técnico;
- III. Diretoria de Educação a Distância.

Compete à Pró-Reitoria de Ensino:

- I. propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas ao ensino de Graduação e da Educação Profissional de Nível Técnico para os cursos presenciais e a distância do Ifes;
- II. executar as políticas e diretrizes definidas pelo Cepe;
- III. definir as políticas disciplinares e de assistência aos estudantes;
- IV. definir as políticas inerentes à emissão e ao registro de diplomas e certificados no âmbito de sua atuação;
- V. supervisionar, orientar e avaliar as atividades de ensino;
- VI. analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de Graduação e da Educação Profissional, com proposição e reformulação de normas e procedimentos;
- VII. zelar pelo cumprimento das normas e regulamentos relacionados aos cursos de Graduação e da Educação Profissional;
- VIII. coordenar a abertura e a adequação dos cursos ao Plano Estratégico Institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Pedagógico Institucional;
- IX. propor a abertura, a reformulação e a extinção de cursos, bem como a modificação do número de vagas ofertadas e do turno;
- X. orientar e acompanhar as ações nos órgãos governamentais relativas ao ensino de Graduação e à Educação Profissional;
- XI. coordenar a definição dos critérios dos processos seletivos para admissão aos cursos de Graduação e da Educação Profissional;
- XII. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;
- XIII. zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;
- XIV. acompanhar os processos judiciais relacionados ao ensino de Graduação e da Educação Profissional;
- XV. propor e auxiliar a implantação de políticas, programas e projetos de inclusão, acesso e permanência de estudantes no Ifes;
- XVI. supervisionar as atividades dos docentes;
- XVII. estabelecer os horários das atividades acadêmicas e o tempo de duração das aulas, bem como propor o Calendário Acadêmico;
- XVIII. propor normas de funcionamento e composição dos Colegiados de Curso;
- XIX. contribuir para articular o Ensino com a Pesquisa, a Extensão e a Produção, em parceria com

as respectivas Pró-Reitorias;

XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Graduação:

I. assessorar a Pró-Reitoria de Ensino na definição de políticas e na aplicação das diretrizes e regulamentos de ensino propondo suas atualizações;

II. contribuir para articular o Ensino de Graduação com a Educação Profissional Técnica de Nível Médio bem como com a Pesquisa, a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;

III. fornecer orientação e apoio aos campi na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de autorização, reconhecimento, reformulação, renovação de reconhecimento e extinção

dos cursos e demais demandas, no âmbito dos cursos de Graduação;

IV. manter, em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, nos órgãos governamentais e de classe, os credenciamentos e as informações dos cursos de Graduação atualizados;

V. acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas no âmbito dos cursos de Graduação resultantes de acordos com órgãos governamentais;

VI. acompanhar o trâmite de processos internos relacionados aos cursos de Graduação;

VII. propor normas e editais decorrentes das atividades de ensino;

VIII. organizar as informações visando à divulgação interna e externa dos cursos, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;

IX. propor a padronização dos procedimentos relacionados à gestão acadêmica em parceria com outras diretorias;

X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Ensino Técnico:

I. assessorar a Pró-Reitoria de Ensino na definição de políticas e na aplicação das diretrizes e regulamentos de ensino, propondo suas atualizações;

II. contribuir para articular a Educação Profissional Técnica de Nível Médio com o Ensino de Graduação, bem como com a Pesquisa, a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;

III. fornecer orientação e apoio aos campi na execução dos regulamentos, normas, encaminhamento dos processos de autorização, avaliação, reformulação e extinção de cursos e demais demandas, no âmbito dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

IV. manter em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional nos órgãos governamentais e de classe os credenciamentos e as informações dos cursos de Educação Profissional

Técnica de Nível Médio;

V. acompanhar o desenvolvimento de projetos e programas, no âmbito dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, resultantes de acordos com órgãos governamentais;

VI. acompanhar o trâmite de processos internos relacionados aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

- VII. propor normas e editais decorrentes das atividades de ensino;
- VIII. organizar as informações, visando à divulgação interna e externa dos cursos, em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;
- IX. propor a padronização dos procedimentos relacionados à gestão acadêmica em parceria com outras diretorias;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Educação a Distância:

- I. propor, discutir e desenvolver as políticas para a modalidade de Educação a Distância;
- II. normatizar, supervisionar e acompanhar os processos de ensino relativos à modalidade em todos os níveis educacionais em parceria com as demais Pró-Reitorias;
- III. apoiar os processos de criação, reestruturação, extinção, cadastramento e reconhecimento de cursos na modalidade a distância;
- IV. incentivar a realização de eventos científicos relacionados à modalidade;
- V. apoiar a formação continuada do pessoal docente e técnico-administrativo relacionado à modalidade de educação a distância;
- VI. apoiar ações de cooperação com instituições locais e estrangeiras com o objetivo de desenvolver a educação a distância por meio de parcerias;
- VII. supervisionar e prestar contas de recursos financeiros oriundos de programas específicos quando utilizados nos cursos ou projetos de Educação a Distância;
- VIII. incentivar o uso das metodologias de EAD na oferta de componentes curriculares na modalidade presencial e de novas tecnologias nas atividades de Pesquisa, Extensão e de Apoio ao Ensino;
- IX. contribuir na consolidação da cultura da modalidade EAD no Ifes;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

É responsável pelas atividades e políticas de Pesquisa e do Ensino de Pós-Graduação. Compreende:

- I. Diretoria de Pesquisa;
- II. Diretoria de Pós-Graduação;
- III. Comitê de Ética em Pesquisa;
- IV. Comitê de Ética no Uso de Animais.

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:

- I. propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas ao ensino de Pós- Graduação para os cursos presenciais e a distância do Ifes em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino;
- II. propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico desenvolvidas no âmbito do Ifes;
- III. contribuir para articular a Pesquisa com o Ensino de Graduação e o Ensino Técnico de Nível Médio, bem como com a Extensão e a Produção, em parceria com as respectivas Pró-Reitorias;
- IV. executar as políticas e diretrizes definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão e pelo Conselho Superior;
- V. implementar Programas de Bolsas de Capacitação em nível de Pós-Graduação;

- VI. colaborar com os planos de formação e aperfeiçoamento do corpo docente;
- VII. implementar planos de concessão de bolsas de Pesquisa e de Pós-Graduação aos servidores do Instituto, para operacionalização pela Pró-Reitoria de Administração e Orçamento.
- VIII. analisar e regulamentar, em âmbito institucional, a legislação do ensino de Pós-Graduação e das atividades de Pesquisa com proposição e reformulação de normas e procedimentos;
- IX. zelar pelo cumprimento dos regulamentos e normas relacionados aos cursos e programas de Pós-Graduação e das atividades de Pesquisa;
- X. zelar pelo cumprimento de prazos, pela qualidade e regularidade na alimentação dos dados solicitados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES;
- XI. coordenar a abertura, a desativação e a adequação dos projetos dos cursos de Pós-Graduação e programas de Pesquisa ao Plano Estratégico Institucional, ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Pedagógico Institucional;
- XII. promover interlocução com os órgãos governamentais relacionados ao ensino de Pós-Graduação e às atividades de Pesquisa;
- XIII. orientar e acompanhar as ações nos órgãos governamentais relativas ao ensino de Pós-Graduação e aos programas de Pesquisa;
- XIV. coordenar a definição dos critérios dos processos seletivos para admissão nos cursos e programas de Pós-Graduação e nas atividades de Pesquisa;
- XV. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros e à administração de seu patrimônio;
- XVI. propor o Calendário Acadêmico da Pós-Graduação, ouvidas as demais Pró-Reitorias;
- XVII. orientar as atividades acadêmicas de Pós-Graduação;
- XVIII. propor e analisar a proposta de convênios com entidades que desenvolvam atividades de ensino de Pós-Graduação, bem como outros convênios propostos relacionados às atividades de Pesquisa;
- XIX. representar o Instituto nos organismos de fomento, sendo responsável pela certificação de grupos de Pesquisa;
- XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Pesquisa:

- I. coordenar a elaboração de projetos institucionais referentes às atividades de Pesquisa;
- II. supervisionar a definição das linhas de Pesquisa do Instituto;
- III. indicar coordenadores e supervisionar os Programas Institucionais de Difusão Científica, de Formação, Consolidação e Apoio a Grupos de Pesquisa e de Intercâmbio em Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como de quaisquer outros programas institucionais que sejam criados posteriormente.
- IV. fornecer orientação e apoio aos campi na execução dos regulamentos e normas, no âmbito das atividades de Pesquisa;
- V. estimular e orientar a criação e definir critérios de certificação institucional de grupos de Pesquisa na Instituição;
- VI. coordenar a abertura, a atualização e a desativação dos grupos de Pesquisa;
- VII. coordenar os programas de bolsas institucionais relacionadas à Pesquisa;
- VIII. acompanhar o trâmite de processos internos relacionados às atividades de Pesquisa;

IX. organizar as informações visando à divulgação interna e externa das atividades de Pesquisa;
X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Pós-Graduação:

- I. assessorar, planejar, acompanhar e avaliar os resultados de ações envolvendo cursos e programas de Pós-Graduação *lato sensu* e *stricto sensu* no Instituto;
- II. prestar apoio e orientação aos campi no encaminhamento dos processos de criação e avaliação dos cursos e programas de Pós-Graduação;
- III. assessorar a Pró-Reitoria na aplicação e na atualização das diretrizes e dos regulamentos dos cursos e programas de Pós-Graduação;
- IV. articular o Ensino de Pós-Graduação e a Pesquisa;
- V. incentivar a participação de servidores e estudantes em encontros, congressos e seminários, dentro da previsão orçamentária específica, contribuindo para o processo permanente de desenvolvimento dos servidores;
- VI. articular submissão de cursos *stricto sensu* à Capes;
- VII. manter atualizadas as informações dos programas e bolsas de Pós-Graduação dos servidores do Ifes na Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas para responder às solicitações de informações de órgãos governamentais;
- VIII. acompanhar a elaboração de certificados, encaminhando-os, após assinatura, às Pró-Reitorias de Ensino e de Extensão para os procedimentos finais;
- IX. organizar as informações, visando à divulgação interna e externa dos cursos de Pós-Graduação em articulação com a Assessoria de Comunicação Social;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete ao Comitê de Ética em Pesquisa revisar todos os protocolos de Pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da Pesquisa a ser desenvolvida no Ifes de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas.

Compete ao Comitê de Ética no Uso de Animais revisar todos os protocolos de Pesquisa envolvendo animais, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da Pesquisa a ser desenvolvida com o uso de animais no Ifes, de modo a garantir a sua isenção de atos de crueldade.

Pró-Reitoria de Extensão

É responsável pelas atividades e políticas de extensão, articuladas ao Ensino e à Pesquisa, bem como por promover a interação entre a Instituição, os entes de governos (federal, estaduais e municipais), os setores econômicos, a sociedade civil organizada e as comunidades em geral. Compreende:

- I. Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária;

- II. Diretoria de Extensão Tecnológica;
- III. Agência de Inovação do Ifes;
- IV. Comitês de caráter gestor, assessor e deliberativo quanto a questões operacionais, conforme as matérias a serem apreciadas.

Compete à Pró-Reitoria de Extensão:

- I. incentivar práticas educativas que contribuam para o desenvolvimento do protagonismo estudantil e das potencialidades dos alunos com relação à consciência social, econômica, ambiental e política, tornando-os corresponsáveis nos processos de transformação da sociedade;
- II. contribuir nas definições do Plano Estratégico Institucional, do Plano de Desenvolvimento Institucional e do Projeto Pedagógico Institucional do Ifes, propondo mecanismos de articulação da Extensão com o Ensino e a Pesquisa em parceria com as respectivas Pró-Reitorias, viabilizando uma relação transformadora entre o Ifes e a sociedade;
- III. propor a regulamentação das atividades de Extensão no Ifes a partir da análise das legislações aplicáveis, das políticas públicas, das diretrizes nacionais e dos planos e projetos institucionais;
- IV. implementar as políticas e diretrizes de Extensão definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão e pelo Conselho Superior do Ifes, zelando pelo cumprimento dos regulamentos, das normas e dos critérios estabelecidos para as atividades;
- V. organizar e manter comitês por áreas temáticas na Pró-Reitoria, suas diretorias e órgãos executivos complementares, para gerir, assessorar e deliberar sobre questões operacionais de programas e projetos;
- VI. implementar no Ifes programas institucionais de bolsas de extensão e de coordenação de programas e projetos de fomento, de intercâmbio e de divulgação de atividades de Extensão;
- VII. representar e gerir a interlocução do Ifes com órgãos governamentais, agências de fomento, empresas e entidades da sociedade civil organizada para o planejamento, o desenvolvimento e o acompanhamento de relações de intercâmbio e de parcerias em programas e projetos por meio de acordos de cooperação, em âmbitos regionais, nacionais e internacionais;
- VIII. propor e analisar propostas de protocolos de intenções, acordos de cooperação, convênios e contratos com entidades que contribuam no desenvolvimento das atividades de Extensão do Ifes;
- IX. cadastrar e certificar servidores e equipes de extensão do Ifes, caracterizando áreas, perfis e competências com potencial para o desenvolvimento de projetos institucionais e em cooperação;
- X. organizar o cadastro, a orientação, a coordenação e a avaliação das atividades acadêmicas de Extensão desenvolvidas nos campi do Ifes a partir das demandas geradas por todos os setores da sociedade;
- XI. desenvolver mecanismos de apoio, acompanhamento e controle dos programas e projetos de Extensão, tendo como diretrizes o respeito às características regionais, a relevância dos resultados e o desenvolvimento de ações de integração escola-empresa-comunidade a partir dos campi;
- XII. zelar pelo cumprimento de prazos na alimentação dos dados solicitados pela Reitoria, pelo Ministério da Educação e por outros ministérios e órgãos do governo relacionados às atividades de Extensão, com qualidade e regularidade;
- XIII. contribuir para a elaboração da Política de Estágio do Ifes em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino e com os campi, bem como para a captação de campos de estágio a partir da prospecção de perfis profissionais demandados pela sociedade;

- XIV. desenvolver, em conjunto com os campi, mecanismos de acompanhamento dos egressos do Ifes e de monitoramento quanto ao ajustamento dos seus perfis profissionais às demandas da sociedade;
- XV. acompanhar e organizar, em conjunto com os campi, ofertas de Formação Inicial e Continuada (FIC) de trabalhadores, formação complementar por meio de cursos de extensão, visitas técnicas, estágios, assessoria a entidades estudantis, consultorias e serviços tecnológicos e ambientes de apoio ao empreendedorismo e à inovação;
- XVI. incentivar o desenvolvimento de programações educativas, científicas, tecnológicas, artístico-culturais, sociais e desportivas envolvendo os campi do Ifes, com recursos próprios e por meio de apoio à elaboração e à submissão de projetos em editais de órgãos de fomento para o desenvolvimento de ações de Extensão;
- XVII. expedir e registrar certificados das atividades de Extensão bem como de outras atividades correlatas realizadas nos âmbitos do Ensino e da Pesquisa;
- XVIII. planejar e controlar as ações da Pró-Reitoria, de suas diretorias e órgãos complementares visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros;
- XIX. administrar o patrimônio da Pró-Reitoria;
- XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária:

- I. incentivar, apoiar, acompanhar e avaliar as ações de relações institucionais, empresariais e comunitárias do Ifes, mantendo supervisão sobre as atividades e áreas temáticas dos campi e cadastro atualizado de parceiros;
- II. incentivar, apoiar, acompanhar e avaliar as atividades e ações de extensão comunitária do Ifes, oferecendo programas, manuais com modelos de projetos de extensão, de organização de eventos e de cursos de extensão bem como serviços editoriais de editora institucional, focada em publicações com caráter de divulgação e de repercussão da produção técnico-científica dos campi;
- III. orientar e proceder ao encaminhamento necessário para elaboração e formalização de convênios, termos de acordo, termos de cooperação e contratos resultados de parcerias externas do Ifes;
- IV. desenvolver e avaliar programas institucionais de bolsas de extensão comunitária e de coordenação de programas;
- V. desenvolver ações de apoio ao protagonismo estudantil no contexto social, ambiental, artístico e cultural nos campi do Ifes, por meio da oferta de programas e realização de projetos com foco na inclusão social e digital, no acesso aos bens artísticos e culturais, na geração de oportunidades profissionais, na preservação ambiental e na melhoria da qualidade de vida das comunidades;
- VI. apoiar e orientar os diretores dos campi nas atividades de relações institucionais, empresariais, comunitárias e de relações internacionais bem como na execução dos programas de Extensão Comunitária, inclusive a realização e a participação em eventos de divulgação e a oferta cursos de Formação Inicial e Continuada e de extensão;

- VII. promover mecanismos de interação do Ifes com instituições públicas e privadas, diretamente e por meio da assistência de agentes de integração e consultoria de recursos humanos, com vistas à oferta de programas de estágio, de trainee e de primeiro emprego e à divulgação de eventos e oportunidades de visitas técnicas e gerenciais, apoiando os alunos e egressos de cursos FIC, técnicos e de graduação e pós-graduação no seu ingresso ao mundo do trabalho;
- VIII. promover o acompanhamento e a interação do Ifes com seus egressos visando à obtenção de informações para a retroalimentação dos processos de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- IX. planejar as ações da Diretoria visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros e administrar seu patrimônio;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Extensão Tecnológica:

- I. desenvolver e avaliar programas institucionais de bolsas de extensão tecnológica, de estímulo à inovação em parcerias tecnológicas e de coordenação de programas, com recursos próprios e captados de instituições de apoio e agências de fomento, de empresas e de entidades privadas sem fins lucrativos;
- II. desenvolver redes e projetos internacionais de Pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- III. gerir acordos de parceria para a realização de atividades conjuntas de Pesquisa e desenvolvimento de projetos tecnológicos, na forma de produtos e processos, com instituições públicas e privadas, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IV. gerir e supervisionar, em conjunto com os campi do Ifes, as consultorias, as assessorias e a prestação de serviços tecnológicos a instituições públicas ou privadas, compatíveis com os objetivos estabelecidos em legislação específica;
- V. gerir e supervisionar, em conjunto com os campi do Ifes, o compartilhamento de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de suas atividades-fins;
- VI. gerir e supervisionar, em conjunto com os campi do Ifes com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação a utilização de laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes nas dependências do Instituto por empresas nacionais e estrangeiras e por organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de Pesquisa e desenvolvimento tecnológico, desde que tal permissão não interfira diretamente nas suas atividades-fim, nem com elas conflitem;
- VII. gerir o recebimento de retribuição pecuniária por servidores, a título de ganho eventual, diretamente do Ifes ou de instituição de apoio com que este tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- VIII. emitir parecer sobre o afastamento de Pesquisador do Ifes para prestar colaboração a outra Instituição Científica e Tecnológica, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, juntamente com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação;
- IX. planejar as ações da Diretoria visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros e administrar seu patrimônio;

X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

A Agência de Inovação do Ifes, subordinada à Diretoria de Extensão Tecnológica e cumprindo a função de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), tem por competências:

- I. desempenhar as atividades descritas em legislação específica, gerindo as atividades do Ifes de apoio à inovação, de proteção de criações por meio de instrumentos de propriedade intelectual e de comercialização e transferência de tecnologias de titularidade integral ou parcial do Instituto;
- II. organizar e manter a Incubadora do Ifes, em regime de cogestão com os campi e seus Núcleos de Empreendimentos, oferecendo programas e ambientes de apoio ao empreendedorismo e à inovação;
- III. organizar e manter, em regime de cogestão com os campi do Ifes, Núcleos de Propriedade Intelectual e Apoio à Inovação (Napi);
- IV. apoiar a formação empreendedora e o desenvolvimento da cultura da inovação por meio da oferta de cursos de extensão, da organização de eventos de divulgação e da promoção de programas institucionais, promovendo a associação entre o disposto em legislação específica com as ações de ensino e formação de recursos humanos do Ifes;
- V. manter o Ministério da Ciência e Tecnologia informado quanto à política de propriedade intelectual do Ifes, às criações desenvolvidas no âmbito da Instituição, às proteções requeridas e concedidas e aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados;
- VI. adotar as medidas cabíveis para a administração e gestão da sua política de inovação, prevendo-as na elaboração e execução do orçamento do Ifes, para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto em legislação específica, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e eventuais colaboradores;
- VII. estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais e estrangeiras, outras Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de Pesquisa e desenvolvimento que objetivem a geração de produtos e processos inovadores;
- VIII. gerir contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação desenvolvida pelo Ifes, a título exclusivo ou não exclusivo;
- IX. prever, em contrato, a participação na titularidade da propriedade intelectual e nos resultados da exploração das criações resultantes das parcerias do Ifes, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento;
- X. gerir a cessão de direitos do Ifes sobre suas criações protegidas, mediante manifestação expressa e motivada, a título não oneroso, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, nos termos da legislação pertinente;
- XI. gerir a participação assegurada ao criador nos ganhos econômicos auferidos pelo Ifes, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto em legislação própria;
- XII. emitir parecer sobre a concessão ao Pesquisador do Ifes, que não esteja em estágio probatório, de licença sem remuneração para constituir empresa, individual ou associadamente, com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação;
- XIII. gerenciar as solicitações e processos de adoção de criações de inventores independentes pelo

Ifes, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado à sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo;

XIV. planejar as ações da Agência visando à utilização adequada dos recursos materiais, humanos e financeiros;

XV. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-Reitoria de Administração e Orçamento

É responsável pelas atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Compreende:

I. Diretoria de Administração e Orçamento.

Compete à Pró-Reitoria de Administração e Orçamento:

I. propor, em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional, as diretrizes e a proposta orçamentária do Ifes em função dos planos, projetos e programas governamentais;

II. consolidar, no Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do Ifes;

III. elaborar, em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição;

IV. coordenar e orientar as atividades de orçamento e modernização institucional, bem como gerir as atividades de administração financeira e contábil;

V. propor ao Reitor a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para cumprimento dos objetivos do Ifes no âmbito de sua competência;

VI. supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados nos campi, núcleos e polos, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio;

VII. acompanhar a prestação de contas da execução orçamentária e financeira dos programas, projetos e convênios firmados pelo Ifes;

VIII. aprovar Processos de Tomada de Contas, Inventários de Bens Móveis e Imóveis e de Alienações, no âmbito de sua competência;

IX. assinar Termos de Doação de bens móveis em desuso no âmbito de sua competência;

X. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de serviços, materiais e patrimônio;

XI. acompanhar legislação relativa a critérios para contratações de serviços terceirizados;

XII. realizar o acompanhamento e controle da execução de contratos;

XIII. supervisionar as atividades referentes à área de pessoal terceirizado, procedendo ao acompanhamento da folha de pagamento;

XIV. avaliar a administração orçamentária e financeira do Ifes;

XV. planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas à área de veículos e transportes;

XVI. elaborar projetos para obtenção de recursos financeiros, no âmbito de sua competência;

XVII. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;

XVIII. zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;

XIX. representar o Ifes nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;

XX. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;

XXI. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Administração e Orçamento:

- I. assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento na elaboração da proposta orçamentária e da prestação de contas do Ifes;
- II. assessorar, analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Instituto para posterior encaminhamento aos órgãos de controle;
- III. zelar pelo cumprimento de prazos, qualidade e regularidade na alimentação dos dados do Instituto nos sistemas de informação sob sua responsabilidade;
- IV. definir diretrizes, orientar e assessorar os trabalhos e funções da área de administração geral e gerência financeira, orçamentária e de contabilidade do Ifes;
- V. coletar, analisar e disseminar os preceitos legais aplicados a orçamento e finanças no âmbito do Ifes;
- VI. subsidiar a elaboração da prestação de contas;
- VII. assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento no levantamento, seleção, disponibilização e disseminação das informações;
- VIII. controlar a regularidade fiscal nos órgãos competentes;
- IX. colaborar com a elaboração dos planos de trabalho para solicitação de recursos orçamentários;
- X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

É responsável pelas atividades e políticas de planejamento, avaliação e desenvolvimento institucionais. Compreende:

- I. Diretoria de Planejamento;
- II. Diretoria de Tecnologia da Informação;
- III. Diretoria de Gestão de Pessoas;
- IV. Comitê de Tecnologia da Informação;
- V. Comissão Interna de Supervisão (CIS).

Compete à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional:

- I. articular a atuação da Reitoria com os campi, núcleos e polos;
- II. prestar apoio e orientação na elaboração, execução e avaliação de projetos que objetivem o desenvolvimento institucional;
- III. promover a articulação e o compartilhamento de experiências entre os gestores do Ifes;
- IV. atuar no Planejamento Estratégico (PE) do Ifes, com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento dos campi, núcleos e polos;
- V. coordenar, monitorar, avaliar e propor ações corretivas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Ifes;
- VI. avaliar as estratégias, metas e objetivos dos Planos Institucionais (PI), com vistas à definição das prioridades de desenvolvimento da Instituição;
- VII. elaborar anualmente o plano de ação do Ifes;
- VIII. zelar pelo cumprimento das metas definidas nos planos;
- IX. colaborar com a Reitoria na promoção de equidade institucional entre os campi, núcleos e polos quanto aos planos de investimentos;

- X. formular diagnósticos dos problemas e limitações institucionais;
- XI. propor alternativas organizacionais visando ao constante aperfeiçoamento da gestão;
- XII. supervisionar as atividades de gestão da informação, infraestrutura, planos de ação, relatórios e estatísticas da Instituição;
- XIII. elaborar anualmente, em parceria com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição;
- XIV. supervisionar, acompanhar e analisar os processos de avaliação da instituição por meio de indicadores de desempenho e de qualidade;
- XV. acompanhar e apoiar as atividades da Comissão Própria de Avaliação;
- XVI. supervisionar os processos de sistematização de dados, informações e procedimentos institucionais;
- XVII. acompanhar convênios com entidades que ofereçam campo de aplicação para as atividades do Instituto;
- XVIII. planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;
- XIX. zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;
- XX. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Planejamento:

- I. estabelecer diretrizes e coordenar a elaboração do planejamento institucional em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- II. coordenar estudos, executar projetos e subsidiar a Reitoria em políticas para o desenvolvimento institucional;
- III. manter, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, a compatibilidade entre o Plano Orçamentário-Financeiro e os Planos Estratégico e de Desenvolvimento Institucional;
- IV. elaborar propostas para otimização dos critérios de distribuição de recursos e sua descentralização;
- V. estabelecer, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, diretrizes de uma política global de Organização, Sistemas e Métodos visando à melhoria do processo de gestão e ao desenvolvimento institucional;
- VI. supervisionar o processo de mapeamento e de documentação dos processos institucionais do Ifes;
- VII. avaliar os indicadores de desempenho e de qualidade do Ifes;
- VIII. coordenar a elaboração do planejamento anual das atividades de comunicação;
- IX. promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o Ifes;
- X. coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Geral e dos Regimentos Internos dos campi, polos e núcleos;
- XI. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- I. projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);

II. gerenciar os projetos na área de Tecnologia da Informação, administrando seus recursos;
III. identificar novas necessidades da Instituição quanto à Tecnologia da Informação e planejar o desenvolvimento de projetos para o atendimento dessas necessidades em consonância com o Plano

Diretor de Tecnologia da Informação;

IV. propor políticas de Segurança da Informação;

V. manter atualizado o parque tecnológico do Ifes;

VI. prover soluções de Tecnologia da Informação compatíveis com as necessidades do Ifes e assegurar o seu correto funcionamento dentro dos níveis de serviço estabelecidos;

VII. prestar apoio e assessoria aos campi em assuntos relativos à Diretoria de Tecnologia da Informação;

VIII. propor a contratação de serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da instituição e gerenciar a qualidade desses serviços;

IX. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;

X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete ao Comitê de Tecnologia da Informação alinhar os investimentos de TI com os objetivos do Ifes e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos.

Compete à Diretoria de Gestão de Pessoas:

I. propor, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, movimento, desenvolvimento, capacitação, qualificação, avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida do servidores do Ifes;

II. supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento;

III. supervisionar o atendimento médico e psicólogo ao servidor;

IV. orientar os órgãos e servidores do Instituto sobre a legislação de pessoal vigente;

V. propor e acompanhar o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação de pessoal vigente;

VI. propor o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão de pessoas;

VII. analisar e emitir parecer em processos que envolvam questões legais na área de gestão de pessoas;

VIII. subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas;

IX. desenvolver estudos e apresentar propostas para criação e remanejamento de cargos e funções;

X. executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Compete à Comissão Interna de Supervisão (CIS) o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução, em todas as etapas, do Plano de Carreira dos Cargos dos Técnicos-Administrativos em Educação.

Diretorias-Gerais dos Campi

Os campi do Ifes são administrados por Diretores-Gerais nomeados de acordo com o que determina o art. 13 da Lei nº 11.892/2008 e conforme demais legislações vigentes, competindo-lhes a supervisão dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estatutários e regimentais e das delegações definidas pelo Reitor.

Compete ao Diretor-Geral:

- I. administrar e representar o campus dentro dos limites estatutários, regimentais e das delegações atribuídas pelo Reitor, em consonância com os princípios, finalidades e objetivos do Ifes;
- II. superintender todos os serviços e programas de Ensino, Pesquisa e Extensão do campus;
- III. organizar o planejamento anual do campus;
- IV. apresentar à Reitoria, anualmente, após discussão do Conselho de Gestão do Campus, proposta orçamentária com a discriminação da receita e da despesa prevista para o campus;
- V. divulgar internamente as informações relevantes para o funcionamento do campus;
- VI. assegurar o cumprimento da legislação em vigor, bem como dos regulamentos, diretrizes e normas emanadas dos órgãos superiores do Ifes, zelando pelo patrimônio e pela imagem da Instituição;
- VII. indicar ao Reitor os cargos de direção e funções gratificadas do campus;
- VIII. exercer, no âmbito do campus, o poder disciplinar, na forma prevista no Regimento Geral e na legislação vigente;
- IX. cumprir e fazer cumprir as decisões do Conselho Superior;
- X. coordenar as atividades de planejamento, no âmbito do campus;
- XI. encaminhar as informações do campus para composição do Relatório de Gestão e da Prestação de Contas do Ifes;
- XII. promover o contínuo aperfeiçoamento dos servidores do campus;
- XIII. zelar pela conservação e melhoria da área física do campus;
- XIV. deliberar sobre a participação de servidores em eventos e em reuniões fora do campus;
- XV. exercer, por delegação, a função de ordenador de despesas;
- XVI. convocar e presidir o Conselho de Gestão do campus;
- XVII. acompanhar as informações estatísticas do campus;
- XVIII. zelar pela qualidade, regularidade e cumprimento de prazos na alimentação dos dados do campus nos sistemas de informação do MEC;
- XIX. assistir à Reitoria em assuntos pertinentes ao campus;
- XX. exercer atribuições inerentes à função executiva de Diretor-Geral e outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Reitor.

1.5.6 Órgãos De Assessoramento

Os Órgãos de Assessoramento são aprovados pelo Conselho Superior e/ou outras instâncias, nos quais se definirão sua composição, organização, competência e normas de funcionamento.

Os Fóruns são órgãos de assessoramento de caráter especializado e consultivo, tendo como principal objetivo propor diretrizes e políticas na sua área de atuação.

O Conselho Comunitário objetiva subsidiar o Instituto com informações da comunidade relativas a assuntos administrativos, de Ensino, de Pesquisa e de Extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

A Ouvidoria é o órgão de assessoramento do Reitor responsável pelo acolhimento e encaminhamento de manifestações e reivindicações das comunidades interna e externa.

A Comissão de Ética objetiva estabelecer os princípios que nortearão a conduta ético-profissional dos servidores do Ifes de acordo com os dispositivos legais.

A Procuradoria Jurídica do Ifes é órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal na Instituição e poderá contar com um serviço de apoio administrativo.

1.5.7 Órgãos De Controle

1.5.7.1 Auditoria Interna

É um órgão técnico de controle, vinculado ao Conselho Superior, com o objetivo de fortalecer a gestão e racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, no âmbito institucional, respeitada a legislação vigente.

São competências e atribuições da Auditoria Interna:

- I. elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna conforme atos normativos da Controladoria-Geral da União;
- II. elaborar o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna conforme atos normativos da Controladoria-Geral da União;
- III. revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- IV. analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- V. avaliar a eficiência, a eficácia e a economia na aplicação e na utilização dos recursos públicos;
- VI. verificar o desempenho da gestão da Instituição, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos;
- VII. elaborar relatórios, assinalando os pontos merecedores de reparo, para que os dirigentes tenham elementos necessários à tomada de decisões e correções;
- VIII. orientar os dirigentes da entidade quanto aos princípios e normas de controle interno, inclusive sobre a forma de prestar contas;
- IX. assessorar os gestores do Ifes na execução de programas de governo;
- X. acompanhar a elaboração de respostas às solicitações da CGU e do TCU;
- XI. orientar os diversos setores da Instituição visando à eficiência e à eficácia dos controles para melhor racionalização de programas e atividades;
- XII. supervisionar os serviços e trabalhos de Controle Interno nos campi;
- XIII. realizar auditorias internas periódicas na Reitoria e nos campi;
- XIV. verificar a fidelidade das informações e a regularidade das contas com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações;
- XV. examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual do Ifes e sobre as tomadas de contas especiais, respeitando os atos normativos do TCU e da CGU.

1.5.8 Comissão Própria De Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Ifes constitui um órgão colegiado permanente de coordenação do processo de autoavaliação do Instituto.

1.6 Principais Parceiros da UJ

PARCERIAS INSTITUCIONAIS DE RELAÇÕES EMPRESARIAIS E EXTENSÃO COMUNITÁRIA:

- SEDU – Secretaria Estadual de Educação – 2011/2012 – Formação de Professores – 320 pessoas atendidas;
- TCE-ES Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – 2011/2012 – Programa de atualização técnica – 520 pessoas atingidas;
- ANDESA – Agência Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Defesa Ambiental (ONG) – 2011/2012 – Programa de atualização técnica – 800 pessoas atingidas;
- SINTRACONST – ES – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Estado do Espírito Santo – 2010 a 2012 – Implementação de Projeto do Programa de Extensão Universitária do MEC/SESu;
- PETROBRAS S/A – Implementação do PROMINP – Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;
- SAMARCO Mineração – ES – Implementação de projetos ambientais;
- INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Estado do Espírito Santo – Implementação de projetos agropecuários;
- Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Caparaó do Estado do Espírito Santo (ONG) – Implementação de projetos socioambientais;
- Sindicato dos Agricultores Familiares de São Roque do Canaã/ES – Implementação de projeto de formação em agroindustrialização;
- IEMA – Instituto Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Espírito Santo;
- Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo;
- UFES – Universidade Federal do Espírito Santo;
- SECULT – Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo;
- SINDUSCON/ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Espírito Santo;
- MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério da Saúde;
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico;
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio;
- Instituto Experimental de Cultura Terceira Margem (ONG);
- Associação de Certificação de Produtos Orgânicos do ES – Chão Vivo (ONG);
- Prefeitura Municipal de Alegre-ES;
- Prefeitura Municipal de Guaçuí-ES;
- Prefeitura Municipal de Muniz Freire-ES;
- Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro-ES;
- Prefeitura Municipal de São José do Calçado-ES;
- Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto-ES;
- Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço-ES;
- Prefeitura Municipal de Iúna-ES;
- Prefeitura Municipal de Irupi-ES;
- Prefeitura Municipal de Ibitirana-ES;
- Prefeitura Municipal de Ibatiba-ES;

- Prefeitura Municipal de Santa Teresa.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Visando a exigência instruída pela edição da Lei Federal nº 11.892/08 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que definiu a missão institucional destas instituições, aliando ensino, pesquisa e extensão, a partir da verticalização do ensino e a intervenção no processo de desenvolvimento local e regional, a elaboração do Planejamento Estratégico faz-se necessário.

Levando-se em conta a amplitude e a complexidade de tal planejamento, que envolverá aspectos operacionais, jurídico-institucionais, físico-territoriais, financeiros e econômicos, entre outros e as características peculiares de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia no ano de 2011 foi instituída uma Comissão, portaria nº 1.061, de 15 de setembro de 2011, responsável pela elaboração do Projeto Básico/ Termo de Referência para a contratação de empresa especializada na construção do Planejamento estratégico do Ifes.

O objetivo deste planejamento está alinhado a garantia de fortalecimento das condições objetivas físicas, materiais e humanas, para que ocorra a ampliação da oferta e, também, da qualidade já existente. Tem ainda como objetivo unificar e disseminar a visão estratégica entre os principais gestores da instituição, melhorando o grau de informação, comunicação e comprometimento dos servidores da mesma, envolvendo diferentes níveis de complexidade, de acordo com o porte e atuação das unidades organizacionais, podendo estar embasado em informações qualitativas e quantitativas para apoio à tomada de decisões.

Vem a contribuir para uma melhor integração e articulação dos planos setoriais com as decisões estratégicas recorrentes em cada gestão, estabelecendo prioridades e, assim, assegurando o uso mais coerente e eficaz dos recursos públicos.

Atualmente, o documento está em andamento para a efetivação da contratação através de processo licitatório sendo a sua previsão para começo de execução o ano de 2013 e o período de atuação de tal planejamento é de 5 anos.

2.1 INDICADORES DE GESTÃO

Com o intuito de verificar a situação da gestão do Instituto e viabilizar mecanismos capazes de gerar análises confiáveis a tomada de decisão, a Diretoria de Planejamento, ligada a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional elaborou um manual com proposta de indicadores de gestão e incluiu outros já apresentados anteriormente a 2012. As informações foram compiladas da seguinte forma:

- Gestão de Pessoas;
- Gestão Financeira;
- Gestão Patrimonial;
- Assistência Estudantil.

Em períodos anteriores, já existiam dados referentes a Assistência Estudantil. Neste ano foram realizadas inclusões de novos itens através da parceria da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional junto a Pró-reitoria de Ensino visando verificar a política de assistência estudantil.

A formalização destes indicadores está passando por um processo de teste visto que para a compilação dos mesmos é necessário obter informações diretas dos Campi. Desta forma, existe a necessidade de orientação junto aos servidores que alimentam os sistemas de dados quanto a forma correta de inserção e a sua importância e, também, o corpo gestor para efetivar a análise dos dados precisa ser capacitado. Desta forma, o Instituto terá informações confiáveis e capazes de suprir a gestão na tomada de decisão, elaboração de novas ações e alteração naquelas já existentes para poder atingir a sua finalidade junto a sociedade.

Os indicadores contemplados em tal manual, são:

- Gestão de Pessoas
 - Percentual de Docentes e TAE's capacitados externamente;
 - Carga horária média de Docentes e TAE's capacitados externamente;
 - Valor médio (desembolso) de capacitação por servidor;
 - Percentual por nível de escolaridade de Docentes efetivos, Docentes substitutos e TAE's;
 - Percentual de carga horária de trabalho de Docentes efetivos, Docentes substitutos e TAE's;
 - Percentual por nível de classificação de TAE's;
 - Percentual de ingressantes por concurso de Docentes efetivos e TAE's;
 - Percentual por tipo de remoção de servidores;
 - Percentual por tipo de afastamento de servidores;
 - Percentual por tipo de cessão de servidores.
- Gestão Financeira;
 - Percentual de gastos correntes;
 - Percentual de gastos de capital.
- Gestão da Infraestrutura:
 - Percentual de despesas com bens móveis;
 - Percentual de despesas com bens imóveis;
 - Percentual por tipo de área ocupada.
- Assistência Estudantil
 - Percentual de alunos por gênero;
 - Percentual de alunos por área de procedência urbana ou rural;
 - Percentual de alunos por procedência escolar;
 - Percentual de alunos por faixa etária;
 - Percentual de alunos por renda familiar per capita;
 - Percentual de alunos por etnia;

Para a assistência estudantil, a Pró-reitoria de Ensino verificou, também, os seguintes itens sobre a política estudantil:

- Quantidade de alunos beneficiados com reserva de vagas;
- Quantidade de alunos beneficiados com a assistência estudantil;
- Quantidade de alunos beneficiados com o auxílio material didático e material;
- Quantidade de alunos beneficiados com o auxílio moradia;
- Quantidade de alunos beneficiados com o auxílio alimentação;
- Quantidade de alunos beneficiados com o auxílio transporte;
- Quantidade de alunos beneficiados com o auxílio financeiro;
- Quantidade de alunos beneficiados com o auxílio monitoria;
- Percentual por tipo de auxílio;
- Percentual de distribuição de auxílios por Campi;
- Percentual de despesas por tipo de benefício;
- Percentual de despesas por tipo de programa universal;
- Percentual de alunos por tipo de necessidade educacional especial;
- Disponibilidade de recursos de tecnologia assistiva disponíveis no Instituto para pessoas com deficiência.

É importante destacar que para os dados sobre a política estudantil, a análise através da série histórica será possível a partir do exercício de 2013 visto que os dados começaram a ser utilizados com esta finalidade no ano de 2012 e sua organização demanda tempo e recurso humano.

Os dados consolidados encontram-se na PARTE II deste relatório junto com as suas respectivas análises. Mais uma vez, destaca-se que tal modelo encontra-se em fase de teste por está sendo iniciado no exercício de 2012 a sua elaboração efetiva.

3 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1.1 Informações sobre a estrutura de controle interno

Tabela 2: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
• A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
• Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
• A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
• Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
• Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
• Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
• As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X

• Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
• Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
• Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
• Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
• É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
• É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
• A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
• Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
• Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
• Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
• Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
• Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
• As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
• As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
• As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
• A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
• As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
• A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
• A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
• A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento	1	2	3	4	5

• O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
• O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
• O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

4 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Tabela 3: Programa de Governo constante do PPA – Temático

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2030				
Título	Educação Básica				
Órgão Responsável	Ministério da Educação				
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)					
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)		
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA			
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	130.300,00	898.004,00			
b) Outras Fontes					
c) Subtotais (a + b)	130.300,00	898.004,00			
d) Valor Global Previsto no PPA					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)					
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos	
		Processados	Não Processados		
70.209,70	53.747,10			34.724,61	
Objetivos Relacionados ao Programa					
Código	Descrição		Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0597	Promover a valorização dos profissionais da educação		158151		

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Tabela 4: Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0597					
Descrição	Promover a valorização dos profissionais da educação, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde, integridade e as relações democráticas de trabalho.					
Programa	Educação Básica					
Órgão Responsável	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
130.300,00	898.004,00	70.209,70	53.747,10			34.724,61
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa beneficiada	unidade	250	3.390	898.004,00	34.721,61

4.3 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Tabela 5: Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	20RJ.26406.0032					
Descrição	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores para a Educação Básica.					
Iniciativa	02BQ-Consolidação da política nacional de formação continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico nas modalidades presencial e a distância.					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
130.300,00	898.004,00	70.209,70	53.747,10			34.724,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	250	3.390	130.300,00	34.724,61

A meta foi superada devido ao atendimento de várias unidades do instituto.

Tabela 6: Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2031			
Título	Educação Profissional e Tecnológica			
Órgão Responsável	Ministério da Educação			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		b) Valor Remanescente (h – g)	
	g) Previsto no PPA	h) Fixado na LOA		
e) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	96.876.562,00	102.769.768,00		
f) Outras Fontes				
g) Subtotais (e + f)	96.876.562,00	102.769.768,00		
h) Valor Global Previsto no PPA				
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
89.564.781,27	60.857.784,73			59.168.308,39
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição	Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento		
0582	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.	158151		
0588	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	158151		

4.3.1 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Tabela 7: Objetivos de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação do Objetivo						
Código	0582					
Descrição	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência.					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica					
Órgão Responsável	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
95.876.562,00	101.670.559,00	89.022.728,27	60.380.390,19			58.692.058,85

Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Aluno assistido	unidade	15.000	5.636	7.279.122,00	5.566.306,69
02	Vaga disponibilizada	unidade	2.000	2.000	1.321.883,09	1.024.442,20
03	Vaga disponibilizada	unidade	20	20	9.900.000,00	0,00
04	Aluno matriculado	unidade	24.000	15.869	71.247.440,00	52.101.309,96
05	Aluno matriculado	Unidade	1	649	250.000,00	0,00
Identificação do Objetivo						
Código	0588					
Descrição	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.					
Programa	Educação Profissional e Tecnológica					
Órgão Responsável	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000,00	1.099.209,00	542.053,00	477.394,54			476.249,54
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoa capacitada	unidade	1.000	287	1.099.209,00	476.249,54

4.3.2 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Tabela 8: Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Iniciativa						
Código	02A5					
Descrição	Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e beneficiários de programa sociais.					
Objetivo						
Órgão ou Unidade Responsável	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.279.122,00	7.279.122,00	6.486.775,53	5.923.046,81			5.566.306,69
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Aluno assistido	unidade	15.000	5.636	7.279.122,00	5.566.306,69
Identificação da Iniciativa						
Código	02A0					
Descrição	Expansão e reestruturação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de					

	recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Objetivo						
Órgão ou Unidade Responsável	26406 – Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
88.597.440,00	94.391.437,00	82.535.952,74	54.457.343,38			53.125.752,16
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Vaga disponibilizada	unidade	2.000	2.000	7.216.577,00	1.024.442,20
02	Vaga disponibilizada	unidade	20	20	9.900.000,00	0,00
03	Aluno matriculado	unidade	24.000	15.869	77.024.860,00	52.101.309,96
04	Aluno matriculado	unidade	1	649	250.000,00	0,00

4.3.3 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Tabela 9: Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2994.26406.0032					
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional					
Iniciativa	02A5 Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda e beneficiários de programa sociais.					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.279.122,00	7.279.122,00	6.486.775,53	5.923.046,81			5.566.306,69
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno assistido	unidade	15.000	5.636	7.279.122	5.566.306,69
Identificação da Ação						
Código	20RG.26406.0032					
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 Expansão e reestruturação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.200.000,0	7.216.577,00	7.206.653,88	1.321.883,09			1.024.442,20

0						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga disponibilizada	unidade	2.000	2.000	7.216.577,00	1.024.442,20
Identificação da Ação						
Código	20RG.26406.0130					
Descrição	Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 Expansão e reestruturação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
9.900.000,00	9.900.000,00	4.296.233,50	0,00			0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vaga disponibilizada	unidade	20	20	9.900.000,00	0,00
Identificação da Ação						
Código	20RL.26406.0032					
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 Expansão e reestruturação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
71.247.440,00	77.024.860,00	70.783.065,36	53.135.460,29			52.101.309,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	unidade	24.000	24.000	71.247.440,00	52.101.309,96
Identificação da Ação						
Código	20RL.26406.0080					
Descrição	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	02A0 Expansão e reestruturação da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação do acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos e assegurando condições de					

	inclusão e equidade.					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
250.000,00	250.000,00	250.000,00	0,00			0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Aluno matriculado	unidade	1	649	250.000,00	0,00

Ação 2994- Os dados apresentados correspondem ao número de alunos atendidos pela Assistência Estudantil do Ifes, mês a mês, no ano de 2012. Os alunos computados receberam, pelo menos, um tipo de auxílio, dentre os anteriormente descritos no contexto da Política de Assistência Estudantil do Ifes. Destacamos, no entanto, que existe a possibilidade de que o aluno receba mais de um tipo de benefício no mesmo mês, tendo em vista que são ofertados seis tipos diferentes de auxílios dentro dos Programas Específicos, conjuntura esta que não está contemplada no levantamento quantitativo informado no campo "Acompanhamento Físico". Desta forma, gostaríamos de registrar que o número real de "Benefícios Concedidos" é bem superior ao de "Alunos Atendidos". Isto se dá devido às situações de vulnerabilidade social verificadas nas entrevistas sociais, realizadas durante o processo de seleção dos alunos contemplados pelos auxílios da Assistência Estudantil.

Ação 20RG – Atendimento de alunos atingiu as metas previstas, devidas as expansão de complementação de campi.

Ação 20RL - Matrículas não consolidadas em virtude de movimento grevista.

Ação 20RL - Matrículas apuradas no Campus São Mateus e não consolidadas em virtude de movimento grevista.

Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

Análise Crítica dos Programas

2030 - Educação Básica - Ministério da Educação

Programa de consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais, a distância, semi-presencial e presencial, de professores, profissionais, funcionários e gestores para a educação básica. Atingiu a meta superior em 2012 por aumento de recursos da UAB.

2031 - Educação Profissional e Tecnológica - Ministério da Educação

Construção, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas. O programa atingiu a meta prevista em expansão e reestruturação, aumento de ofertas de vagas. Houve uma queda no funcionamento devido a greve em meados de ano de 2012.

Capacitação de recursos humanos diminuiu devido o próprio Instituto por meio de treinamentos internos, ministrados por instrutores selecionados pela própria Instituição.

4.4 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Tabela 10: Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2109					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação					
Órgão Responsável	Ministério da Educação					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.051.392,00	14.072.191,00	13.180.115,76	13.151.340,64			13.146.443,64

4.4.1 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

Tabela 11: Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ

Identificação da Ação						
Código	2004.26406.0032					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.360.000,00	3.640.000,00	3.578.868,95	3.578.868,95			3.578.868,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Pessoa beneficiada	unidade	2.947	1.527	3.360.000,00	3.578.868,95
Identificação da Ação						
Código	2010.26406.0032					
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
312.000,00	334.446,00	327.463,81	327.463,81			327.463,81
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2	Criança atendida	unidade	351	364	312.000,00	327.463,81
Identificação da Ação						
Código	2011.26406.0032					

Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	1.352.966,00	951.136,70	951.136,70			951.136,70
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
3	Servidor beneficiado	unidade	812	471	1.500.000,00	951.136,70
Identificação da Ação						
Código	2012.26406.0032					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.200.000,00	8.065.387,00	7.999.602,50	7.999.602,50			7.997.626,50
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
4	Servidor beneficiado	unidade	1.974	2.276	7.200.000,00	7.997.626,50
Identificação da Ação						
Código	20CW.26406.0032					
Descrição	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
172.392,00	172.392,00	0	0			0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
5	Servidor beneficiado	unidade	958	0	172.392,00	0
Identificação da Ação						
Código	4572.26406.0032					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Unidade Orçamentária	26406-Instituto Federal do Espírito Santo					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
507.000,00	507.000,00	323.043,80	294.268,68			291.347,68
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

6	Servidor capacitado	unidade	450	2081	507.000,00	291.347,68
---	---------------------	---------	-----	------	------------	------------

Ação 2004 - Atendimento a servidor assistido diminuiu devido a mudanças em aderir novos planos de saúde. Recurso e limite liberados conforme despesas efetuadas.

Ação 2010 - Resultado superior ao esperado com aumento de servidores com filhos menores.

Limites de recursos liberados conforme despesas efetuadas.

Ação 2011 – Esta Ação de despesas com benefícios aos servidores da Instituição foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos de todos os servidores beneficiados.

Ação 2012 - Esta Ação de despesas com benefícios aos servidores da Instituição foi realizada de acordo com a legislação vigente, através dos sistemas SIAPE e SIAFI, onde foram feitas as apropriações e efetuados os pagamentos de todos os servidores beneficiados.

Ação 20CW – Assistência Médica aos servidores e empregados – Exames Periódicos para sua realização é necessário a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

Ação 4572 - Os dados apresentados não incluem todos os Campi que integram o Ifes, visto que não nos enviaram as informações em tempo hábil de consolidação.

Além disso, há servidores do Ifes que estão se matriculando em Programas de Pós-graduação em instituições públicas federais, não carecendo de contratação das respectivas qualificações.

2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação - Ministério da Educação.

Programa de assistência médica e odontológica diminuiu devido a mudanças de vários servidores migrarem para outro plano de assistência e com isto, a adesão não foi imediata.

Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados atingiu a meta devido ao aumento de servidores novos no Instituto.

O programa de gestão houve metas que aumentaram e outras que diminuíram dentro na administração. A expectativa é que as mudanças aos poucos se ajustem, pois estamos passando por processo de estruturação institucional.

4.4.2 Informações Sobre a Execução Orçamentária e Financeira da Despesa

4.4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Tabela 12: Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal do Espírito Santo	26406	158151

4.4.2.2 Programação de Despesas Correntes

Tabela 13: Programação de Despesas Correntes

Origem dos Créditos	Grupos de Despesas Correntes
---------------------	------------------------------

Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO		157.668.439,00	145.344.598,00			77.261.677,00	63.378.498,00
	PLOA		157.668.439,00	145.344.598,00			77.261.677,00	63.378.498,00
	LOA		157.668.439,00	145.344.598,00			77.261.677,00	63.378.498,00
CRÉDITOS	Suplementares		83.053.000,00	48.210.189,00			6.869.017,00	1.879.000,00
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados		54.656,00	5.020.146,00			147.412,00		
Outras Operações								
Total		240.666.783,00	188.534.641,00			83.983.282,00	64.476.597,00	

Fonte:PROAD

4.4.2.3 Programação de Despesas de Capital

Tabela 14: Programação de Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		32.895.140,00	45.059.821,00			
	PLOA		32.895.140,00	45.059.821,00			
	LOA		32.895.140,00	45.059.821,00			
CRÉDITOS	Suplementares		959.726,00	1.123.000,00			
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos	9.050.758,00				
		Reabertos					
Créditos Cancelados							
Outras Operações							
Total		42.905.624,00	46.182.821,00				

Fonte:PROAD

4.4.2.4 Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Tabela 15: Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO		234.930.116,00	208.723.096,00	32.895.140,00	45.059.821,00	
	PLOA		234.930.116,00	208.723.096,00	32.895.140,00	45.059.821,00	
	LOA		234.930.116,00	208.723.096,00	32.895.140,00	45.059.821,00	
CRÉDITOS	Suplementares		89.922.017,00	50.089.189,00		1.123.000,00	
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					

	Extraordinários	Abertos			9.050.758,00			
		Reabertos						
		Créditos Cancelados	202.068,00	5.801.047,00				
Outras Operações								
Total			324.650.065,00	253.011.238,00	42.905.624,00	46.182.821,00		

Fonte:PROAD

As despesas com pessoal e encargos aumentaram devido ao crescimento de servidores e aumento de progressões através de incentivo a qualificação;

Outras despesas com custeio aumentaram por causa do crescimento da estrutura da Instituição, como aumento de alunos, gastos com pesquisas, cursos de extensão e outros;

Os investimento caíram por motivo da remessa de recurso Ter sido repassado no final do ano de 2012, e assim, não deu tempo de fazer o processo de licitação.

4.4.2.5 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Tabela 16: Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158151		0005	740.638,00		
		158151		00G5	190.482,00		
	Recebidos		Diversas UG	4572			260.649,52
			Diversas UG	20RL			46.653.605,23
			Diversas UG	2994			6.531.259,18
			Diversas UG	6358			528.641,00
			158417	20RJ			46.049,75
	158151	0005			5.185,00		
Movimentação Externa	Concedidos	Diversas UG		20RH			5.134,72
		158426		8744			244.629,10
		Diversas UG		20RV			420.646,48
		Diversas UG		6380			372.370,94
		158416		0487			23.080,85
		Diversas UG		20RJ			15.074,15
		158416		2095			113.924,10
	Recebidos		158151	20RH			5.488,58
			158151	8744			244.629,10
			158424	20RL			2.231,80
			158151	20RV			852.402,57
			158151	6380			417.404,60
			158151	8252			226.034,53
			158151	0487			23.080,85
			158151	20RK			2.423,88
	158151	20RJ			1.513.236,94		
	158151	2095			113.924,10		
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização

						da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos		Diversas UG	20RG0032	6.194.279,88	
			Diversas UG	20RG0130	4.296.233,50	
			Diversas UG	20RG0032	14.969.532,33	
		158428	20RL	250.000,00		
Movimentação Externa	Concedidos	Diversas UG		20RG	5.983.250,17	
		Diversas UG		6380	256.589,80	
		158416		2095	593.075,89	
	Recebidos		158151	20RH	1.440,00	
			158151	20RG	11.408.852,72	
			158151	6380	256.589,80	
			158151	4019	132.065,44	
			158151	2095	593.075,89	

Fonte: Siafi Gerencial

4.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.5.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

Os quadros a seguir destinam-se à demonstração da execução das despesas cujos créditos orçamentários foram recebidos diretamente da LOA e não por movimentação.

4.5.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Tabela 17: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	34.518.976,70	40.973.393,86	33.539.133,48	38.943.933,20
a) Convite				
b) Tomada de Preços	301.452,88	517.199,32	298.421,87	402.790,55
c) Concorrência	3.913.314,60	10.068.503,93	3.616.418,70	9.632.439,47
d) Pregão	30.304.209,22	30.387.690,61	29.624.292,91	28.908.703,18
e) Concurso				
f) Consulta				
2. Contratações Diretas (g+h)	14.800.629,68	12.437.125,90	14.395.818,99	12.145.847,04
g) Dispensa	9.453.674,91	10.182.364,76	9.181.179,90	9.905.428,84
h) Inexigibilidade	5.346.954,77	2.254.761,14	5.214.639,09	2.240.418,20
3. Regime de Execução Especial	106.934,35	90.426,90	106.934,35	90.426,90
i) Suprimento de Fundos	106.934,35	90.426,90	106.934,35	90.426,90
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.334.401,74		2.334.133,78	
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
5. Outros	10.419.788,51	6.607.282,76	9.687.485,25	6.587.029,77
6. Total (1+2+3+4+5)	62.180.730,98	60.108.229,42	60.063.505,85	57.767.236,91

Fonte: Siafi Gerencial

4.5.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

Tabela 18: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos originários

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal								
31.90.11 - Vencimentos	139.081.813,20	114.218.377,90	139.081.813,20	114.218.377,90			139.081.813,20	114.211.746,36
31.90.01 – Aposent. RPPS	32.116.709,01	28.641.013,14	32.116.709,01	28.641.013,14			32.116.709,01	28.639.315,92
31.91.13 – Obrig. Patronais	28.790.965,40		28.790.965,40				28.790.965,40	
Demais elementos do grupo	16.664.362,32	16.392.987,90	16.664.362,32	16.380.351,90			16.664.362,32	16.373.038,69
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
33.90.39 – Outros Serviços	21.430.880,23	14.242.417,06	13.216.227,24	11.002.547,42	8.214.652,99	3.239.869,64	12.962.377,78	10.632.519,60
33.90.37 – Loc. Mão de Obra	17.796.165,32	13.941.008,28	16.224.478,23	13.034.039,05	1.571.687,09	906.969,23	15.715.866,07	12.753.287,91
33.90.92 – Aux.-Alimentação	7.997.626,50		7.997.626,50				7.997.626,50	
Demais elementos do grupo	27.688.832,29		24.516.930,47	20.440.604,13	3.171.901,82	1.313.891,06	23.989.452,30	20.136.366,63
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos								
44.90.52 – Equip. e Mat.	16.667.565,86	3.633.483,98	7.748.396,23	175.718,11	8.919.469,63		7.681.174,58	162.220,13
44.90.51 – Obras e Inst.	11.035.872,70	2.500.000,00	4.222.161,89	2.047.647,68	6.813.710,81	452.352,32	3.922.234,98	2.046.515,57
44.90.39 – Outros Serv. Terc.	295.713,07		234.601,15		61.111,92		178.293,67	
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.5.1.3 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Tabela 19: Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	733.149,42	2.942.162,24	722.241,91	2.737.392,02
l) Convite				
m) Tomada de Preços	270.611,84		270.611,84	
n) Concorrência		2.047.647,68		2.046.515,57
o) Pregão	462.537,58	894.514,56	451.630,07	690.876,45
p) Concurso				
q) Consulta				
8. Contratações Diretas (g+h)	876.415,11	246.287,26	823.787,01	130.266,57
r) Dispensa	734.669,28	189.808,15	682.041,18	97.215,53
s) Inexigibilidade	141.745,83	56.479,11	141.745,83	33.051,04
9. Regime de Execução Especial				
t) Suprimento de Fundos				
10. Pagamento de Pessoal (j+k)				
u) Pagamento em Folha				
v) Diárias				
11. Outros	815.824,34	291.737,95	800.376,18	291.737,95
12. Total (1+2+3+4+5)	2.425.388,87	3.480.187,45	2.346.405,10	3.159.396,54

Fonte: Siafi Gerencial

4.5.1.4 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Tabela 20: Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – créditos de movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	3.396.567,25	2.167.308,35	1.771.851,31	1.070.629,13	1.624.715,94	1.096.679,22	1.751.094,45	891.811,97
33.90.39 – Outros Serviço	1.433.422,98	1.563.354,82	528.046,96	252.810,51	905.015,42	1.310.544,31	528.046,96	125.466,85
33.90.18 – Aux. Financ. a Est.	592.461,91		280.657,16		311.804,75		268.758,36	
33.90.48 – Outros Aux. Financ	430.783,55		414.375,88		16.407,67		414.375,88	
Demais elementos do grupo	939.898,81		548.410,71		391.488,10		539.913,25	
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 – Investimentos	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011

44.90.52	6.770.581,11	3.633.483,98	694.241,51	175.718,11	6.076.339,57	3.457.765,87	636.014,63	162.220,13
44.90.51	5.621.442,74	2.500.000,00	188.259,90	2.047.647,68	5.433.182,84	452.352,32	188.259,90	2.046.515,57
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

4.5.1.5 Análise crítica

A Instituição no ano de 2012 obteve um aumento nas despesas, investimentos e folha de pagamento devido a expansão de novas unidades. Houve aumento de alunos e auxílio ao educando.

5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Tabela 21: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2012
Razões e Justificativas:					
Fonte: Não se Aplica					

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela 22: Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	26.230.795,46	823.323,99	22.660.466,22	2.747.005,25
2010	1.846.750,79	560.104,27	192.643,46	1.094.003,06
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012

2011				
2010				
...				

Fonte: Siafi Gerencial

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Não houve transferência, convênios e contratos de repasse.

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

A despesa realizada por meio de suprimento de fundos deverá ser demonstrada por meio de quatro (4) demonstrativos: o primeiro deverá evidenciar o montante de despesas realizadas por meio do suprimento de fundos, discriminando-se entre as despesas efetuadas por meio de utilização da **Conta Tipo “B”** e as efetuadas por meio do **CPGF**; o segundo detalhará despesa realizada por meio da concessão de suprimento de fundos para ser efetuada por meio da utilização da conta corrente **Tipo “B”**; o terceiro evidenciará a despesa realizada com a utilização do cartão de crédito (CPGF); o quarto, por fim, demonstrará a evolução da utilização do suprimento de fundos ao longo do tempo, segregando-se as despesas realizadas via **CPGF** e **Conta Tipo “B”**.

5.4.2 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Tabela 23: Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Conta Tipo "B"	Valores		Total Geral
			CPGF		
			Saque	Fatura	
158151	IFES – REITORIA		210,00	7.111,80	7.321,8
158272	IFES – CAMPUS COLATINA			7.030,49	7.030,49
158416	IFES – CAMPUS VITÓRIA		3.940,00	17.752,48	21.692,48
158417	IFES – CAMPUS SERRA			5.246,65	5.246,65
158418	IFES – CAMPUS CACHOEIRO			2.377,64	2.377,64
158419	IFES – CAMPUS ARACRUZ		1302,85	851,03	2.153,88
158424	IFES - CAMPUS ITAPINA			4.416,04	4.416,04
158425	IFES – CAMPUS ALEGRE			16.508,29	16.508,29
158427	IFES – CAMPUS VILA VELHA			733,29	733,29
158428	IFES – CAMPUS IBATIBA			966,31	966,31
158429	IFES – CAMPUS VENDA NOVA IMIGRANTE			10.292,35	10.292,35
158892	IFES – CAMPUS PIÚMA			1.648,42	1.648,42
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		5.452,85	74.934,79	80.387,64

5.4.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Tabela 24: Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

158151		Limite de Utilização da UG	16.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOSE GERALDO	6481348720	8.000,00	110,00	1.549,41	1.659,41
PAULO SERGIO SUBTIL MARCHESI	82714606768	8.000,00	100,00	5.562,39	5.662,39
Total Utilizado pela UG			210,00	7.111,80	7.321,80
158272		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
RONIS FARIA DE SOUZA	07655152705	8.000,00		7.030,49	7.030,49
Total Utilizado pela UG				7.030,49	7.030,49
158416		Limite de Utilização da UG:	32.000,00		
JORGE LUIZ DE MATTOS	41706765720	24.000,00	3.940,00	16.102,93	20.042,93
SERGIO KILL	77996801720	8.000,00		1.649,55	1.649,55
Total Utilizado pela UG			3.940,00	17.752,48	17.752,48
158417		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
EMERSON ATILIO	01732644701	8.000,00		5.246,65	5.246,65
Total Utilizado pela UG				5.246,65	5.246,65
158418		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
RUBIA BALARINI ALTOE HECKERT	07828445709	8.000,00		2.377,64	2.377,64
Total Utilizado pela UG				2.377,64	2.377,64

158419		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
CLEITON MATEINI MADEIRA	10704478706	8.000,00	1.302,85	851,03	2.153,88
Total Utilizado pela UG				851,03	851,03
158424		Limite de Utilização da UG:	16.000,00		
MARCO ANTONIO RAVARA	84095768720	8.000,00		1.546,02	1.546,02
GILMAR RANGEL MIRANDA	84803320772	8.000,00		2.870,02	2.870,02
Total Utilizado pela UG				4.416,04	4.416,04
158425		Limite de Utilização da UG:	24.000,00		
WILTON MESQUITA DOS SANTOS	41635418704	16.000,00		15.280,37	15.280,37
JOÃO BATISTA ROCHA DA SILVA	72765496749	8.000,00		1.227,92	1.227,92
Total Utilizado pela UG				16.508,29	16.508,29
158427		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
ROBERTO PEREIRA SANTOS	53568656604	8.000,00		733,29	733,29
Total Utilizado pela UG				733,29	733,29
158428		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
ADELSON DE AZEVEDO MOREIRA	59290544600	8.000,00		966,31	966,31
Total Utilizado pela UG				966,31	966,31
158429		Limite de Utilização da UG:	32.000,00		
CRISTIANO FIM	11809873738	16.000,00		3.750,94	3.750,94
ALOISIO CARNIELLI	36404233720	16.000,00		6.541,41	6.541,41
Total Utilizado pela UG				10.292,35	10.292,35
158892		Limite de Utilização da UG:	8.000,00		
CESAR ADEMAR HERMES	01633537942	8.000,00		1.648,42	1.648,42
Total Utilizado pela UG				1.648,42	1.648,42
Total Utilizado pela UG			5.452,85	74.934,79	75.144,79
Total Utilizado pela UJ			5.452,85	74.934,79	80.387,64

5.4.4 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve transação desse tipo.

5.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não houve renúncia tributária.

5.6 GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Não houve movimentação de precatórios.

Erro! Indicador não definido.

6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 FORÇA DE TRABALHO

Tabela 25: Força de Trabalho

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/ 12				
Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	691	2087	413	138
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	691	2087	413	138
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	689	1927	391	137
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	1	2	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	46	111	89	93
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	171	251	48	28
4. Total de Servidores (1+2+3)	908	2449	550	259

Fonte: Campi

6.2 SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO

Tabela 26: Situações que reduzem a força de trabalho

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ– Situação em 31/ 12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	9
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	3
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	118
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	117
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	122
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	6
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	103
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	10
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	46
4.1. Doença em Pessoa da Família	23
4.2. Capacitação	23
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	8
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	1
5.4. Interesses Particulares	7
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	9
6.1 Redistribuição	1
6.2 Exoneração a pedido	3
6.3 Exoneração	1
6.4 (Art. 202, Lei 8.112)	1
6.5 Afast. exercício provisório - ART. 84 P. 2.L.8112/90 (matricula SIAPE: 0270361)	1
6.6 Afast. para prestar colaboração técnica, ART. 26-A, LEI Nº 11.091, 12/01/2005 (matricula SIAPE: 1787693)	1
6.7 Remoção para a Reitoria tornada sem efeito (matricula SIAPE: 1104485)	1
6.8 Interesses Particulares	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	315
Fonte: Campi	

6.3 CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS

Tabela 27: Cargos em comissão e funções gratificadas

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ(Situação em 31 de dezembro)				
Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	18	97	20	18
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	18	97	20	18
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	17	89	19	17
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	1	0	1	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	69	306	69	50
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	69	278	69	50
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	87	403	89	68

Fonte: Campi

6.4 QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA

Tabela 28: Servidores por faixa etária

Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJpor faixa etária – Situação apurada em 31/ 12					
Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	412	693	548	321	53
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	373	656	528	314	50
1.3. Servidores com Contratos Temporários	39	37	20	7	3
2. Provimento de Cargo em Comissão	57	112	99	59	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	4	19	26	28	3
2.3. Funções Gratificadas	53	93	73	31	3
3. Totais (1+2)	469	805	647	380	59

Fonte: Campi

6.5 QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tabela 29: Servidores por nível de escolaridade

Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/ 12									
Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	3	27	260	298	706	558	240
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	27	260	273	666	542	234
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	25	40	16	6
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	38	32	138	55	26
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	4	37	20	12
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	2	38	28	101	35	14
3. Totais (1+2)	0	0	3	29	298	330	844	613	266
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									
Fonte: Campi									

6.6 CUSTOS DE PESSOAL

Tabela 30: Custos de pessoal

Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores										Valores em R\$ 1,00		
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis							Despesas de Exercícios Anteriores		Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis					
Membros de Poder e Agentes Políticos												
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão												
Exercícios	2012	100.516.554,94	801.428,17	11.107.276,70	12.537.785,42	8.384.239,71	3.104.658,63	720.004,56	131.777,33		165.782,88	78.267.295,34
	2011	74.181.025,18	273.583,44	6.797.903,90	4.981.227,06	5.025.216,32	2.397.209,68	877.867,19	0,00		958.487,89	55.200.774,59
	2010	62.570.078,48	250.432,52	8.005.050,73	4.038.261,46	4.746.383,07	1.853.809,58	950.918,14	15.414,91		2.252.170,37	50.979.584,33
Servidores com Contratos Temporários												
Exercícios	2012	1.908.109,46	0,00	104.777,55	50.016,19	152.222,14	0,00	19.149,73	0,00		0,00	1.375.250,63
	2011	2.073.265,18	0,00	136.110,03	35.655,34	188.279,14	875,11	26.792,48	0,00		0,00	1.990.710,50
	2010	2.384.382,65	0,00	183.537,54	71.725,80	177.802,98	0,00	18.753,28	0,00		0,00	2.422.012,16
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença												
Exercícios	2012	300.788,31	27.557,71	36.723,69	41.929,07	19.352,42	14.564,63	492,62	0,00		0,00	363.192,12
	2011	221.732,55	7.639,90	34.816,96	33.676,50	10.685,00	21.574,98	123,16	0,00		0,00	245.945,17
	2010	183.269,93	2.760,67	13.917,08	53.630,27	16.230,00	5.432,20	464,76	0,00		1.696,98	157.853,52
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2012	9.437.102,09	3.097.959,11	1.020.672,31	902.946,67	569.886,84	247.850,76	69.010,51	8.459,89		37.825,80	10.821.445,72
	2011	6.663.993,67	2.707.753,12	1.016.275,15	544.975,16	691.508,96	200.832,41	169.806,14	0,00		35.480,45	8.399.182,42
	2010	6.403.008,16	2.742.003,72	1.098.618,12	576.654,97	708.411,74	185.391,26	157.041,56	9.837,60		38.371,68	8.573.199,02
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas												
Exercícios	2012	14.040.995,39	1.178.274,76	1.875.978,60	1.514.932,66	1.133.784,79	550.759,40	146.988,65	16.533,68		48.465,75	13.753.968,55
	2011	7.743.715,91	769.112,22	1.252.591,86	451.877,29	722.757,47	399.505,41	162.434,54	0,00		19.083,48	10.117.349,48
	2010	8.603.341,44	725.427,53	1.339.594,42	508.358,24	772.055,54	377.669,08	208.481,07	7.133,21		19.083,48	8.621.479,55

Fonte: Campi

6.7 SERVIDORES INATIVOS

Tabela 31: Servidores inativos

Quadro A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro		
Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	373	16
1.1 Voluntária	353	16
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	20	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	47	1
2.1 Voluntária	39	0
2.2 Compulsória	5	0
2.3 Invalidez Permanente	3	1
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	420	17

Fonte: Campi

6.8 INSTITUIDORES DE PENSÃO

Tabela 32: Instituidores de Pensão

Quadro A.6.8 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/ 12		
Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	154	2
1.1. Integral	146	1
1.2. Proporcional	8	1
2. Em Atividade	46	8
3. Total (1+2)	200	10

Fonte: Campi

O Campus São Mateus não possui Instituidores de Pensão nos termos desta portaria, possui apenas 2 servidores com pensão alimentícia.

6.9 ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU

Tabela 33: Atos sujeitos ao registro do TCU

Quadro A.6.9 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/ 2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	426	179	426	171
Concessão de aposentadoria	18	10	17	10
Concessão de pensão civil	10	7	10	7
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	13	0	13	0
Totais	467	196	466	188

Fonte: Campi

6.10 ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU

Tabela 34: Atos sujeitos a comunicação do TCU

Quadro A.6.10 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/ 2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	70	56	56	52
Cancelamento de concessão	1	0	1	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	71	56	57	52

Fonte: Campi

6.11 REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tabela 35: Regularidade dos atos no Sisac

Quadro A.6.11 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac				
Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	105	113	77	83
Concessão de aposentadoria	7	9	3	2
Concessão de pensão civil	2	7	0	2
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	1	0	0	12
Total	115	129	80	99
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	18	15	8	10
Cancelamento de concessão	1	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	19	15	8	10
Fonte: Campi				

6.12 ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU

Tabela 36: Atos sujeitos à remessa física ao TCU

Quadro A.6.12 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/ 2007)				
Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

Fonte: Campi

6.13 ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

Tabela 37: Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro

Quadro A.6.13 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro				
Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	5	0	0	0
Concessão de aposentadoria	2	0	0	0
Concessão de pensão civil	1	0	2	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	8	0	2	0

Fonte: Campi

6.14 CARGOS COM OCORRÊNCIA DE SERVIDORES TERCEIRIZADOS

Tabela 38: Cargos com ocorrência de servidores terceirizados

Quadro A.6.14 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada					
Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
Encarregada de limpeza	1	1	1	0	0
Auxiliar de Serviços Gerais	23	23	26	0	0
Jardineiro	3	3	3	0	0
Vigilante	16	16	16	0	0
Oficial	1	0	0	0	0
Oficial Polivalente	5	0	0	0	0
Pedreiro	0	6	6	0	0
Recepcionista	3	2	2	1	0
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão					
<p>O Campus São Mateus possui serviços terceirizados nas seguintes áreas: Manutenção predial, vigilância, recepção, limpeza e conservação. Cargos extintos e autorizada a contratação de serviços terceirizados através do decreto nº 2.271 de 07 de julho de 1997.</p>					
<p>Fonte: Campi</p>					

6.15 TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS POR OCORRÊNCIA DE CONCURSO PÚBLICO

Tabela 39: Terceirizados substituídos por ocorrência de concurso público

Quadro A.6.15 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados					
Nome do Empregado Terceirizado Substituído	Cargo que Ocupava no Órgão	D.O.U. de Publicação da Dispensa			
		Nº	Data	Seção	Página
Não há.					
<p>Fonte: Campi</p>					

6.16 AUTORIZAÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Tabela 40: Autorização para substituição de terceirizados.

Quadro A.6.16 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados			
Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
Não há.			
Fonte: Campi			

6.17 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Tabela 41: Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva - Reitoria

Unidade Contratante													
Nome: IFES – Reitoria						CNPJ: 10.838.653/0001-06							
UG/Gestão: 158151/26406													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	23/2010	Ativa Terceirização de Mão de Obra Lta-ME	07/06/2010	07/06/2013	5	5					A
2010	V	O	24/2010	Transegur Segurança Armada e Transporte de Valores Ltda	07/06/2010	01/06/2013	8	8					A
2012	V	O	(*)12/2012	ACF Vigilância e Segurança Ltda-ME	09/07/2012	09/07/2013	4	4					A
Observações: (*) – Contrato para atendimento ao Campus do IFES Centro Serrano, em implantação.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Unidade Contratante													
Nome: IFES – Alegre						CNPJ: 10.838.653/0012-50							
UG/Gestão: 158425/26406													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	

2011	L	O	01/2011	04741904/000129	01/03/2011	28/02/2013	71	71	03	03				P
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Aracruz														
UG/Gestão: 158419/26406							CNPJ: 10.838.653/0014-12							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	11/2011	05261183/000112	19/12/2011	18/12/2013	22	22						P
2011	V	O	5/2011	08944765/000191	01/06/2011	21/12/2012	8	8						E
2011	V	O	1/2013	08944765/000191	01/01/2013	31/12/2013	12	12						A
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Cachoeiro														
UG/Gestão: 158418/26406							CNPJ: 10.838.653/0010-99							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	72/2009	05.276.664/0001-00	01/12/09	30/11/2013	20	18		02				P
2011	V	O	02/2010	03.265.996/0001-55	01/02/10	31/01/2014	08	03		05				p
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Ibatiba														
UG/Gestão: 158428/26406							CNPJ: 10.838.653/0011-70							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	L	O	08/2011	Nova Safra Agronegócios Ltda	01/10/11	31/09/2012	11	11	01	01	01	00		P
2011	V	O	03/2011	Transegur Seguradora e Transportadora de Valores	01/02/11	31/01/2012	08	08	01	01				P
Unidade Contratante														
Nome: IFES - Linhares														
UG/Gestão: 158420 / 26406							CNPJ: 10.838.653/0006-02							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	52/2009	05.276.664/0001-00	01/10/2012	30/09/2013	27	27						P
2010	V	O	39/2010	03.265.996/0001-55	01/06/2012	31/05/2013	12	12						P

Unidade Contratante														
Nome: IFES – Itapina														
UG/Gestão: 158424/26406							CNPJ: 10.838.653/0004-40							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	L	O	12/2008	00.242.427/0001-04	06/11/11	06/11/2012	16	20						P
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Nova Venécia														
UG/Gestão: 158422/26406							CNPJ: 10.838.653/0008-74							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	51/2009	05.276.664/0001-00	01/10/09	30/09/13	26	30	1	1	-	-		P
2010	V	O	04/2010	03.365.996/0001-55	01/06/10	31/05/13	12	13	-	-	-	-		P
Observações:														
→O Contrato nº 51/2009 foi firmado pela Reitoria do Ifes, CNPJ: 36.048.874/0001-66, estando hoje no 3º Aditivo Contratual sendo os Termos Aditivos firmados pelos Campus Nova Venécia do Ifes.														
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Piúma														
UG/Gestão: 158892/26406							CNPJ: 10.838.653/0019-27							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2011	V	O	02/2011	03.265.996/0001-55	02/2011	02/2013	8	8						P
2010	L	O	03/2010	02.201.230/0001-44	11/2010	11/2012	19	19						E
2012	L	O	02/2012	04.741.904/0001-29	11/2012	11/2013	19	19						A
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Santa Teresa.														
UG/Gestão: 158426/26406							CNPJ: 10.838.653/0015-01							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato Numero	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	V	O	16/2007	UNISEG 08.030.075/0001-27	14/12/2007	13/12/2012				X				E
2011	L	O	01/2011	Ativa Terceirização de Mão de Obra Ltda. 02.201.230/0001-44	01/02/2011	31/01/2014		X						P
2011	L	O	02/2011	Top Limp Topografia e Prestação de Serviços Ltda. 08.672.662/0001-10	11/02/2011	10/02/214		X						P
2012	V	O	17/2012	SVA Segurança e Vigilância Armada Ltda. 08.944.765/0001-91	19/12/2012	18/12/2013				X				A
Observações: O Contrato 01/2011 trata-se de limpeza e higienização das edificações, enquanto o Contrato 02/2011 tem como objeto a manutenção e conservação das áreas de campo.														
Unidade Contratante														
Nome: IFES - São Mateus														
UG/Gestão: 158423/26406							CNPJ: 10.838.653/0009-55							

Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato Numero	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	67/2009	05.276.664/0001-00	01/12/2009	30/11/2012	12	12						P
2009	V	O	93/2009	03.265.996/0001-55	01/01/2010	31/12/2012	12	12						E
2012	V	O	11/2012	10.330.894/0001-31	01/01/2013	31/12/2013	16	16						A
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Serra														
UG/Gestão: 158417 / 26406							CNPJ: 10.838.653/0016-84							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	11/2010	11.237.497/0001-82	01/12/10	30/11/13	22	22	1	1				A
2011	V	O	10/2011	03.265.996/0001-55	01/01/12	31/12/13			16	16				A
Unidade Contratante														
Nome: IFES - Venda Nova do Imigrante														
UG/Gestão: 158429/26406							CNPJ: 10.838.653/0013-31							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	V	O	03/2010	03.265.996/001-55	01/02/2010	31/01/2014	X							P
2010	L	O	73/2009	05.276.664/0001-00	01/02/2010	01/02/2014	X							P
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Vila Velha														
UG/Gestão: 158427/ 26406							CNPJ: 10.838.653/0003-60							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	05/2011	13.024.068/0001-52	16/12/2012	15/12/2013	17	17						A
2012	V	O	04/2011	08.944.765/0001-91	25/11/2012	24/11/2013	10	10						A
Observações:														
Por se tratar de processo continuado houve renovação dos contratos firmados com as empresas em 2011.														
Fonte: Diretoria de Administração – Ifes Campus Vila Velha														
Unidade Contratante														
Nome: IFES – Vitória														
UG/Gestão: 158416/26406							CNPJ: 10.838.653/0002-89							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	76/2009	05.276.664/0001-00	02/12/2009	02/12/2013	-	59	-	-	-	-	-	A
2009	V	O	79/2009	03.265.996/0001-55	01/01/2010	31/12/2013	12	12	-	-	-	-	-	A

Observações: A previsão do serviço de Conservação e Limpeza é por metro quadrado. A previsão de Vigilância é pela quantidade de postos(neste caso 3 postos diurnos e 3 noturnos)

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:Siasg

Unidade Contratante

Nome: IFES – Colatina

UG/Gestão: 158272/26406

CNPJ: 10.838.653/0005-21

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2010	L	O	04/2010	07.780.835/0001-50	07/12/10	14/11/2012	26	26							E
2012	L	O	05/2012	39.299.359/0001/47	16/11/12	16/11/13	26	26							A
2009	V	O	99/2009	03.265.996/0001-55	30/12/09	31/12/13	8	10							P

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:Siasg

6.18 INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Tabela 42: Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Unidade Contratante														
Nome:														
UG/Gestão:							CNPJ:							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

6.19 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Tabela 43: Composição do quadro de estagiários

Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	98	118	148	198	513.710,46
1.1 Área Fim	70	87	110	141	512.694,12
1.2 Área Meio	28	31	38	57	114.250,43
2. Nível Médio	25	37	32	49	118.530,41
2.1 Área Fim	12	15	15	21	64.684,98
2.2 Área Meio	13	22	17	28	53.845,43
3. Total (1+2)	123	155	180	247	632.240,87

Fonte: Campi, SIAPE e Arquivo funcional

6.20 TERCEIRIZADOS IRREGULARES

Sem registro.

6.20.1 Providência Adotadas Para Substituição De Servidores Terceirizados Irregulares

Sem registro.

7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

7.1.1 Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A frota de veículos, bem como a sua utilização é regulada pela Instrução Normativa Nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos da Reitoria do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes é de grande importância para o desenvolvimento da instituição, bem como para a manutenção das suas atividades educacionais e administrativas. Como trata-se de atendimento da Reitoria, a ausência dos veículos acarretaria dificuldades aos servidores que, por vezes, necessitam dos veículos visando o seu deslocamento para os campi da instituição.

- c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Todos os veículos da frota da Reitoria do Ifes estão enquadrados no grupo IV - veículos de serviços comuns, ou seja, um total de 10 veículos. Dentro desse total, existe a subdivisão caracterizando 8 veículos como transporte de pessoal e 2 veículos como transporte coletivo.

- d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Tendo em vista a recente criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo e Transporte, ainda não foi possível se fazer uma aferição da média anual de quilômetros rodados. A Coordenadoria está se empenhando no controle para que, no futuro, seja possível fazer o levantamento e a tabulação das informações. As informações já existentes ainda são insuficientes para oferecer os dados solicitados.

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média da frota é de 3,5 anos.

- f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Reitoria - Foi feito um seguro de toda a frota da Reitoria em meados do ano de 2012, gasto com Combustível foi de R\$ 3.897,00 e Manutenção R\$ 12.858,78.

Aracruz - Combustível - R\$ 7.576,00, Lavagem - R\$ 864,00, Manutenção/Revisão - R\$ 4.507,76.

Alegre – Combustível – R\$2.764,56, Manutenção – R\$3.977,97.

Cachoeiro – Custos com fortas de veículos aproximadamente R\$ 15.000,00.

Colatina – Custos associados à manutenção R\$31.131,47

Ibatiba - O Custo do seguro anual dos veículos é de R\$ 5.507,27(Cinco mil e quinhentos e sete reais e vinte e sete centavos), o gasto anual de combustível é de R\$11.000,00 por ano, aproximadamente, e o custo com manutenções preventivas/corretivas é de R\$ 3.458,24.

Piúma - Custo associados no ano de 2012: R\$273,28/mês

Santa Teresa - O custo para manutenção da frota para o exercício de 2012 foi de R\$ 50.440,22.

São Mateus - Em 2012, o custo associado à manutenção da frota institucional somou em R\$ 24,270,84.

Serra – Custo com combustível R\$3.300,00 e Seguro R\$ 1.537,34.

Venda Nova – média de quilometragem 12.000 km

g) Plano de substituição da frota;

Ainda não existe um plano de substituição da frota. Os veículos são adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência da instituição, tendo em vista que estão sendo construídos e inaugurados novos campi do Ifes.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A possibilidade de se fazer a locação dos veículos foi avaliada e está aberto um procedimento licitatório para que se possa contratar uma empresa especializada a fim de se tentar diminuir os custos com aquisição e manutenção da frota.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

A Coordenadoria de Apoio Administrativo e Transporte está controlando a utilização dos veículos através da Ficha de Controle de Saída Mensal de Veículo, na qual constam as informações sobre o uso do carro. Porém tais informações ainda são incipientes, tendo em vista que a criação da coordenadoria é recente. Está sendo estudada a implantação de algum tipo de documento assinado pelos servidores que têm autorização para a condução dos veículos, no sentido de declarar que estão em dia com CNH e que têm ciência do procedimento de condução de veículo oficial. Além disso, existe um procedimento licitatório em andamento a fim de contratar empresa especializada em locação de veículos, buscando que se tenha uma maior economicidade na manutenção da frota própria

7.1.2 Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

Não se Aplica.

7.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Tabela 44: Distribuição espacial dos bens imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE
------------------------	--------------------------

		PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	26	26
	município 1	1	1
	município 2	1	1
	município "n"	1	1
	UF "n"	1	1
	município 1	4	4
	município 2	1	1
	município "n"	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	PAÍS 1	1	1
	cidade 1	1	1
	cidade 2	8	8
	cidade "n"	1	1
	PAÍS "n"	1	1
	cidade 1	1	1
	cidade 2	1	1
	cidade "n"	1	1
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		26	26

Fonte: Siafi e SPIUnet.

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Tabela 45: Distribuição espacial dos bens imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1	01	02
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"	01	02
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil		01	02
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		01	02

Fonte: Contrato locação bem Reitoria.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manut.

158272	5629.00029.500-4	21	3	6.389.256,48	31/12/2011	7.039,952,92	273.076,92		
158416	5629.00216.500-0	21	3	16.309.836,77	31/12/2011	16.309.836,77		58.211,70	
158417	5629.00009.500-6	21	3	5.086.133,45	31/12/2011	5.086.133,45		264.111,46	
158418	5699.00032.500-1	21	3	300.000,00	31/12/2011	300.000,00			
158419	5611.00026.500-5	21	3	458,872,70	07/10/2013	458,872,70		47.006,88	
158420	566.300051.500-4	21	3	3.557.958,84	24/09/2012	3.557.958,84		8.311,86	
158421	5625.00011.500-3	21	3	4.523.151,57	01/09/2012				
158422	5677.00008.500-0	21	3	5.132.261,85	08/02/2010	5.132.261,85	3.674.954,53		
158423	5697.00036.500-7	21	3	812.738,55	16/10/2010	812.738,55			
158424	5629.00002.500-7	21	3	271.360,94	31/12/2011	271.360,94			
158424	5629.00003.500-2	21	3	7.591.362,90	31/12/2011	9.374.890,88		188.773,58	
158424	5629.00027.500-3	21	3	92.056,00	31/12/2011	92.056,00			
158425	5603.00010.500-7	21	2	3.263.000,00	31/12/2012	18.917.590,46	881.137,76	894.797,35	
158426	5691.00139.500-8	21	3	5.397.795,44	25/09/12	5.901.659,44	4.562.097,45	48.220,66	
158426	5691.00149.500-2	21	3	239.280,00	25/09/12	240.000,00	-	-	
158426	5691.00142.500-4	15	3	38.723,62	25/09/12	53.665,46	-	-	
158426	5691.00140.500-3	15	3	24.494,12	25/09/12	40.434,76	-	-	
158426	5691.00141.500-9	15	3	35.014,85	25/09/12	58.392,68	-	-	
158426	5691.00138.500-2	23	3	17.226,00	25/09/12	17.226,00	-	-	
158426	5691.00136.500-1	15	3	30.824,88	25/09/12	30.494,05	-	-	
158426	5691.00137.500-7	15	3	38.264,40	25/09/12	38.486,13	-	-	
158428	5709.00021.500-2	21	3	2.560.250,00	24/08/2012	2560.250,00			
158429	5729.00005.500-0	21	3	11.000.000,00	26/09/2012	11.000.000,00		120.251,13	
158883	5647.00017.500-7	21	3	3.746.705,56	26/09/2012	3.746.705,56			
Total							9.118.189,74	1.629.684,62	

Fonte: Siafi e SPIUnet.

Análise Crítica:

Campus Vila Velha: Não foi cadastrado no SPIUnet por motivo cartoriais. Foi celebrado do Contrato Gratuito de Direito Real de Superfície entre o Ifes e a COHAB-ES, por um período de 20 anos, o qual está em vias de ser averbado no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Vila Velha - 1ª Zona.

Campus Piúma: Não foi cadastrado no SPIUnet por motivo cartoriais. O Contrato de cessão de uso gratuito feito pela União foi assinado em 15 de setembro de 2012 e o contrato devidamente assinado chegou no Campus Piúma em janeiro de 2013.

8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Tabela 46: Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
x	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.

	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
x	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?

x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
x	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
x	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.

<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(2) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
No caso da questão 7, não possuímos contrato vigente de serviços de Desenvolvimento de Sistemas.	

Análise crítica

Entendemos que todos os itens acima dizem respeito à Governança de TI. Nesse contexto implantamos muito recentemente (cerca de 60 dias) o Escritório de Governança de TI com 02 analistas de TI e um assistente administrativo, com o objetivo de apoiar as ações da Gestão de TI e com isso melhorar questões importantes na gestão como o planejamento, documentação, processos e com isso melhorar a qualidade dos serviços da TI atendendo melhor às áreas de negócio e por consequência a comunidade.

Sobre a questão 8 , que trata da carta de Serviços ao Cidadão, o Instituto dispõe no seu site dos serviços prestados e das formas de acesso a estes.

9 GESTÃO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Quadro A.9.1 a seguir, denominado **Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**, está organizado de forma a se obter um conjunto de informações que permita, de uma maneira geral, analisar o grau de desenvolvimento da gestão ambiental, mormente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido de acordo com as orientações descritas abaixo.

Tabela 47: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de	Descarte seletivo de produtos residuais				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
sustentabilidade ambiental foram aplicados?	na conservação e limpeza.				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Tabela 48: Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Reitoria						
Reitoria Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água	1.508,66 m3	842 m3	441 m3	4.792,94	3.583,83	1.748,90
Energia Elétrica	184.664 Kw	170.836 Kw	61.862 Kw	121.387,54	113.530,61	28.652,45
			Total	126.180,48	117.114,44	30.401,35

Fonte:

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Alegre						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Projeto de Reaproveitamento de Papel			2011	Produção de blocos para rascunho		
canecas laváveis			2011	Redução do uso de copos descartáveis		
Semana do Meio Ambiente			2011	Reaproveitamento de óleo de cozinha: Produção de sabão e detergente		
Semana Ambientação			2012	Conscientização do uso dos recursos naturais e		
Semana do Cooperativismo Estudantil			2012	Plantio de Árvores		
Encontro de Educadores do IFES- Campus Alegre (Sustentabilidade e Produção Agrícola)			2012	Utilização dos recursos naturais de forma adequada		
Semana de Educação para a Vida e Semana do Meio Ambiente			2012	Coleta seletiva de pilhas Reciclagem de garrafas tipo pet		
Implantação da Floresta Piloto			2012	Reflorestamento de uma área de 51,9 ha com árvores nativas e exóticas		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	1.650	1.810	1.090	16.485,08	16.022,12	10.091,20
Água	1.424,41	1.350,40	1.150,60	16.800,00	14.400,00	13.200,00
Energia Elétrica	404.424	357.275	146.880	372.806,72	337.001,92	136.000,00
			Total	406.091,80	367.424,04	159.291,20
Adesão a Programas de Sustentabilidade -Aracruz						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	460	273	-	4.112	2.240	-
Água	3.542	4.558	-	12.371	15.809	-
Energia Elétrica	305.760	212.800	-	134.094	85.343	-
			Total	150.577	103.392	

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Cachoeiro

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	540	449	395	5.790,00	4.014,06	3.693,25
Água						-
Energia Elétrica						-
			Total	5.790,00	4.014,06	3.693,25

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Ibatiba

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	260			2809,00		
Água	831,8			4139,57		
Energia Elétrica	94380,541			69462,18		
			Total	76410,75		

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Itapina

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
A unidade não aderiu a nenhum programa		

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	700	700	230	5.621,00	6.108,00	2.228,80
Água				115.500,00	102.324,00	69.017,09
Energia Elétrica	1.017.151	922.754	1.050.106	579.392,63	541.367,58	564.994,06
			Total	700.513,63	649.799,58	636.239,95

Fonte:

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Linhares

Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados
Não se aplica		

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					

	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	314 resmas	269 resmas	138 resmas	3.128,46	2.417,22	1.283,40
Água				0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	310.737 kWh	38.325 kWh	---	181.830,79	14.634,52	0,00
			Total	184.959,25	17.051,74	1.283,40

Fontes: Subegrência de Administração Geral e Coordenadoria de Materiais e Patrimônio.

Adesão a Programas de Sustentabilidade – Nova Venécia						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Não houve adesão a programas de sustentabilidade.			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	261	205	228	2.871,00	2.171,40	2.608,00
Água	4.072m³	4.117m³	8.887m³	21.546,19	R\$ 18.411,78	44.208,19
Energia Elétrica	262.913 kwh	194.564 kwh	195.245 kwh	184.933,27	141.681,46	113.292,44
			Total	209.305,46	162.265,64	160.108,63

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Piúma						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	273 resmas	250 resmas	06 resmas	3.003,00	2.235,00	79,20
Água	5707,9 m³	1746,3 m³		37.179,26	47.618,13	
Energia Elétrica	123764 kwh	69195 kwh	39701 kwh	80.230,71	44.987,12	29.616,40
			Total	120.412,97	94.840,25	29.695,60

Fonte:

Adesão a Programas de Sustentabilidade – Santa Teresa						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	600 resmas	660 resmas	330 resmas	6.850,00	5.900,00	3.300,00
Água	72.000m3	64.800 m3	61.200m3	-	-	-
Energia Elétrica	757.454 kwh	716.216 Kwh	815.214 kwh	442.800,61	376.984,69	344.909,09
			Total	449.650,61	382.884,69	348.209,09

Adesão a Programas de Sustentabilidade – São Mateus						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	480 resmas	720 resmas	0,00	5.530,00	7.246,00	0,00

Água	856 m³	1.083 m³	2.268 m³	2.169,00	2.443,00	4.784,00
Energia Elétrica	320.344,45 Kwh	281.428,82 Kwh	256.622,16 kwh	310.988,68	259.162,19	184.694,30
			Total	318.687,68	268.851,19	189.478,30

Fonte:

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Serra						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (valor unitário)	540 resmas	520 resmas	490 resmas	11,00	8,94	10,50
Água	4.223,00	4.267,30 m³	5.830,00 m³	22.342,70	20.281,04	25.678,97
Energia Elétrica	Kwh	Kwh	Não	384.911,83	339.262,37	322.944,28
			Total	407265,53	359552,35	348633,75

Adesão a Programas de Sustentabilidade – Venda Nova do Imigrante						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	278 resmas	177 resmas	48 resmas	2.550,45	1650,72	451,20
Água	2416 m³	2294 m³	1660 m³	20.082,35	16.012,98	10.264,33
Energia Elétrica	187.034 Kwh	82.245 Kwh	10.262 Kwh	141.638,12	50.563,43	17.352,46
			Total	164.270,92	68.227,13	28.067,99

Fonte: EDP Escelsa, CESAN, Almoarifado do Campus

Adesão a Programas de Sustentabilidade – Vila Velha						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	278 resmas	177 resmas	48 resmas	2.550,45	1650,72	451,20
Água	2416 m³	2294 m³	1660 m³	20.082,35	16.012,98	10.264,33
Energia Elétrica	187.034 Kwh	82.245 Kwh	10.262 Kwh	141.638,12	50.563,43	17.352,46
			Total	164.270,92	68.227,13	28.067,99

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Vitória						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	6.873 resmas	4.020 resmas	10.000 resmas	57.834,80	32.345,40	87.867,99
Água	25.636 m3	18.847 m3	27.845 m3	122.913,08	90.814,73	72.463,20

Energia Elétrica*	1.548.055,38*	1.589.773,80	1.855.480,67	975.165,41	851.711,23	1.044.374,622
			Total	1.155.913,29	974.871,36	1.204.705,81

Fonte:

Obs.: No quantitativo de papel está contabilizado o montante gasto pela reitoria, em função que este material é recebido na totalidade no almoxarifado deste campus, que possui espaço físico adequado ao recebimento e armazenamento deste material, sendo o mesmo destinado a confecção das provas dos concursos promovidos pela Instituição, em geral.

* Valores referentes a Kilowatt/hora.

Adesão a Programas de Sustentabilidade - Colatina						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel						
Água	6.981 m ³	5.806 m ³	4.419 m ³	53.441,35	42.103,74	29.932,68
Energia Elétrica*	447.732 KWh	385.560 KWh	262.440 KWh	393.054,57	359.937,38	226.110,42
			Total	446.495,92	402.041,12	256.043,10

10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS

10.1 ESTRUTURA E ATIVIDADES DO SISTEMA DE CORREIÇÃO INTERNA

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:

- j) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

A Auditoria Interna está vinculada ao Conselho Superior.

- k) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

Os trabalhos mais relevantes foram realizados nas áreas de Licitação e compras, Recursos Humanos e parecer de Tomada de Contas Especial, as principais constatações se deram no fracionamento de despesas e pagamento de auxílio-transporte. As recomendações elaboradas no Parecer da TCE 01/2012 foram acatadas pela autoridade competente. Foram elaborados procedimentos de auditoria em áreas específicas, conforme orientação da Controladoria geral da União-ES.

- l) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

Das 76 recomendações elaboradas pela AUDIN, 68 foram implementadas, representando 88.5% de atendimento do total de recomendações expedidas.

- m) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

O acompanhamento é feito através de reuniões com a equipe de gestão, durante o período de implementação. Para cada recomendação efetuada, é disponibilizado um período de implementação, conforme o grau de dificuldade para sanar as irregularidades. Consta dos relatórios de auditoria a solicitação de que as implementações efetuadas sejam encaminhadas formalmente, por meio de memorando à Auditoria Interna e, também, por meio eletrônico para o e-mail da AUDIN. São realizadas também visitas “in loco”.

n) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

Acompanhamento dos sistemas SIAPE, SIAFI, SIASG, SPIUNET e SIMEC.

o) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

Através de encaminhamento de relatórios de auditoria e memorandos encaminhados formalmente.

p) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

As recomendações da AUDIN foram em sua maioria acatadas pelos responsáveis não restando recomendações com riscos considerados elevados não acatados.

10.2 INFORMAÇÕES QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU

Tabela 49: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo					26406
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 001.574/2012-4.	342/2012 - Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ifes					26406
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (Campus Aracruz) que, nas futuras licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, abstenha-se de:					
9.3.1. fixar, em patamares elevados, quantitativos mínimos de serviços a comprovar em atestados de capacidade técnica, sem a devida justificativa no respectivo procedimento licitatório, em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal (v.g. Acórdãos 1284/2003; 2088/2004; 2147/2009, todos do Plenário);					
9.3.2. selecionar itens de serviço para fins de comprovação de experiência anterior na execução pouco representativos em termos financeiros no contexto do empreendimento, por transgredir o disposto no art. 30, § 1º, inciso I, parte final, da Lei 8.666/93, e a jurisprudência deste Tribunal (v.g. Acórdãos 697/2006; 170/2007; 2394/2007; 800/2008, todos do Plenário); e					
9.3.3. estipular a necessidade de que a prova da execução anterior se faça num único atestado, o que potencializa a restrição à competitividade, a não ser que a vedação ao somatório esteja devida e amplamente fundamentada nos autos do procedimento licitatório (v.g. Acórdãos 1636/2007 e 2150/2008, todos do Plenário).					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria do <i>campus</i> Aracruz	
Síntese da Providência Adotada	
As recomendações serão seguidas em futuras licitações.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Ainda não foram realizadas licitações deste tipo no campus Aracruz.	

Tabela 50: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo					26406
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 001.574/2012-4.	342/2012 - Plenário			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ifes					26406
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (Campus Aracruz) que, nas futuras licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, abstenha-se de:					
9.3.1. fixar, em patamares elevados, quantitativos mínimos de serviços a comprovar em atestados de capacidade técnica, sem a devida justificção no respectivo procedimento licitatório, em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal (v.g. Acórdãos 1284/2003; 2088/2004; 2147/2009, todos do Plenário);					
9.3.2. selecionar itens de serviço para fins de comprovação de experiência anterior na execução pouco representativos em termos financeiros no contexto do empreendimento, por transgredir o disposto no art. 30, § 1º, inciso I, parte final, da Lei 8.666/93, e a jurisprudência deste Tribunal (v.g. Acórdãos 697/2006; 170/2007; 2394/2007; 800/2008, todos do Plenário); e					
9.3.3. estipular a necessidade de que a prova da execução anterior se faça num único atestado, o que potencializa a restrição à competitividade, a não ser que a vedação ao somatório esteja devida e amplamente fundamentada nos autos do procedimento licitatório (v.g. Acórdãos 1636/2007 e 2150/2008, todos do Plenário).					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria do <i>campus</i> Aracruz					
Síntese da Providência Adotada					
As recomendações serão seguidas em futuras licitações.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Ainda não foram realizadas licitações deste tipo no campus Aracruz.					

Tabela 51: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo					26406
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-033.468/2011-7	Nº 1041/2012 - 2ª Câmara			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Ifes					26406
Descrição da Deliberação					
<p>1.6. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - IFES (Campus Vitória) que:</p> <p>1.6.1. seus editais de licitação:</p> <p>1.6.1.1. não indique, para fins de comprovação de experiência pretérita, serviços que não ostentam significância econômica no contexto do empreendimento, conforme estipula o art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, aplicável também aos atestados de comprovação da capacidade técnico-operacional, segundo Decisão Plenária nº 584/2002;</p> <p>1.6.1.2. não estabeleça, com relação aos mesmos itens de serviço, quantitativos que ultrapassem o razoável e o estritamente necessário para certificação da capacidade técnica, extrapolando, em alguns casos, o máximo aceitável pelo Tribunal, em circunstâncias excepcionais (50% do volume de serviços a executar), em desacordo com o entendimento já consagrado nesta Corte (v.g. Acórdãos n.ºs 1284/2003; 2088/2004; 2656/2007; 608/2008; 2215/2008; 2147/2009 e 1432/2010);</p> <p>1.6.1.3. não fixe quantitativos mínimos em se tratando de capacidade técnico-profissional, em transgressão à vedação contida na parte final do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993, e ao deliberado na Decisão nº 1618/2002 e nos Acórdãos n.ºs 2036/2008, 2882/2008 e 276/2011, todos do Plenário, e 6456/2011-1ª Câmara, entre outros;</p> <p>1.6.1.4. inclua, nos casos em que admitida a subcontratação, dispositivo claro e direto no ato convocatório acerca das partes que integram o objeto licitado que seriam passíveis de transferência de execução a terceiros;</p> <p>1.6.1.5. adote procedimento de cotação prévia para formação do referencial de preços, especialmente quanto a itens de serviço de grande relevância financeira no conjunto do empreendimento, recorrendo a, no mínimo, 3 (três) empresas atuantes no ramo, fundamentando nos autos do procedimento licitatório as razões fáticas, na hipótese de não ter sido possível obter aquele número de ofertas válidas;</p> <p>1.6.1.6. observe, quanto à incidência do percentual de BDI - Bonificação e Despesas Indiretas sobre o custo do mero fornecimento de equipamentos, o Enunciado Sumular nº 253/2010 da jurisprudência predominante desta Corte;</p> <p>1.6.1.7. explicita, com base em estudos fundamentados, as razões de ordem técnica e econômica nos autos do procedimento licitatório que recomendam o não parcelamento do objeto no tocante a serviços que podem ser licitados autonomamente, sem prejuízo para o conjunto, bem assim a demonstração, pelo órgão licitante, do ganho de escala decorrente da contratação por meio de uma única licitação, na forma determinada pelo art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/93;</p> <p>1.6.1.8. não indique modelo, marca ou qualquer outro dado indicador de exclusividade nas especificações dos equipamentos a constarem da planilha orçamentária estimativa de preços;</p> <p>1.6.2. ultime, previamente à publicação de edital visando ao fornecimento e instalação de sistema de climatização para o Bloco de Metalurgia, a ser licitado de forma dissociada do objeto da Concorrência nº 3/2011, a elaboração de memorial descritivo do sistema de ar condicionado e proceda à cotação prévia junto a pelo menos 3 (três) empresas do ramo, preferencialmente de fabricantes distintos, de forma a afastar dúvidas de que as especificações discriminadas na planilha orçamentária da Concorrência nº 3/2011 apontam para uma determinada marca.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria do <i>campus</i> Vitória					
Síntese da Providência Adotada					
O instituto após determinação do TCU vem cumprido o que rege os acórdão nos seus novos editais.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Após providência houve ampla aceitação dos licitantes.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de					

Providências pelo Gestor

Tabela 52: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Efetuar solicitação de reavaliação dos 8 imóveis à Superintendência Regional de Patrimônio da União, a fim de que os valores apurados estejam em consonância com o mercado imobiliário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Síntese da Providência Adotada			
Foram reavaliados os 8 Imóveis do Campus Santa Teresa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Campus fez a reavaliação dos 8 Imóveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Superintendência Regional de Patrimônio da União não fez a reavaliação dos bens e propôs a utilização do valor do IPTU.			

Tabela 53: Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.2.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			

Recomendação 1:

Regularizar os pagamentos dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores do IFES por meio da emissão de novos laudos periciais que obedeçam aos requisitos estabelecidos pelo Decreto nº 97.458/1989 e pela Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010.

Recomendação 2:

Abster-se de realizar pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade que não estejam amparados em laudos periciais e em portarias de localização e de concessão que atendam aos requisitos estabelecidos pela Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010 e pelo Decreto nº 97.458/1989.

Recomendação 3:

Abster-se de realizar pagamentos dos adicionais de insalubridade e de periculosidade aos servidores de matr. SIAPE nº 1369603, 270282, 270362, 270604, 270686, 1100890, 1105103, 1295043, 1474974, 2554297, 270024, 270498, 270501, 1584590, 24780, 270453, 270635 e 270016, haja vista a inexistência de laudos periciais que comprovem que esses interessados estão expostos de forma permanente ou habitual a ambientes ou atividades insalubres ou perigosas, o que contraria os artigos 2º, inciso I, e 6º do Decreto nº 97.458/1989 e os artigos 5º e 10 da Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010.

Recomendação 4:

Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados de matr. SIAPE nº 1369603, 270282, 270362, 270604, 270686, 1100890, 1105103, 1295043, 1474974, 2554297, 270024, 270498, 270501, 1584590, 24780, 270453, 270635 e 270016, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.

Recomendação 5:

Abster-se de realizar pagamentos de adicionais de insalubridade e de periculosidade a servidores que não estejam submetidos de forma permanente ou habitual a ambientes insalubres ou perigosos, em conformidade com o artigo 68 da Lei nº 8.112/1990 e com o artigo 5º da Orientação Normativa nº 02/2010, da SRH/MP.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional – Diretoria de gestão de pessoas	

Síntese da Providência Adotada

Foi nomeado um servidor para o cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho para o quadro de pessoal do Ifes e o servidor está fazendo visitas aos campi, avaliando e/ou reavaliando o ambiente de trabalho, bem como emitindo novos laudos e/ou reavaliando os concedidos anteriormente. Todos os novos laudos e/ou laudos reavaliados estão sendo emitidos em conformidade com o Art. 68, da Lei 8.112/1990, Decreto nº 97.458/1989 e Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010. Foi nomeada também uma servidora para o cargo de Médico do Trabalho, responsável pelos exames admissionais e periódicos dos servidores deste Instituto.

Síntese dos Resultados Obtidos

Em resposta às Recomendações 1 e 2, foram emitidos 63 laudos de insalubridade ou periculosidade no prazo de um ano de atuação do referido profissional do Cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho, dentre outros levantamentos de dados, pareceres, vistorias e notas técnicas. As vistorias para emissões de laudos individuais em conformidade à Orientação Normativa SRH/MP nº 02/2010 de servidores antigos segue em interposição às demandas geradas por novos servidores do Instituto que, à medida em que são localizados em locais potencialmente insalubres, também requerem o direito à percepção ao referido adicional perante ao órgão.

No que tange às Recomendações 3 e 4, apresenta-se os seguintes resultados:

- 1369603 - Renato Tarmure Rotta de Almeida - A suspensão do adicional de insalubridade e a reposição ao erário dos valores pagos indevidamente já foram realizadas;
- 24780 - Alzira Soares da Silva - A condição de trabalho reavaliada e o adicional de insalubridade não foi mantido. Será providenciada a portaria de cancelamento do referido adicional e a reposição dos valores pagos indevidamente;
- 270453 - Eloá Maria Custodio Santos de Rezende - A condição de trabalho reavaliada e o adicional de insalubridade mantido.
- 270635 - Cristiane Tenan Schlittler dos Santos – A suspensão do adicional de insalubridade já foi realizada e os valores pagos indevidamente se encontram em reposição a partir da folha de pagamento de janeiro de 2013;
- 270016 - José Maurício Rodrigues – A avaliação da condição de trabalho do servidor está aguardando resposta à solicitação de vistoria e reavaliação de laudo de periculosidade.

Em resposta à Recomendação de no 5, foi enviado um Memorando Circular aos *campi* no sentido de que os mesmos

informem quais são os servidores que percebem o adicional de insalubridade ou periculosidade, mas não se encontram mais que metade da jornada de trabalho em ambiente ora considerado insalubre. Após a compilação de dados, ciência e argumentação dos servidores interessados, os casos com potencial exposição a agentes insalubres e perigosos serão avaliados pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho. Nos casos concretos em que não se apresente verossimilhança de exposição serão realizadas as suspensões do pagamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A inexistência anterior de profissional em cargo relacionado a Segurança do Trabalho, a regulamentação confusa sobre os referidos adicionais que mescla o direito de servidores estatutários com parâmetros técnicos relacionados a empregados regidos pela CLT, a falta de procedimentos padronizados e a falta de cursos promovidos no âmbito da administração pública, dificultaram o rendimento para alcançar resultados ainda mais positivos. A aquisição de parte dos equipamentos necessários para avaliação quantitativa de agentes insalubres, bem como o novo código de vaga para mais um Engenheiro de Segurança do Trabalho são pontos positivos que irão contribuir para alcançar mais resultados positivos no sentido de regularizar os laudos de insalubridade e periculosidade.

Tabela 54: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.4.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			
Descrição da Recomendação			
Atualizar os valores dos contratos vigentes no Ifes, de forma a atender a Lei de Diretriz Orçamentária vigente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria dos <i>campi</i> de Alegre, Cariacica, Linhares, Santa Teresa e Serra			
Síntese da Providência Adotada			
Os contratos estão atualizados atendendo à LDO vigente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As repactuações e aditivos estão cadastrados no SICON.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Tabela 55: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	3.2.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Efetuar o controle - informatizado ou manual – que registre a entrega tempestiva das declarações de bens e rendas – DBR – conforme exigido pela Lei nº 8.730/93 (ou das autorizações para acesso eletrônico às declarações no site da Receita federal).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas e campi do Ifes			
Síntese da Providência Adotada			
<p>O Ifes através da Diretoria de Gestão de Pessoas, orienta pelo controle de entrega das declarações, conforme Lei nº 8.730/1993, sempre na nomeação de servidor efetivo e contratação de professor substituto, designação e dispensa de função gratificada, nomeação e exoneração de cargo efetivo e cargos de direção. Através do Notícias Ifes, meio de comunicação interna aos servidores deste Instituto, anualmente divulgamos a obrigatoriedade da entrega das declarações. Providência do <i>campus</i> Cariacica: Atualização do grupo de e-mail coordenadores.ca@ifes.edu.br com listagem atualizada dos detentores de FG e CD do <i>campus</i> Cariacica objetivando maior controle da entrega da declaração de bens e rendas, ou das autorizações para acesso eletrônico das declarações no site da Receita Federal.</p> <p>Providência do <i>campus</i> Nova Venécia: A partir do exercício de 2012 foi implementado um controle manual de servidores que entregaram a DBR e esta sendo feita uma cobrança individual e por e-mail institucional a cada servidor.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Conseguiu-se acompanhar a entrega das declarações e novamente foi feita campanha da necessidade de entrega das declarações por meio do Notícia Ifes. Houve maior mobilização dos servidores para entrega das declarações. A gestão de pessoas está tomando as providências necessárias, conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os <i>campi</i> envolvidos careciam de orientações quanto aos procedimentos e estão se mobilizando para que a falha não seja reiterada.			

Tabela 56: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Comunicar formalmente, de imediato, caso ainda não o tenha realizado, todos os interessados relacionados nesta constatação, visando interromper o prazo prescricional previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999 e no Decreto nº 20.910/1932, bem como visando tornar efetiva eventual orientação do Órgão Central do SIAPE ou determinação do Tribunal de contas da União para a correção das ilegalidades identificadas.</p> <p>Recomendação 2: Considerando a orientação contida na Nota Técnica nº 414/COGES/DENOP/SRH/MP, fazer gestão junto ao Órgão Central do SIPEC visando obter um pronunciamento definitivo acerca da regra de absorção do valor do Vencimento Básico Complementar contida no artigo 15, § 3º, da Lei nº 11.091/2005.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas e campi do Ifes			
Síntese da Providência Adotada			
Em relação às recomendações foi encaminhado à Coordenação-geral de Gestão de Pessoas do Ministério da Educação o OF/MEC/SETEC/IFES/DGP nº 056/2012, de 26 de outubro de 2012, solicitando pronunciamento definitivo acerca do valor do Vencimento Básico Complementar.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Estamos no aguardo da resposta do OF/MEC/SETEC/IFES/DGP nº 056/2012, de 26 de Outubro de 2012, quanto ao pronunciamento definitivo do Órgão Central do SIPEC, acerca do valor do Vencimento Básico Complementar. conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Um ponto negativo é a morosidade da resposta do Órgão Central do SIPEC.			

Tabela 57: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Concluir as apurações dos indícios de acumulação ilícita de cargos públicos e de descumprimento da jornada de trabalho identificados, preservando o direito dos servidores à ampla defesa e ao contraditório. Nas análises decorrentes dessas apurações, considerar as informações cadastrais e financeiras dos servidores contidas na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS relativa ao exercício de 2011.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria - Diretoria de Gestão de Pessoas			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Em relação ao regime disciplinar foi enviado o OF/MEC/SETEC/IFES/DGP nº 039/2012, de 20 de agosto de 2012, em atendimento ao Ofício 01/610/2012-TCU/SECEX-ES, de 15/06/2012. Foi encaminhada resposta através dos arquivos contidos em um CD anexo, informando as cargas horárias informadas pelos servidores notificados e contidas inicialmente na planilha encaminhada pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>Em relação à acumulação ilícita de cargos públicos foi encaminhado o OF/MEC/SETEC/IFES/DGP nº 040/2012, de 20 de agosto de 2012, em atendimento ao Ofício 02-610/2012-TCU/SECEX-ES, de 15/06/2012. Neste ofício foi informado a relação dos servidores que, nos últimos cinco anos foram notificados para apresentarem opção, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/90 e a relação das sindicâncias e/ou processos administrativos que, nos últimos cinco anos, foram instaurados com vistas à apuração de eventual acumulação ilícita de cargos públicos pelos servidores do Instituto, bem como objetivando o eventual ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente a título de adicional de dedicação exclusiva (em razão do descumprimento deste regime) ou em função do descumprimento de jornada de trabalho, decorrente da acumulação de cargos públicos com jornadas incompatíveis.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os trabalhos propiciaram uma investigação mais apurada, bem como identificar possíveis irregularidades. Os servidores envolvidos foram notificados das possíveis irregularidades, apresentaram defesa e/ou acertaram a situação, conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O que prejudica muitas vezes a adoção de medidas preventivas é que não temos acesso a RAIS, portanto, em alguns casos os servidores são notificados, se desvinculam, mas assumem vínculos em outros locais e não informam ao Ifes.			

Tabela 58: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.3.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Implementar o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, dos acréscimos de remuneração indevidamente recebidos pelos professores submetidos ao regime de dedicação exclusiva, nos casos em que o descumprimento desse regime de trabalho for confirmado por meio de procedimento administrativo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria - Diretoria de Gestão de Pessoas			
Síntese da Providência Adotada			
<p><i>campus</i> Cariacica: A servidora de matrícula SIAPE 1277930 conforme folha 1 do processo nº 23152.000914/2012-84, solicitou o parcelamento da dívida de reposição ao erário em 5 (cinco) parcelas, referente ao descumprimento do regime de dedicação exclusiva, no período de 01/02/2007 a 02/03/2007.</p> <p><i>campus</i> Serra: A implementação do ressarcimento ao erário não foi necessária uma vez que não foi constatado o descumprimento desse regime de trabalho por meio do procedimento administrativo.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A reposição ao erário foi providenciada referente a servidora lotada no Campus Cariacica e em relação ao Campus Serra não foi necessário, pois não foi constatado o descumprimento desse regime de trabalho por meio do procedimento administrativo, conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Tabela 59: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Ordem
	201203348	5.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Providenciar a imediata devolução dos processos de admissão e de concessão diligenciados pela CGU/Regional-ES com descumprimento do prazo de atendimento previsto na Instrução Normativa TCU nº 55/2007. Em cada processo, incluir no despacho de encaminhamento, quando for o caso, as justificativas para a ausência de cumprimento de eventuais solicitações contidas nas diligências emitidas pela CGU/Regional-ES.</p> <p>Recomendação 2: Providenciar, também, o imediato encaminhamento à CGU/Regional-ES do processo de admissão do servidor de matr. SIAPE nº 1864153 e do processo relativo à alteração de fundamento legal do aposentado de matr. SIAPE nº 0270026, em obediência à Instrução Normativa TCU nº 55/2007.</p> <p>Recomendação 3: Realizar o cadastramento dos atos de concessão e de alteração de aposentadoria e de pensão civil no sistema SISACNET, bem como o encaminhamento dos respectivos processos à CGU/Regional-ES, dentro do prazo de 60 (sessenta dias) a contar da publicação da concessão inicial ou de sua alteração no Diário Oficial da União, em obediência ao artigo 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.</p> <p>Recomendação 4: Realizar o atendimento das diligências da CGU/Regional-ES, relativas às análises de legalidade dos processos de concessão e</p>			

de alteração de aposentadoria e pensão civil, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar do recebimento desses processos diligenciados, em obediência ao artigo 12, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa TCU nº55/2007. Findo esse prazo, os processos diligenciados devem ser devolvidos à CGU/Regional-ES com justificativas para a ausência de cumprimento de eventuais solicitações de informações ou de documentos, quando for o caso.

Recomendação 5:

Fortalecer os controles internos das Unidades Pagadores do IFES relativos ao acompanhamento dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para o cadastramento de atos no SISACNET e para o encaminhamento dos respectivos processos de admissão e de concessão à CGU/Regional-ES, bem como para o atendimento às diligências da CGU/Regional-ES relativas à análise de legalidade dos atos de admissão e de concessão, visando evitar nova reincidência do Instituto no descumprimento dos prazos estabelecidos na Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Diretoria de Gestão de Pessoas

Síntese da Providência Adotada

Campus Piúma: O processo de admissão do professor substituto Nelson Jayme Reis Filho, SIAPE 1864153, que não foi incluído em tempo hábil no SISAC e por conseguinte não foi remetido a CGU, não foi encontrado na UPAG, embora os registros existentes apontem que sua última localização foi em uma dos setores do Campus Piúma. Foi nomeada sindicância constituída com a finalidade de localizar o processo referente a contratação do servidor, porém não foi encontrado e acredita-se que o mesmo foi perdido na enchente que destruiu diversos documentos do campus Piúma, no início de 2012. Solicitamos ao servidor que localize e nos entregue cópia do contrato de prestação de serviços que lhe pertence para que possamos constituir novo processo e estamos aguardando, de forma que assim que tivermos o documento entraremos com as informações no SISAC e posteriormente remeteremos a CGU Regional.

Campus Ibatiba: Os processos em questão foram encaminhados em atraso devido ao fato de termos implantado o setor de Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas no ano de 2012, ocasionando um atraso nos envios dos processos e da demanda de atribuições, por estarmos em aprendizado.

Campus Vila Velha: Não enviamos resposta. Embora eu já tenha sido comunicado da importância de priorizar as auditorias, acabamos deixando em segundo plano. Mesmo fora de prazo, tentarei dar a resposta o mais breve possível, porém todos os servidores abrangidos pela auditoria vieram de outros órgãos (3 da UFES e uma do RJ) e a pouca documentação que veio dificulta uma resposta eficaz.

Campus Guarapari: Refere-se à não entrega no prazo do Processo de Admissão de servidora. Porém no escopo do texto informa que até a data de consulta ao sistema CGU/Pessoal em 06/06/2012) o recebimento do mesmo foi confirmado.

Campus Vitória: Tomaremos as providências necessários ao envio dos processos à CGU, conforme recomendado, considerando o Memorando nº 056/2012/CGRH/PPP, anexo. Descumprimento dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para o encaminhamento de processos de aposentadoria e de pensão civil ao Controle Interno para análise de legalidade dos respectivos atos de concessão:

- Localizamos os processos citados, uma vez que os mesmos, por equívoco, estavam arquivados indevidamente, e os encaminharemos à Coordenadoria de Cadastro de Pessoas para que possam proceder os devidos encaminhamentos.

Campus Linhares: Referente o envio à CGU de documentação de admissão da servidora Eliane Pesente Soares, informamos que a mesma foi admitida via campus Vitória em 2008 e todas as fichas Sisac daquele ano foram elaboradas Coordenadoria de Cadastro do campus Vitória. Ressalto ainda à impossibilidade de conferirmos os registros em sua pasta funcional, porque a servidora foi removida para o campus Vitória. Informamos que o processo foi localizado e a situação regularizada.

Campus de Alegre: Informamos que já foi encaminhado a Controladoria Geral da União – ES, conforme OFÍCIO Nº 068/2012 IFES/CAMPUS DE ALEGRE/CGRH, de 27/07/2012, o processo de admissão da servidora de matrícula SIAPE 0053325.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os *campi* (Unidades Pagadoras) continuam sendo orientados sobre a necessidade de cumprimento dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para o cadastramento de atos no SISACNET e para encaminhamento dos respectivos processos de admissão e de concessão à CGU/Regional-ES, bem como da necessidade de atendimento dos prazos das diligências. Esclarecemos que houve uma melhora do cumprimento dos prazos e regularização das recomendações.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Tabela 60: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	5.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Comunicar formalmente, de imediato, os pensionistas dos instituidores identificados nesta constatação, acerca das ilegalidades identificadas nos cálculos de suas respectivas pensões, caso ainda não o tenha realizado, visando interromper o prazo prescricional previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999 e no Decreto nº 20.910/1932.</p> <p>Recomendação 2: Corrigir os valores das pensões dos instituidores identificados, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório dos interessados.</p> <p>Recomendação 3: Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, após a correção dos valores das pensões desses interessados no SIAPE.</p> <p>Recomendação 4: Abster-se de corrigir os valores das pensões regidas pela Lei nº 10.887/2004 em razão do efeito financeiro retroativo de leis ou medidas provisórias que vigorarem após o falecimento dos instituidores dessas pensões, por contrariar os artigos 2º e 15 da Lei nº 10.887/2004. Exceção a essa regra deve ser realizada apenas se houver expressa determinação legal em contrário.</p> <p>Recomendação 5: Corrigir o cadastro do benefício da pensionista do instituidor de matr. SIAPE nº 52621, para fazer constar o tipo “54 – Lei 8.112/1990 – EC 41/2003 – Lei 10.887/2004”. Eventual redução do valor da pensão da interessada deverá ser complementada por meio de rubrica SIAPE destinada ao pagamento de vantagens judiciais, após o cadastramento da sentença judicial proferida no Mandado de Segurança nº 0009277-31.2010.4.02.5001 no módulo de ações judiciais do SICAJ, em conformidade com a Portaria SRH/MP nº 17/2001.</p> <p>Recomendação 6: Acionar o órgão de representação judicial desse IFES para questionar judicialmente o direito da pensionista à manutenção da paridade do valor da pensão com os vencimentos dos servidores ativos, haja vista contrariar o artigo 40, § 7º, da Constituição Federal de 1988, com a redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, bem como os artigos 2º e 15 da Lei nº 10.887/2004.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas e campi			
Síntese da Providência Adotada			
<p><i>Campus</i> Vitória: notificaremos aos aposentados e pensionistas interessados quanto a correção dos valores relativos às vantagens e pensões pagas indevidamente e tomaremos as providências para a reposição ao erário dos valores recebidos a maior, garantindo-lhes a possibilidade de exercerem o princípio da ampla defesa e do contraditório.</p> <p><i>Campus</i> Santa Teresa: A Coordenadoria Geral de Recursos Humanos deste campus solicitou liberação das matrículas das pensionistas no sistema SIAPE e já processou as alterações recomendadas.</p> <p><i>Campus</i> de Alegre: a CRGH/Campus de Alegre informou que seriam apurados os valores e tomadas as providências necessárias</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
As recomendações de 1 a 6 foram implementadas pelos campi envolvidos, que foram orientados quanto ao cumprimento			

das recomendações. conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.

Campus de Alegre: os valores foram apurados, os notificados tiveram prazo para defesa e já foi descontado na folha de pagamento.

Campus Santa Teresa: as providências foram adotadas.

Campus Vitória: está providenciando as recomendações.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Tabela 61: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	5.1.1.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Comunicar formalmente, de imediato, caso ainda não o tenha realizado, todos os interessados identificados acerca da presente constatação, visando suspender o prazo prescricional previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999, bem como			

visando tornar efetivas posteriores determinações do Tribunal de Contas da União para a correção das ilegalidades identificadas.

Recomendação 2:

Corrigir o pagamento cumulativo indevido da vantagem judicial relativa à GID e da GEDBT aos interessados de matr. SIAPE nº 0269981, 0270034, 0270113 e 0270572, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.

Recomendação 3:

Corrigir os pagamentos das vantagens judiciais relativas a planos econômicos aos interessados identificados, nos termos do Ofício-circular nº 14/2007, da SRH/MP, e do Acórdão TCU nº 2.161/2005 - Plenário, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.

Recomendação 4:

Corrigir o pagamento das vantagens judiciais identificadas aos interessados de matr. SIAPE nº 0049264, nº 0397487 e nº 0286580, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.

Recomendação 5:

Implementar o ressarcimento dos valores pagos indevidamente aos interessados identificados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, observada a prescrição quinquenal, quando for o caso.

Recomendação 6:

Abster-se de realizar pagamentos de vantagens judiciais fundamentadas em sentenças decorrentes de Reclamações Trabalhistas, em razão da inexistência de amparo legal ou judicial para esses pagamentos. Sempre que forem identificados, adotar o procedimento de corrigir tais pagamentos observando o devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório. Nessas correções, adotar o procedimento estabelecido pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº 2.161/2005 – Plenário.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas – <i>campus</i> Vitória	
Síntese da Providência Adotada	
<i>Campus</i> Vitória: Notificaremos aos interessados quanto a correção dos valores relativos às vantagens judiciais pagas indevidamente, tomando o devido cuidado para não incorrerem em descumprimento de mandado judicial, e tomaremos as providências para a reposição ao erário dos valores recebidos a maior, garantindo-lhes o princípio da ampla defesa e do contraditório.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
As recomendações estão sendo implementadas pelos <i>campi</i> , em virtude das orientações contidas em auditorias no decorrer do ano, conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Tabela 62: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	5.1.1.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Corrigir o pagamento da vantagem prevista no artigo 184, inciso II, da Lei nº 1.711/1952 aos interessados identificados, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.			

Recomendação 2: Corrigir o pagamento da vantagem prevista no artigo 192, inciso I, da Lei nº 8.112/1990 à interessada de matr. SIAPE nº 0270034 e o pagamento da rubrica SIAPE nº 82601 VPNI-IRRED.REM.ART.37-XV CF aos aposentados de matr. SIAPE nº 0269988 e nº 1171397, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.	
Recomendação 3: Excluir a vantagem pessoal nominalmente identificada prevista no artigo 12, § 5º, da Lei nº 8.270/1991 da ficha financeira do interessado de matr. SIAPE nº 0295978, bem como o adicional por tempo de serviço da ficha financeira do servidor de matr. SIAPE nº 0387408, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.	
Recomendação 4: Corrigir o valor da VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 paga aos interessados de matr. SIAPE nº 0050075 e nº 0050033, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.	
Recomendação 5: Excluir a VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 da ficha financeira da interessada de matr. SIAPE nº 0270026, por contrariar orientação da SRH/MP contida no Parecer/MP/CONJUR/PFF/Nº 516-3.13/2008, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.	
Recomendação 6: Providenciar o levantamento dos valores pagos indevidamente aos interessados identificados nesta constatação para fim de ressarcimento ao erário nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.	
Recomendação 7: Abster-se de realizar pagamentos da VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 e/ou do adicional por tempo de serviço – ATS a servidor que, após ter solicitado exoneração no cargo efetivo anteriormente ocupado, reingressou no Serviço Público Federal após as respectivas datas limites de concessão dessas vantagens, em obediência às orientações do Órgão Central do SIPEC, a exemplo do Ofício nº 08/2001 – COGLE/SRH/MP, de 15/01/2001.	
Recomendação 8: Abster-se de atualizar o valor da VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990 em razão da transformação das funções originalmente incorporadas pelos servidores, em obediência ao artigo 62-A, parágrafo único, da Lei nº 8.112/1990, que expressamente estabelece que o valor dessa VPNI somente poderá ser atualizado pelos percentuais das revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais.	
Recomendação 9: Abster-se de conceder vantagens estatutárias, em especial a VPNI prevista no artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990, a servidores cujo direito de petição tenha sido prescrito nos termos do artigo 110, inciso I, da Lei nº 8.112/1990, em conformidade com o Parecer/MP/CONJUR/PFF/Nº 516-3.13/2008.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas – <i>campus</i> de Santa Teresa	
Síntese da Providência Adotada	
<i>Campus</i> Santa Teresa: A Coordenadoria Geral de Recursos Humanos do <i>campus</i> Santa Teresa está trabalhando na confecção das planilhas referentes às diferenças do Artigo 184. Após o término deste trabalho as diferenças apontadas neste item serão encaminhadas à Consultoria Jurídica do Ministério da Educação (CONJUR) objetivando seu lançamento no módulo SICAJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<i>Campus</i> Santa Teresa: está em andamento, pois alguns servidores estão recorrendo judicialmente, no entanto o valor não está a maior, permanecendo o de 2005.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Tabela 63: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo	26406
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Regularizar a conta de instalações no SIAFI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Administração			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os Campi estão verificando saldo das Notas de sistema no SIAFI, para transferir saldo para Imovel no SPIUnet. O Campus Vitória antes de 2010 era Cefetes Ug: 153011(Cefetes Serra, Cefetes Vitória, Cefetes Colatina e Cefetes Cachoeiro) o saldo na conta Instalações possui saldo destes campus, já foram abertos os processos para transferências dos saldos para cada campus.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com a grande quantidade de Campus, e pela dificuldade de atendimento na Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Espírito Santo (Spu/Es) sobre as transferências no sistema SPIUnet.			

Tabela 64: Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Concluir os trabalhos para criação e aprovação do Comitê Gestor de Segurança da Informação do Ifes.			
Recomendação 2: Concluir a implementação da Política de Segurança da Informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi nomeada por meio de Portaria Nº 300, de 15 de fevereiro de 2012 a comissão para elaboração dos trabalhos iniciais Política de Segurança da Informação e Proposta de Regimento de CGSI, comissão essa composta por membros de			

diversos Campi do IFES.

A Comissão nomeada pelo Reitor elaborou proposta de Política de Segurança da Informação e proposta de regimento de CGSI (documentos em anexo) que foram apresentados na reunião do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação em 29/10/2012. O encaminhamento dado na Reunião foi de agendar com representantes das áreas para conhecer a política e definir as áreas e pessoas a serem envolvidas nos trabalhos.

A exemplo do que realizamos recentemente com os campi pra apresentação de uma proposta de Sistema Integrado de Gestão, a comissão nomeada pelo Reitor realizará no mês de março uma webconferência sobre as áreas e definir os participantes iniciais do SGSI, que por sua vez darão encaminhamento aos trabalhos da Comissão.

Segue em anexo a versão preliminar da Política e Normas preliminares de Armazenamento, Email e Internet.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O trabalho da comissão foi fortemente prejudicado pelo longo período de greve do ano passado. Quando os trabalhos retornaram tornou-se ainda difícil sua continuidade devido ao excesso de pendências operacionais (em decorrência da greve) no final de ano.

Tabela 65: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Cadastrar e manter atualizados no SIASG todos os contratos firmados pelo IFES, inclusive aditivos, de forma a atender as Leis de Diretrizes Orçamentárias vigentes.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria dos <i>campus</i> Aracruz, Cachoeiro, Piúma e Venda Nova			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Contratos 02/2011, 03/2011 e 4/2011 Não se encontram registrados no Sistema SIASG, por originarem do Pregão Presencial nº 188/2009 pertencente a UASG 153011 do Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo Cefetes, que posteriormente foi transformado em Instituto Federal der Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo fruto da descentralização do Cefetes e criação de novas UASGs para cada campus. O Pregão 188/2009 com objetivo de aquisição de equipamentos para o Ifes campus Aracruz, que na oportunidade não possuía UASG própria, foi realizado pelo Cefetes Vitória. Posteriormente com a descentralização, o Pregão foi Subrogado para a UASG 158151 do Ifes Reitoria, impossibilitando o cadastramento no SIASG.			

Contratos 05/2011, 09/2011 e 10/2011

Não se encontram registrados no Sistema SIASG, por se originarem de licitações realizadas por outro órgãos na modalidade de Sistema de Registro de Preços por adesão ou participação.

Observa se que em todos os casos apresentados, a inexistência de registro no Sistema Siasg foram originados de situações adversas das normais vivenciadas pelo campus Aracruz. Para todos os casos foram tomadas as devidas medidas cabíveis afim de publicarmos os contratos no DOU.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Devido a várias mudanças causadas pela descentralização e criação de novas UASGs, não conseguimos fazer o lançamento no Sistema, com várias críticas, ora de UASG inexistente, ora de contrato subrogado. Procuramos efetuar o lançamento na época, tendo o mesmo sido impossibilitado.

Diante do fatos apresentados não foi possível realizar o registro dos contrato no sistema SIASG, pois este não proporciona esta condição a UASG 158419. Em contato realizado com o SERPRO tivemos como resposta: “ Solução Aplicada - a orientação que para gerar contrato no SICON, deverá ter empenhos válidos no exercício” o que não se aplica no caso exposto.

Tabela 66: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.4.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Atualizar os valores dos contratos vigentes no Ifes, de forma a atender a Lei de Diretriz Orçamentária vigente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria dos <i>campi</i> de Alegre, Cariacica, Linhares, Santa Teresa e Serra			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os contratos do Ifes – Campus de Alegre estão lançados e atualizados em atendimento a Lei de Diretriz Orçamentária vigente.			

Tabela 67: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal do Espírito Santo			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	4.1.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Cadastrar e manter atualizados no SIASG todos os contratos firmados pelo IFES, inclusive aditivos, de forma a atender as Leis de Diretrizes Orçamentárias vigentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria dos <i>campus</i> Aracruz, Cachoeiro, Piúma e Venda Nova			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O contrato nº 01/2010 não é do Campus Piúma. Não foi firmado nenhum contrato em 2010 pelo Campus Piúma com esta numeração.</p> <p>O contrato nº 03/2011 foi celebrado com a empresa Precomp Amazônia Indústria Eletrônica para aquisição de solução integrada interativa de projeção, denominadas Projetor ProInfo, devidamente autorizada, para atender ao Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) do Ministério da Educação, conforme normas estabelecidas pelo FNDE. O contrato não foi cadastrado no Siasg por se originar de licitação realizada por outro órgão na modalidade de Sistema de Registro de Preço.</p> <p>O contrato nº 04/2011 foi celebrado com a empresa SBS – Special Book Services Livraria e Editora Ltda para fornecimento de publicações para o campus Piúma. O contrato não foi cadastrado no Siasg por se originar de licitação realizada por outro órgão na modalidade de Sistema de Registro de Preço.</p>			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Tabela 68: Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			26406
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	201203348	5.1.1.5	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Ifes			26406
Descrição da Recomendação			
Adotar o procedimento de realizar, tempestivamente, medidas proativas visando a correção de pagamentos considerados indevidos pela CGU/Regional-ES durante os trabalhos de auditoria, quer por meio de consultas formais à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SRH/MP, Órgão Central do SIPEC, quer por meio de consultas aos Órgãos que deem suporte jurídico a essa Unidade, nos assuntos de sua competência, quer por meio de medidas administrativas preventivas visando a defesa do direito da União de corrigir os pagamentos indevidos identificados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas - Campus de Alegre, Itapina, Santa Teresa e Vitória			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os campi justificam a alta demanda dos setores e comprometem-se a cumprirem tempestivamente as medidas solicitadas pela CGU, conforme resposta contida no Plano de Providências Permanentes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A gestão de pessoas não tem um suporte jurídico específico para tratar de assuntos relacionados a legislação de pessoal, o que dificulta a padronização de entendimentos.			

11 DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO E ENTREGA DA DBR

Tabela 69: Demonstrativo de cumprimento e entrega da DBR

Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	8	0	0
	Entregaram a DBR	8	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	1	0	2
	Entregaram a DBR	1	1	4
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	203	115	306
	Entregaram a DBR	203	113	288
	Não cumpriram a obrigação	0	7	15

Fonte: Campi (Exceção de Santa Teresa), Arquivo Funcional

12 MODELO DA DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV


DECLARAÇÃO	
<p>Eu, Ricardo Monteiro Soneghet, CPF nº 416.462.747-68, Gerente de Administração Geral, exercido no Instituto Federal do Espírito Santo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p>	
<p>Brasília, <u>15</u> de <u>03</u> de 2013.</p>	
<p> <u>Ricardo Monteiro Soneghet</u></p>	
<p><u>CPF :416.462.747-68</u></p>	
<p><u>Gerente de Administração Geral/Instituto Federal do Espírito Santo - Reitoria</u></p>	

Ilustração 1: Declaração de atualização de Dados no SIASG e SICONV

13 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

13.1 DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Análise crítica:

A Instituição está em implantação do sistema de Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos.

13.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – DECLARAÇÃO COM RESSALVA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Instituto Federal do Espírito Santo	158151

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

- a) Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados o SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Vitória		Data	15/03/2013
Contador Responsável	Cristiano Titó Melado		CRC n.º	12318

Ilustração 2: Declaração do contador

14 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

14.1 INDICADORES DE GESTÃO DAS IFET NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005

O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições.

Para efeito desse Acórdão, as IFET deverão apresentar o resultado dos indicadores conforme estabelecidos no **Quadro B.7.1**, considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

Tabela 70: Indicadores de Gestão das IFET

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2012	2011	2010	2009	2008
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Inscrições/vagas x 100	13,90%	10,67%	5,05%	5,6%	6,86%
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressos/Alunos Matriculados x 100	30,4%	36,59%	28,04%	42,72%	38,85%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de concluintes (manhã, tarde, noite, integral, total) x 100	16,5%	13,18%*	11,53%	12,44%	13,72%
	Índice de Eficiência Acadêmica - Concluintes	Σ N° de concluintes/ Σ N° de Ingressos ocorridos por período equivalente x 100	50,8%	55,56%**		55,65%	55,58%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número de alunos retidos (reprovados + trancamentos) / Alunos matriculados x 100	25,5%	14,25%***	22,13%	21,28%	24,27%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$Gx1 + Ax2 + Ex3 + Mx4 + Dx5 / G + A + E + M + D$	21,98	26,49	17,51	18,69	14,32%
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$GCA = \text{Total de Gastos Correntes} / \text{Alunos Matriculados}$	10.386,21	8.680,27	2.292,91	6.765,32	7.428,05
	Percentual de Gastos com Pessoal	$GP = \text{Total de Gastos com Pessoal} / \text{Gastos Totais} \times 100$	86,92%	76,37%	66%	64%	63,43%

	Percentual de Gastos com outros Custeios	GCO=Total de Gastos c/Outros Custeios/Gastos Totais x100	20,54%	18,64%	62%	16%	13,49%
	Percentual de Gastos com Investimentos	GI=Total de Gastos c/ Investimento e Inversões Financeira/Gastos Totais x 100	8,76%	15,39%	15%	17%	15,27%
Socioeconômico	****Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Até 1 salário mínimo	-	44,17	28,9	30,15	6,56
		De 1 a 2,5 salário mínimos	-	22,83	35,98	21	50,21
		De 2,5 a 3 salários mínimos	-	8,45	11,32	11,08	10,92
		Acima de 3 salários mínimos	-	24,55	23,80	37,77	32,01
		(RF ≤ 0,5/ Total de alunos)x100	11,9%	7,45%			
		(0,5 < RF ≤ 1/ Total de alunos)x100	26,19%	19,94%			
		(1 < RF < 1,5/ Total de alunos)x100	17,43%	10,18%			
		(1,5 < RF ≤ 2,5/ Total de alunos)x100	17,57%	9,84%			
		(2,5 < RF ≤ 3/ Total de alunos)x100	9,16%	7,86%			
		(3 < RF ≤ 4/ Total de alunos)x100	6,79%	17,75%			
		(4 < RF ≤ 5 / Total de alunos)x100	4,42%	2,16%			
		(RF > 5/ Total de alunos)x100	3,07%	1,48%			
		(Não declarado/ Total de alunos)x100	3,46%	23,33%			
Gestão de Pessoas	*****Índice de Titulação do Corpo Docente		3,47	3,63	3,5	3,25	2,93

* O percentual de 13,18% está com dados insuficientes sobre o Campus Vitória visto que o mesmo não enviou dados solicitados.

** O percentual de 55,56% está com dados insuficientes sobre o Campus Vitória visto que o mesmo não enviou dados solicitados.

*** O percentual de 14,25% está com dados insuficientes sobre o Campus Vitória visto que o mesmo não enviou dados solicitados.

**** Para os dados acrescentados em 2011 e 2012, o Campus Colatina não os informou.

*****Índice de titulação de corpo docentes no ano de 2012 não foi possível ser calculado visto que o Campus Vitória não apresentou o quantitativo de docentes.

Análise dos resultados dos indicadores, indicado os motivos para eventuais desvios dos valores planejados:

No campo renda per capita o que está em branco refere-se a mudança de intervalo adotada. Todos os anos estão preenchidos conforme o intervalo coletado.

De 2008 a 2011 cobrou-se um intervalo. O primeiro sistema de controle de matrículas da Setec (o SIG) usava este intervalo .

A partir da implementação da política de assistência estudantil em 2012 outro intervalo para controle de renda per capita foi solicitado. Criou-se outra série a partir de 2012. Como teste em 2011 também foi coletado este intervalo.

A Instituição vivenciou movimentos grevista no período de 05/08/2011 a 06/11/2011 e novamente de 27/06/2012 09/09/2012 alterando substancialmente os calendários acadêmicos. O ano letivo de 2012 encerrará na totalidade dos campi somente em 13/05/2013 o que inviabiliza a elaboração de uma série de informações. Alguns indicadores não puderam ter o resultado apurado antes do envio do relatório ao TCU.

Os dados apresentados são todos parciais.

Na data de entrega do RG 2012 apenas 5 campi, dos 17, haviam encerrado o calendário. Os números apresentados são todos incompletos não sendo possível análise.

Relação prof/aluno

O indicador revela a queda de ingresso de alunos e o aumento da força de trabalho a partir dos concursos realizados.

Os números não são fidedignos porque os campi não enviaram os dados.O cálculo foi feito apenas com dados enviados. Para uma análise criteriosa, creio que caberia parceria com a DGP para os comentários.

Titulação do corpo docente

O resultado do indicador em 2012 apresenta uma pequena redução em relação a 2011 considerando a alteração dos docentes em contrato temporário e suas respectivas titulações.

Os números não são fidedignos porque os campi não enviaram os dados. O cálculo foi feito apenas com dados enviados. Para uma análise criteriosa, creio que caberia parceria com a DGP para os comentários.

Relação Candidato / Vaga

O resultado do indicador em 2012 apresenta aumento em relação a 2011 devido ao processo seletivo utilizado para graduação, o SISU e a oferta de novos cursos técnicos.

Relação de Ingressos/Alunos

O decréscimo no indicador revela um grande número de cancelamentos de matrículas na graduação provocado pelas várias outras oportunidades oferecidas aos candidatos como: bolsas de estudo do Prouni, financiamento de estudos, bolsas estaduais e municipais de estudo.

15 INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS

15.1 PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, órgão executivo de gestão do Ifes, é responsável pelas atividades e políticas de administração, gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Compete à Pró-Reitoria de Administração e Orçamento de acordo com o Regimento Geral do Instituto:

- propor, em consonância com o Projeto de Desenvolvimento Institucional, as diretrizes e proposta orçamentária do Ifes em função dos planos, projetos e programas governamentais;
- Consolidar, no Ministério da Educação, a proposta orçamentária anual do Ifes;
- Elaborar, em parceria com a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, o relatório de gestão e a prestação de contas da Instituição;
- Coordenar e orientar as atividades de orçamento e modernização institucional, bem como gerir atividades de administração financeira e contábil;
- Propor ao Reitor a alocação de recursos financeiros, materiais e humanos para cumprimento dos objetivos do Ifes no âmbito de sua competência;
- Supervisionar o uso e a conservação dos recursos alocados nos campi, núcleos e polos, bem como acompanhar a execução das ações das áreas de orçamento e finanças, material e patrimônio;
- Acompanhar a prestação de contas da execução orçamentária e financeira dos programas, projetos e convênios firmados pelo Ifes;
- Aprovar Processos de Tomada de Contas, Inventários de Bens Móveis e Imóveis e de Alienações, no âmbito de sua competência;
- Assinar Termos de Doação de bens móveis em desuso no âmbito de sua competência;
- Planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas às áreas de serviços, materiais e patrimônio;
- Acompanhar legislação relativa a critérios para contratações de serviços terceirizados;
- Realizar o acompanhamento e controle da execução de contratos;
- Supervisionar as atividades referentes à área de pessoal terceirizado, procedendo ao acompanhamento da folha de pagamento;
- Avaliar a administração orçamentária e financeira do Ifes;
- Planejar e coordenar as ações administrativas relacionadas à área de veículos e transportes;
- Elaborar projetos para obtenção de recursos financeiros, no âmbito de sua competência;
- Planejar as ações da Pró-Reitoria visando à utilização adequada dos recursos financeiros;
- Zelar pelo patrimônio da Pró-Reitoria;
- Representar o Ifes nos foros específicos da área, quando se fizer necessário;
- Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Diretoria de Administração e Orçamento

De acordo com o Regimento Geral, compete a Diretoria:

- Assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento na elaboração da proposta orçamentária e da prestação de contas do Ifes;

- Assessorar, analisar e emitir parecer sobre o Relatório de Gestão e Prestação de Contas do Instituto para posterior encaminhamento aos órgãos de controle;
- Zelar pelo cumprimento de prazos, qualidade e regularidade na alimentação dos dados do Instituto nos sistemas de informação sob sua responsabilidade;
- Definir diretrizes, orientar e assessorar os trabalhos e funções da área de administração geral e gerência financeira, orçamentária e de contabilidade do Ifes;
- Coletar, analisar e disseminar os preceitos legais aplicados a orçamento e finanças no âmbito do Ifes;
- Subsidiar a elaboração da prestação de contas;
- VII. assessorar a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento no levantamento, seleção, disponibilização e disseminação das informações;
- Controlar a regularidade fiscal nos órgãos competentes;
- Colaborar com a elaboração dos planos de trabalho para solicitação de recursos orçamentários;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

15.2 PRÓ-REITORIA DE ENSINO

15.2.1 Perfil da Pró-reitoria de Ensino

A Pró-Reitoria de Ensino (Proen) é um órgão executivo central, integrante da administração superior e tem como funções implementar, desenvolver, supervisionar e avaliar a execução das políticas definidas pelos Conselhos Superiores referentes ao ensino de nível básico, técnico e superior do Instituto Federal do Espírito Santo.

Para efetivar esse trabalho, adota diretrizes como o desenvolvimento do ensino investigativo e a formação interdisciplinar em articulação com a pesquisa e a extensão. A finalidade é manter o compromisso com o processo ensino/aprendizagem de qualidade.

No foro externo, a Proen se dedica ao atendimento das necessidades educacionais da região, com projetos em áreas como a formação para professores da educação básica – integrantes das Redes Municipal e Estadual – e a educação de jovens e adultos.

O aprimoramento da qualidade de ensino é trabalhado por programas de formação e atendimento a servidores e alunos, já o investimento na qualificação do corpo docente é promovido pela motivação e pelo compromisso de professores pela busca de qualificação.

Os princípios fundamentais que orientam as ações da Proen estão assentados na concepção da educação como um bem público, no seu papel formativo, na produção de conhecimento, na reprodução de valores democráticos, na ética, nos valores humanos, na cidadania e na luta contra a exclusão social.

O cumprimento das atribuições da Proen obriga-a a interfaces com elevado número de setores do Instituto e aproximação com os campi. As características de suas atividades exigem, para sua consecução, uma comunicação precisa e transparente das informações necessárias.

15.2.2 Motivação e Objetivos

A Pró-Reitoria de Ensino é responsável pelas atividades e políticas do Ensino de Graduação e da Educação Profissional Técnica do Instituto Federal do Espírito Santo.

Tem como objetivos:

Propor as políticas, diretrizes e regulamentações relativas ao ensino para os cursos presenciais e a distância do Ifes;

Avaliar e promover as políticas e diretrizes propostas nas Câmaras de Ensino Técnico e de Graduação;

Executar as políticas e diretrizes de ensino definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Pós-Graduação e Extensão – Cepe e pelo Conselho Superior;

Coordenar a abertura e a adequação dos cursos ao Plano de Desenvolvimento Institucional e ao Projeto Pedagógico Institucional, entre outras ações descritas no Regimento da Proen.

15.2.3 Organização da Pró-Reitoria

A Pró-Reitoria de Ensino compreende: Pró-Reitor de Ensino, Assistente da Proen, Assessoria Administrativa, Assessoria Pedagógica, Diretoria de Graduação, Diretoria de Ensino Técnico, Diretoria de Educação a Distância, Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil, Gerência de Processo de Seleção e Secretaria de Registro de Diplomas.

15.2.4 Ações no exercício

PROEN

Durante o período referente ao exercício de 2012, foram realizadas atividades visando atingir as metas planejadas. Abaixo estão discriminadas as metas e ações da Proen em 2012:

Tabela 71: Ações no Exercício de 2012 - PROEN

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Reunião de Trabalho do Fepad para definir a pauta da reunião do dia 21 de março de 2012 que contará com a presença da Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino - MEC, prof. Flavia Nogueira.	Diretoria de Graduação		02/03/12
	Reunião para elaboração do Termo de Referência para a contratação de empresa que irá elaborar o planejamento estratégico do Ifes.	Assessoria Administrativa da Proen		06/03/12
	Reunião com Guilherme, Andromeda e representante	Assessoria Pedagógica da Proen		08/03/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	SETEC/MEC.			
	Reunião Planejamento Estratégico. Reunião para finalização do Termo de Referência para a contratação de empresa que irá elaborar o planejamento estratégico do Ifes.	Assessoria Administrativa da Proen		13/03/12
	Visita aos campi Nova Venécia, São Mateus e Santa Teresa - Reunião com professores e equipe pedagógica dos referidos campi para apresentação da estrutura, funcionamento, ações e normativas da Pró-reitoria de Ensino; - Apresentação da psicóloga da Proen aos servidores dos campi; - Articulação de parcerias e avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil junto a psicólogos, assistentes sociais e técnicos de enfermagem dos campi; - Construção compartilhada da pauta da reunião, a ser realizada com psicólogos, assistentes sociais e técnicos de enfermagem.	Pró-Reitora de Ensino; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		13/03/12 a 16/03/12
	Reunião do FEPAD com a presença do Secretário de Educação do Estado, dos Secretários Municipais e palestra da Diretora de Articulação com os Sistemas de Ensino - MEC, prof. Flavia Nogueira.	Pró-Reitora de Ensino; Diretoria de Graduação; Assessoria Administrativa da Proen		21/03/12
	Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades – FORGRAD da Região Sudeste – Campinas. Neste evento foram discutidos temas de Evasão, Mobilidade e Expansão do Ensino Superior com Qualidade Acadêmica.	Diretoria de Graduação		28/03/12 a 30/03/12
	Participar da discussão das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - CNE”, junto a um grupo de Reitores, Pró-Reitores de Ensino e Diretora de Políticas Públicas, Profa. Simone	Pró-Reitora de Ensino		02/04/12 a 04/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Valdete, para enviarmos à proposta ao CNE, como sendo da Setec.			
	Participar da discussão das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio - CNE”, junto a SETEC e Conif: Audiência Pública no CNE.	Pró-Reitora de Ensino		09/04/12
	Participação no grupo da CONAC para apresentação do catálogo dos cursos técnicos.	Pró-Reitora de Ensino		10/04/12
	Reunião com a chefe de gabinete do Secretário de Educação para discutir sobre a minuta de Decreto da Assistência Estudantil.	Pró-Reitora de Ensino		11/04/12
	Participar da Reunião do Sistema de Seleção Unificada - SiSU. Foram apresentadas informações sobre o processo seletivo do SiSU 2012/2.	Diretoria de Graduação		11/04/12
	Participar de reunião com a Direção da Escola Estadual Conde de Linhares, com a Superintendência Regional da Sedu e com o Diretor Geral e Gerente de Ensino do Campus Colatina, para discutirem sobre o PIBID nas Escolas de Colatina.	Pró-Reitora de Ensino		13/04/12
	Participar da Reunião do CPENC_IE/CREA ES - Colégio de Presidentes de Entidades de Classe e Dirigentes de Instituição da Ensino do Crea-ES.	Diretoria de Ensino Técnico		17/04/12
	Viagem Venda Nova e Ibatiba – Dia 17/04 - Reunião com o Diretor Geral do Campus Venda Nova e com a Coordenadoria de Assistência ao Educando. Apresentação de todas as resoluções, estrutura e cursos desde 2009, que envolveram a Proen e as novas políticas para 2012. Conversa com a pedagoga. Dia 18/04 Campus Ibatiba - Reunião com a assistência estudantil,	Pró-Reitora de Ensino; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		17/04/12 e 18/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Diretor de Ensino e Diretor Geral. Reunião com os professores e todos os técnicos envolvidos com o ensino para apresentação de todas as resoluções, estrutura e cursos desde 2009, que envolveram a Proen e as novas políticas para 2012. -Reunião com profissionais que atuam na Assistência Estudantil dos campi Venda Nova e Ibatiba; reunião com professores e equipe pedagógica dos referidos campi para apresentação da estrutura, funcionamento e ações da Pró-reitoria de Ensino.			
	Viagem Itapina e Colatina - No dia 24/04, reunião com o Diretor Geral do Campus Itapina e com a Coordenadoria de Assistência ao Educando. Apresentação de todas as resoluções, estrutura e cursos desde 2009, que envolveram a Proen e as novas políticas para 2012. Conversa com pedagoga. Dia 25/04 às 7:30hs, saída para o Campus Colatina. Reunião com a assistência estudantil, Diretor de Ensino e Diretor Geral, reunião com os professores e todos os técnicos envolvidos com o ensino para apresentação de todas as resoluções, estrutura e cursos desde 2009, que envolveram a Proen e as novas políticas para 2012. -Reunião com profissionais que atuam na Assistência Estudantil dos campi Itapina e Colatina; reunião com professores e equipe pedagógica dos referidos campi para apresentação da estrutura, funcionamento e ações da Pró-reitoria de Ensino.	Pró-Reitora de Ensino; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		24/04/13 e 25/04/13
	Reunião em Brasília para consolidação das propostas de textos para compor o documento orientador do Catálogo Nacional de Formações Iniciais e Continuadas. Discussão sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para	Pró-Reitora de Ensino		08/05/12 e 09/05/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Educação Profissional Técnica de Nível Médio junto ao CNE.			
	Fórum de Ensino – FDE, e “Seminário Educação Superior e Inovação” – Brasília.	Pró-Reitora de Ensino		14/05/12 a 17/05/12
	Formação de avaliadores Pronatec.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		16/05/12
	Viagem Aracruz e Linhares - Reunião com o Diretor Geral do Campus Aracruz e com a Coordenadoria de Assistência ao Educando. Apresentação de todas as resoluções, estrutura e cursos desde 2009, que envolveram a Proen e as novas políticas para 2012. Conversa com pedagoga. Dia 22/05 às 7:30hs, saída para o Campus Linhares. Reunião com a assistência estudantil, Diretor de Ensino e Diretor Geral, reunião com os professores e todos os técnicos envolvidos com o ensino para apresentação de todas as resoluções, estrutura e cursos desde 2009, que envolveram a Proen e as novas políticas para 2012. -Reunião com profissionais que atuam na Assistência Estudantil dos campi Aracruz e Linhares; reunião com professores e equipe pedagógica dos referidos campi para apresentação da estrutura, funcionamento e ações da Pró-reitoria de Ensino.	Pró-Reitora de Ensino; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		22/05/12 e 23/05/12
	Reunião com membros do Instituto Federal Fluminense - IFF. Nesta reunião foram mostrados e discutidos os documentos institucionais do IFES.	Diretoria de Graduação		24/05/12
	Evento sobre Formação Professores promovido pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, onde foram discutidas as Políticas para a formação docente.	Pró-Reitora de Ensino; Diretoria de Graduação		28/05/12 e 29/05/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	II Encontro das escolas com cursos técnicos que demandam registro no CREA.	Diretoria de Ensino Técnico; Assessoria Administrativa da Proen; Secretaria de Registro de Diplomas		13/06/12
	Participação em Comissão que trata dos Cursos de Graduação do Fórum de Dirigentes de Ensino dos Institutos Federais – Vitória/ES.	Pró-Reitora de Ensino		28/06/12 e 29/06/12
	Encontro para tratar da formalização do Ensino para oferta de Cursos de Graduação Tecnólogo em Gestão Pública EaD, Estudo Brascon sobre demanda e oferta de TI e avaliação do Currículo Referência em EAD – Brasília/DF.	Pró-Reitora de Ensino		03/07/12 e 04/07/12
	Reunião Agenda Territorial - Sedu	Assessoria Pedagógica da Proen		03/07/12
	Reunião no Ministério da Educação e Inep	Pró-Reitora de Ensino		05/07/12
	Seminário de Acesso ao Ensino Superior – Inep	Pró-Reitora de Ensino		22/08/12
	ENCONTROS REGIONAIS DA AGENDA TERRITORIAL – ES - Participação em atividade da Agenda Territorial na mesa "Diálogo sobre oferta/ampliação de EJA".	Assessoria Pedagógica da Proen		22/08/12
	Encontro da Regional Sudeste do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, realizado na Universidade Federal Fluminense. Neste evento foi discutido o tema: Ações Afirmativas.	Pró-Reitora de Ensino; Diretoria de Graduação; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		03/09/12
	Reunião do Fórum Estadual de Educação – FEE. Nesta reunião foi discutido e aprovado o regimento interno do fórum.	Diretoria de Graduação		11/09/12
	Reunião SiSU em Brasília. Foram passadas informações sobre o processo seletivo do SiSu de	Diretoria de Graduação		09/10/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	2013/1.			
	Reunião FDE – Brasília.	Pró-Reitora de Ensino		17/10/12
	Reunião trabalho FEPAD. Foram discutidos informações sobre o RENAFOR.	Diretoria de Graduação		29/10/12
	Reunião edição SiSU para primeiro semestre de 2013. Foram discutidas informações que deveriam estar contidas no Edital.	Diretoria de Graduação		30/10/12
	Convocação para os membros da Comissão do FDE para reunião para elaborar proposta de criação do campus de Educação a Distância, no âmbito da Rede Federal.	Pró-Reitora de Ensino		05/11/12 e 06/11/12
	Formação de Multiplicadores no âmbito do Programa Certific.	Assessoria Pedagógica da Proen		06/11/12 a 08/11/12
	Reunião da Associação Nacional pela Formação de Profissionais da Educação - ANFOPE – Brasília. Foram tratados os assuntos: Política Nacional e valorização dos profissionais da Educação; PNE; Fóruns Estaduais de Educação e Sistema Nacional da CONAES 2014.	Diretoria de Graduação		26/11/12 e 27/11/12
FDE – Natal.	Pró-Reitora de Ensino	26/11/12 a 28/12/12		
	Evento com o Tema "Políticas e Gestão da Educação Superior no Brasil" promovido pelo CNE – Brasília. Foram discutidos os assuntos: Plano Nacional de Educação e a expansão do Ensino Superior no Brasil; Diretrizes para a promoção de um novo ciclo de Educação Superior; Avaliação, Regulação e Reestruturação acadêmica-pedagógica.	Pró-Reitora de Ensino; Diretoria de Graduação		29/11/12 e 30/11/12
Deliberar, assessorar, normatizar e	Reunião com a Comissão do Processo Seletivo. Participar da discussões e definições finais para	Diretoria de Ensino Técnico	Em andamento	13/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais. orientar os campi sobre assuntos referentes ao Ensino.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	o Processo Seletivo 2012/2.			
	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen		02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Câmara de Ensino Técnico	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen; Diretoria de Ensino Técnico		13/02/12; 23/04/12; 08/10/12
	Reunião Câmara de Graduação	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen; Diretoria de Graduação		20/04/12; 01/10/12
Divulgar e Representar a Instituição	Piúma - Cerimônia de abertura do ano letivo 2012 no Campus Piúma, a qual marcou o início da semana de boas vindas e da semana para a vida.	Pró-Reitora de Ensino; Diretoria de Ensino Técnico; Assessoria Pedagógica da Proen	Em andamento	06/02/12
	Visita da delegação da Universidade Mandume Ya Ndemufayo (UMN), de Angola na Reitoria. Foram realizadas apresentações entre o Ifes e a delegação de Angola, no intuito de firmar convênios de intercâmbio.	Pró-Reitora de Ensino; Diretoria de Graduação		23/02/12
	Reunião do CPENC_IE/CREA ES.	Diretoria de Ensino Técnico		28/02/12
	1ª Conferência Estadual sobre transferência e controle social.	Pró-Reitora de Ensino		01/03/12 a 03/03/12
	Participar da Reunião do CPENC_IE/CREA ES - Colégio de Presidentes de Entidades de Classe e Dirigentes de Instituição da Ensino do Crea-ES.	Diretoria de Ensino Técnico		12/03/12
	Formatura no Campus Colatina - Representar a Proen e o Reitor na formatura dos alunos dos CT em Edificações, Informática e Segurança do Trabalho, e dos CS de Tecnologia em Saneamento Ambiental e Rede de Computadores.	Diretoria de Ensino Técnico		31/03/12 e 01/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Cerimônia de lançamento do Programa Bolsa Estágio de Formação Docente e assinatura do Contrato com a Fundação Roberto Marinho para a Formação de Multicurso de Professores de Matemática.	Diretoria de Graduação		09/04/12
	Inauguração campus Vila Velha.	Diretoria de Graduação		23/04/12
	World Nutrition – Rio de Janeiro - Participação como ouvinte e apresentação de trabalho em comunicação oral curta no World Nutrition Rio 2012. Apresentação oral de dissertação de mestrado sobre obesidade abdominal na adolescência.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		27/04/12 a 30/04/12
	Representar a PROEN na cerimônia de abertura : II Semana da Matemática do Ifes, III Seminário de Educação Matemática e Educação Tecnológica e IX Encontro Capixaba de Educação Matemática.	Diretoria de Ensino Técnico		17/05/12
	Reunião com a pesquisadora do Instituto Flex Consult, Danielle Merisio Fernandes Alexandre, para responder a pesquisa contratada pelo CREA que tem por objetivo nortear o planejamento estratégico do órgão.	Diretoria de Ensino Técnico	17/05/12	
	II Fórum Mundial De Educação Profissional E Tecnológica (II Fmept).	Assessoria Pedagógica da Proen; Assessoria Administrativa da Proen; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil; Diretoria de Ensino Técnico	28/05/12 a 01/06/12	
	Seminário “Planejamento Estratégico: Educação, Ciência, Tecnologia e Invocação” - Fucap.	Diretoria de Ensino Técnico	15/06/12	
	Forgrad – Uberlândia.	Diretoria de Graduação		15/06/12 a 20/06/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	III Seminário de Pesquisa e Extensão do Ifes – Região Noroeste (Campus Santa Teresa).	Pró-Reitora de Ensino		21/06/12
	1º Seminário Facitec UCL.	Diretoria de Ensino Técnico		21/06/12
	Participação do lançamento do Projeto Cultura não tem Cor, promovido pelo campus Vila Velha.	Assessoria Pedagógica da Proen; Diretoria de Graduação		25/07/12
	I Conferência Estadual de Desenvolvimento Regional, co-realizada pela UFES .	Pró-Reitora de Ensino		28/08/12
	Semana da Ciência e Tecnologia do Campus Vila Velha.	Diretoria de Graduação		16/10/12
	Comitê TI – Campus Serra.	Pró-Reitora de Ensino		29/10/12
	Acompanhar avaliador do Certific em Piúma.	Diretoria de Ensino Técnico; Assessoria Pedagógica da Proen		19/11/12
	Participação em reunião dos coordenadores de Polo.	Pró-Reitora de Ensino		21/11/12
	Comemoração de Aniversário do Campus Vila Velha.	Diretoria de Graduação		23/11/12
	Formatura alunos de cursos técnicos - Linhares.	Diretoria de Ensino Técnico		27/11/12
	Representar o Reitor na Formatura dos alunos da 1º turma do Curso Técnico em Meio Ambiente no Campus Ibatiba. Reunião com a Diretoria de Ensino e Psicóloga do Campus.	Pró-Reitora de Ensino		06/12/12 e 07/12/12
	Representar o Reitor na Formatura dos alunos da 1º turma do Proeja FIC no Campus Piúma.	Pró-Reitora de Ensino		13/02/12
	Representar o Reitor na Solenidade de Formatura dos alunos dos Cursos Técnico em Agroindústria e Administração do Campus Venda Nova do Imigrante.	Pró-Reitora de Ensino		19/12/12 e 20/12/12
Discutir a abertura de	Parfor – Brasília A reunião teve o objetivo de	Assessoria Administrativa da	Em andamento	28/02/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais. vagas de formação de professores pelo Parfor e acompanhar o desenvolvimento do programa	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	informar algumas mudanças que irão acontecer no PARFOR a partir do segundo semestre de 2012, bem como o de esclarecer as dúvidas dos coordenadores quanto ao andamento do programa.	Proen		
	Segunda Licenciatura em Matemática do Parfor – Cachoeiro: Resolução das pendências, apresentação do programa e esclarecimento de dúvidas junto aos alunos; Segunda Licenciatura em Matemática do Parfor – Cachoeiro; apresentação do programa e orientação junto aos professores do curso.	Assessoria Administrativa da Proen		08/03/12 e 09/03/12
	Oficina de trabalho do Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor) "Socializando experiências e apresentando propostas" promovido pelo FORGRAD em Brasília. Nesta oficina foram abordados três temas: Financiamento; Regime de Colaboração: Infraestrutura e Parcerias; e Avaliação, Reconhecimento e Formação Continuada.	Diretoria de Graduação		16/05/12 e 17/05/12
Contribuir na capacitação de Servidores	Curso de Capacitação em Boas Práticas para Fiscalizadores de Contrato de Lanchonete do Ifes. Minистраção do curso em parceria com a CDS com o objetivo de capacitar servidores de todos os campi que trabalham com fiscalização de contrato de lanchonete.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil	Em andamento	15/10/12 e 16/10/12
Ampliar e diversificar a oferta de cursos e vagas na instituição	Reunião com Reitor para discutir o responsável do Ifes pelo Programa Ciências sem Fronteiras.	Diretoria de Graduação	Em andamento	12/01/12
	Reunião Certific - Brasília	Assessoria Pedagógica da Proen		24/04/13 e 25/04/12
	Reunião Profuncionário para discussão sobre a elaboração do Projeto Pedagógico do Curso em Alimentação Escolar.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		17/08/12
	Reunião com a Comissão de Licenciatura em Física. Os	Diretoria de Graduação		14/09/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	membros do NDE do curso discutiram uma proposta de elaboração de um curso de Física com mais de uma habilitação e dupla diplomação.			
Acompanhar o Ensino na modalidade EAD; Implantar e reeditar cursos de graduação, pós-graduação na modalidade a distância direcionados ao desenvolviment o técnico-científico e social do estado do Espírito Santo; Implementar propostas do uso de recursos do EAD em presenciais.	Reunião com Luciane -CEAD. Foram passadas informações sobre o novo instrumento de reconhecimento dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância do INEP.	Diretoria de Graduação	Em andamento	16/02/12
	Reunião com José Mário e Luciane – CEAD. Foram discutidas as alterações que são necessárias no ROD EaD para cursos de graduação.	Diretoria de Graduação		05/09/12
Aprimorar a qualidade dos cursos oferecidos pela instituição, levando-se em consideração todos os aspectos curriculares e operacionais.	Reunião com Yvina para elaboração de uma proposta de Resolução de Reopção de modalidade de ensino.	Diretoria de Graduação	Em andamento	11/01/12 e 16/01/12
	Reunião com a Comissão Intercampi de Unificação do PPC em Agropecuária com o objetivo de esclarecer sobre os procedimentos e legislação, que servirão de base para as discussões multicampi na elaboração dos projetos do Curso Técnico em Agropecuária (Integrado e Concomitante/subsequente).	Diretoria de Ensino Técnico		20/04/12
	Seminário de Reestruturação do Curso Técnico em Agropecuária - no IFES -Campus Itapina, Colatina – Es. Debater com a comunidade do Campus e com a participação do CREA, Sindicato dos	Diretoria de Ensino Técnico		02/05/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Trabalhadores Rurais de Colatina, COOPEAVI, a reestruturação do Curso Técnico em Agropecuária.			
	Seminário de Reestruturação do Curso Técnico em Agropecuária - no IFES - Campus Santa Teresa – Es. Debater com a comunidade do Campus e com a participação do INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural, CREA-ES - Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura, SINTAES - Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Espírito Santo, COOPEAVI – Cooperativa Avícola de Santa Maria de Jetibá e Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Santa Teresa, a reestruturação do Curso Técnico em Agropecuária.	Diretoria de Ensino Técnico		09/05/12
	Reunião da Comissão Intercampi para elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária do Ifes, com a seguinte Pauta: 1) Apresentação dos resultados dos Seminários realizados nos Campi de Itapina, Alegre e Santa Teresa. 2) Mapeamento do consenso (pontos que foram consenso nas discussões ocorridos três campi) - Definição do perfil do Técnico em Agropecuária. 3) Construir uma proposta inicial de matriz curricular básica.	Diretoria de Ensino Técnico		11/05/12
	Encontro de Instituições de Ensino que irá debater a Formação e Valorização dos Profissionais da Engenharia e da Agronomia.	Diretoria de Ensino Técnico		22/05/12
	Reunião Sistec.	Secretaria de Registro de Diplomas		29/05/12
	Fórum de Diretores. Nesta reunião foram apresentados os temas: regimento interno das bibliotecas e proposta de de Resolução de	Diretoria de Graduação		27/07/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Reopção de modalidade de ensino.			
	Reunião com Simone do Campus Guarapari para passar informações sobre elaboração do PPC para o curso de Administração.	Diretoria de Graduação		03/08/12
	Reunião com a comissão do CT Floresta no Campus Ibatiba e no Campus Venda Nova terá uma reunião com o responsável pelo setor pedagógico.	Diretoria de Ensino Técnico		06/08/12 e 07/08/12
Acompanhar o reconhecimento dos cursos de graduação	Reunião Felipe coordenador curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Foram passadas informações sobre o reconhecimento do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do campus Santa Teresa.	Diretoria de Graduação	Em andamento	13/02/12
	Reunião com Luciane -CEAD. Foram passadas informações sobre o novo instrumento de reconhecimento dos cursos de graduação nas modalidades presencial e a distância do INEP.	Diretoria de Graduação		16/02/12
	Reunião com Denise, Diretora de Ensino do campus Vila Velha e Cristiane Coordenadora do curso de Licenciatura em Química dos campi Vila Velha e Vitória para passar informações sobre reconhecimento do curso e todas as legislações do Ifes para o ensino de graduação.	Diretoria de Graduação		02/03/12
	Reunião nos campi Cachoeiro e Alegre - Acompanhamento junto aos coordenadores dos cursos de graduação sobre a documentação necessária para o reconhecimento dos cursos.	Diretoria de Graduação		08/03/12 e 09/03/12
	Reunião com os coordenadores dos cursos de graduação, com os membros do NDE e Colegiado dos cursos de Licenciatura em Ciências Agrícolas e Agronomia em Itapina e, Arquitetura e Urbanismo no campus Colatina para passar as	Diretoria de Graduação		24/04/12 e 25/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	informações sobre reconhecimento dos cursos.			
	Reunião com NDE e Colegiado de Engenharia de Produção. Nesta reunião foram discutidos os documentos e procedimentos para reconhecimento de curso.	Diretoria de Graduação		04/06/12
	Reunião com NDE do curso de Licenciatura em Química – campus Vila Velha. Foram passadas informações sobre reconhecimento do curso.	Diretoria de Graduação		18/07/12
	Acompanhar a Visita de Reconhecimento do curso de Engenharia de Controle e Automação - Campus Serra.	Diretoria de Graduação		17/09/12
	Acompanhar a Visita de Reconhecimento do curso de Bacharelado em Sistema de Informação - Campus Serra.	Diretoria de Graduação		05/11/12
	Acompanhar a Visita de Reconhecimento do curso de Tecnologia em Cafeicultura - Campus de Alegre.	Diretoria de Graduação		19/11/12
	Reunião com os coordenadores dos cursos de Licenciatura em Informática – EAD, Licenciatura em Matemática e Engenharia de Minas para conferência da documentação de reconhecimento dos cursos – campus de Cachoeiro.	Diretoria de Graduação		19/11/12
	Reunião com coordenadores dos cursos de Agronomia e Licenciatura em Ciências Agrícolas para passar informações sobre o reconhecimento dos cursos – campus Itapina.	Diretoria de Graduação		21/11/12
	Reunião com NDE do curso de Arquitetura e Urbanismo para passar informações sobre o reconhecimento do curso – campus Colatina.	Diretoria de Graduação		22/11/12
Acompanhar abertura de novos cursos de graduação	Reunião com a Comissão de Engenharia de Aquicultura. Foram dadas as orientações sobre a elaboração do projeto pedagógico do curso.	Diretoria de Graduação	de Em andamento	23/03/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Reunião Câmara de Graduação	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen; Diretoria de Graduação		20/04/12; 01/10/12
Acompanhar o desenvolvimento dos cursos de graduação	Reunião com Coordenador do Curso de Engenharia Aquicultura para esclarecimento de dúvidas sobre o PPC do curso em elaboração.	Diretoria de Graduação	Em andamento	04/06/12
	Evento Anual do PIBID – Campus Vitória. Neste evento foram apresentadas palestras e trabalhos desenvolvidos pelos alunos do PIBID – Ifes.	Diretoria de Graduação		24/09/12
	Reunião com NDE e Colegiado do curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental para discutir as implicações em mudanças na matriz do curso e regime de oferta – campus Colatina.	Diretoria de Graduação		22/11/12
	Reunião com o coordenador do curso de Engenharia Mecânica – Campus Cachoeiro para discutir matriz curricular e calendário acadêmico.	Diretoria de Graduação		13/12/12
	Reunião com coordenador do curso de Engenharia Elétrica – Campus Vitória para discutir problemas de matrícula intercampi.	Diretoria de Graduação		14/12/12
Acompanhar abertura de novos cursos técnicos	Reunião com a Comissão de Elaboração do PPC do CT em Meio Ambiente para ajustes e adequações no projeto, campus Ibatiba.	Diretoria de Ensino Técnico	Em andamento	14/03/12
	Reunião com a servidora Paola Alfonsa Vieira Lo Monaco para tratar das Orientações e esclarecimentos sobre a legislação para elaboração dos PPCs dos Cursos Técnicos que serão implementados no Campus Centro	Diretoria de Ensino Técnico		04/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Serrano.			
	Reunião Câmara de Ensino Técnico	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen; Diretoria de Ensino Técnico		13/02/12; 23/04/12; 08/10/12
Acompanhar o desenvolvimento dos cursos técnicos	Viagem Ibatiba e Venda Nova: Reunião com servidores do Campus Ibatiba para apresentação da estrutura do Ifes. Reunião com a CRA para implantação do Q-Acadêmico, no Campus. Reunião com o Pedagógico e com os Coordenadores de Curso para ajustes e adequação nas Matrizes curriculares dos Cursos Técnicos em Administração e Agroindústria, campus Venda Nova.	Diretoria de Ensino Técnico; Assessoria Pedagógica da Proen	Em andamento	14/03/12 e 15/03/12
	Reunião com o Diretor Geral Mauro Silva Piazzarollo e com o Coordenador Ralf Majeviski Santos para tratar do PPC do Curso Técnico Automação Industrial do Campus Linhares.	Diretoria de Ensino Técnico		16/03/12
	Reunião no Campus Serra para tratar das estratégias de aproximação curricular do Curso Técnico em Automação Industrial (Campus Serra e Linhares) com os respectivos Coordenadores e Diretores de Ensino.	Diretoria de Ensino Técnico		16/03/12
	Reunião com Coordenador de Metalurgia – para tratar de assuntos referentes a reestruturação do CT em Metalurgia Proeja e Concomitante do campus Vitória.	Diretoria de Ensino Técnico		22/03/12
	Reunião com o Coordenador do Curso Técnico em Edificações do	Diretoria de Ensino Técnico		18/05/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Campus Colatina. Esclarecimentos sobre os ajustes feitos na Matriz Curricular do curso concomitante, para o ano de 2012/1.			
	Reunião Campus Serra sobre o PPC do Curso de Automação Industrial.	Diretoria de Ensino Técnico		01/10/12
Participar da revisão, produção e crescente unificação dos documentos institucionais	Reunião para elaboração do Regimento Interno Pibid.	Diretoria de Graduação	Em andamento	27/02/12
	Reunião para elaborar os regulamentos das Câmaras de Graduação e Técnico.	Diretoria de Graduação; Diretoria de Ensino Técnico		29/02/12
	Reunião Câmara de Graduação: Aprovação do Regimento Interno da Câmara de Graduação e aprovação do Regimento Interno do PIBID.	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen; Diretoria de Graduação		20/04/12
Participar de políticas de acesso, permanência e sucesso	Apresentação da série Situação Social nos Estados. O estudo abordou áreas de interesse das políticas sociais: demografia, previdência social, pobreza e desigualdade, saúde, seguridade, trabalho e renda, educação, cultura, saneamento e habitação.	Diretoria de Graduação	Em andamento	19/01/12
	Obter informações sobre o andamento do Programa Certific no campus Piúma.	Assessoria Pedagógica da Proen		06/02/12
	Reunião avaliação da proposta de Adaptações Curriculares para Educação Inclusiva para FGP.	Assessoria Pedagógica da Proen; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		02/03/12
	Reunião II Fórum Ufes.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		05/03/12
	Reunião com Sirley – NGP	Assessoria		07/03/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Campus Vitória para conhecer o trabalho desenvolvido pela psicóloga Sirley, bem como obter informações a respeito do processo de construção do Código de Ética Discente do Ifes.	Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		
	Reunião sobre revisão dos projetos arquitetônicos dos campi de acordo com a NBR 9050.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		08/03/12
	Reunião Profuncionário.	Assessoria Pedagógica da Proen; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		09/03/12
	Reunião com Cynthia e Erica sobre assistência estudantil.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		12/03/12
	Inauguração da Sala do NAPNE no Campus Serra.	Pró-Reitora de Ensino; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		23/03/12
	Reunião FIAE.	Pró-Reitora de Ensino; Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		26/03/12 e 27/03/12
	Reunião com a Comissão de Assistência Estudantil e Comissão de Alimentação Escolar do Campus Aracruz. Realização de diversas atividades com o objetivo de atender as solicitações dos alunos quanto à qualidade sensorial e nutricional dos alimentos comercializados na lanchonete do campus Aracruz.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		02/04/12
	1º Seminário NAPNE, com o tema: “A Inclusão escolar dos alunos com necessidades específicas no IFES”. Houve a Palestra com Profa. Dra. em Educação Sônia Lopes Victor – Ufes e com o Prof.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		02/04/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Ms. em Educação Wagner Kirmse Caldas – Ifes Campus Serra.			
	Reatech /São Paulo – Tecnologias Assistivas - Participação na Reatech - XI Feira Internacional de Tecnologias em Reabilitação, Inclusão e Acessibilidade.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil; Assessoria Administrativa da Proen;		12/04/12 a 14/04/12
	Viagem Venda Nova e Ibatiba - Reunião com profissionais que atuam na Assistência Estudantil dos campi Venda Nova do Imigrante e Ibatiba.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		17/04/12 e 18/04/12
	I Fórum dos Napne's do Ifes.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		15/06/12
	Campus Aracruz - realizar um trabalho de Educação Nutricional com a equipe de Assistência Estudantil, Comissão que fiscaliza o contrato da lanchonete, proprietário e funcionários da lanchonete e com os alunos.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		19/06/12 a 21/06/12
	Reunião comissão acessibilidade.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		22/06/12; 23/07/12; 26/10/12
	Participar da campanha de conscientização e controle da diabetes no Campus Aracruz, para alunos e servidores.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		27/06/12
	Reunião, com os membros da Comissão de Políticas de Inclusão e Diversidade são Avaliação da Assistência Estudantil do Fórum de Dirigentes de Ensino.	Pró-Reitora de Ensino	09/08/12 e 10/08/12	
	Seminário de educação Inclusiva - Ufes	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil; Assessoria Administrativa da Proen;		14/08/12 a 16/08/12

Meta	Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Elaborar e Discutir Políticas Públicas e Institucionais.	Reunião Cepe	Pró-Reitora de Ensino; Assistente da Proen	Em andamento	02/03/12; 22/06/12; 17/12/12
	Reunião Planejamento Estratégico.	Assessoria Administrativa da Proen		13/02/12
	Reunião FIAE – Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		24/09/12 e 25/09/12
	Evento no Campus Itapina: Dia da Inclusão	Pró-Reitora de Ensino		02/10/12
	Reunião com Célia e Arleide para tratar da Oficina de Saúde.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		25/10/12
	Oficina de enfermagem.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		31/10/12
	Fórum Napne's.	Assessoria Multidisciplinar de Inclusão e Assistência Estudantil		01/11/12

CEAD

Tabela 72: Ações no Exercício de 2012 - CEAD

Descrição da Ação	Situação Atual	Período previsto de execução (data de início e término)
Acompanhamento da execução dos cursos a distância vinculados a UAB bem como ao curso de capacitação a distância.	Concluído	01/2012 a 12/2012
Acompanhamento do andamento de atividades nos polos de apoio presencial com visitas e apoio as negociações referentes aos polos junto a DED/CAPES	Concluído	01/2012 a 12/2012
Participação de estudos referentes aos parâmetros de financiamento do sistema UAB	Concluído	01/2012 a 12/2012
Acompanhamento da execução financeira dos recursos recebidos pela DED/CAPES.	Concluído	01/2013 a 12/2013
Negociação para abertura da 2ª oferta do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal	Concluído	01/2012 a 03/2012
Negociação para abertura da 3ª turma dos cursos de pós-graduação em Informática na Educação, PROEJA e Educação Profissional e Tecnológica e Licenciatura em Informática	Concluído	05/2012 a 10/2012

Negociação e Oferta da 1º oferta do curso de Gestão Pública Municipal através de aceito em Edital 19/2012 – PNAP.	Concluído	05/2012 a 12/2012
Negociação e implantação do curso de Licenciatura em Letras Portugês	Concluído	01/2012 a 02/2012
Negociação para abertura da 3º Oferta do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	Concluído	02/2012 a 07/2012
Negociação para abertura da 3º oferta do curso de Licenciatura em Informática	Concluído	05/2012 a 10/2012
Construção e submissão à CAPES do plano anual de Capacitação 2013	Concluído	10/2012 a 12/2012
Reestruturação dos procedimentos administrativos e financeiros em função de alterações encaminhadas pelos programas federais	Em andamento	01/2012 a 12/2012
Prestação de contas dos projetos 2011	Concluído	06/2012 a 12/2012
Reorganização na forma de arquivamento de documentos financeiros	Em andamento	06/2012 a 12/2012
Atualização dos dados dos cursos no Sisub anteriores a 2012	Concluído	01/2012 a 03/2012
Preparar documentação referente a auditoria sobre pagamento de bolsas pagas para a produção de material didático	Concluído	01/2012 a 03/2012
Organizar Documentos Relativos ao Programa UAB – novos projetos	Concluído	06/2012 a 12/2012
Negociar projeto de dependência para o curso de TADS	Concluído	01/2012 a 03/2012

Descrição da Ação	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Software GPM	Não realizado	Durante todo o ano
Criação de diretrizes para reoferta de disciplina	Em andamento	Segundo semestre
Melhorar o fluxo de trabalho	Em andamento	Durante todo o ano
Estratégias para cumprimento dos prazos.	Concluído	Fevereiro a Julho
Reformulação da linguagem visual dos vídeos	Não realizado	Segundo semestre
Aquisição de banco de imagens e softwares para uso interno	Concluído	Fevereiro a Maio
Criação de um documento sobre direitos autorais – Diretrizes do Cead	Não realizado	Primeiro semestre
Repositório de objeto de aprendizagem	Não realizado	Durante todo o ano
Capacitação da Equipe	Concluído em partes	Durante todo o ano
Reformulação da capacitação do Cead	Concluído	Primeiro Semestre
Capacitação (reuniões) com os atuais DI e Pedagogos dos cursos	Não realizado	Segundo Semestre
Acessibilidade do Portal	Não realizado	Segundo Semestre

Descrição da Ação	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Software GPM	Não realizado	Durante todo o ano
Criação de diretrizes para reoferta de disciplina	Em andamento	Segundo semestre
Estreitar a comunicação do Cead com a comunidade	Concluído	Durante todo o ano
Levantamento de equipamentos para Setor (compra)	Concluído	Fevereiro a Abril
Definição da necessidade de recursos humanos do setor	Concluído	Fevereiro e março
Produzir Material de apresentação institucional do Cead	Não realizado	Segundo Semestre
Desenvolver novas ferramentas de educação	Concluído em partes	Durante todo o ano

Descrição da Ação	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Implantação do sistema de processos com os polos , coordenações de cursos e Cead	Concluído	04/2012
Construção dos sites dos cursos EaD	Paralisado	-
Levantamento das necessidades de Sistemas de controle da UAB	Paralisado	-
Projeto dos tablets	Paralisado	-
Capacitação de administradores Moodle	Concluído	-
Acesso ao portal da CAPES	Concluído	06/2012
Ambiente para construção colaborativa de mapas conceituais	Concluído	03/2012
Módulo de auto-cadastro do Moodle institucional integrado ao sistema acadêmico.	Concluído	10/2012
Ambiente de desenvolvimento colaborativo	Concluído	12/2012
Sincronia automática de novos usuários entre acadêmico e portal do Cead	Concluído	12/2012
Implantação de um sistema de webconferência para ampliar a interação entre alunos, tutores e professores da EaD	Em Andamento	-
Mala direta on-line	Concluído	10/2012
Geração de salas de exercícios de forma automática	Concluído	11/2012
Repositório de objetos de aprendizagem	Paralisado	-
Suporte a resolução 720 x 480 dos vídeos no Moodle/servidor de vídeos	Concluído	09/2012

Descrição da Ação	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Implantação do sistema de processos com os polos , coordenações de cursos e Cead	Concluído	04/2012
Construção dos sites dos cursos EaD	Paralisado	-
Acessibilidade do portal	Paralisado	-
Reestruturação do Datacenter	Em andamento	-
Levantamento das necessidades de Sistemas de controle da UAB	Em andamento	Janeiro/2012 -atual
Reestruturação dos procedimentos administrativos e financeiros em função de alterações encaminhadas pelos programas federais	Concluído	Janeiro/2012 a Dezembro/2012
Prestação de contas dos projetos	Em andamento	Janeiro/2012 a 08 Fev. 2013
Modelagem dos processos	Não iniciado	A definir
Reorganização na forma de arquivamento de documentos financeiros	Concluído	01/2012 a 12/2012
Acompanhar e melhorar as atividades da Gerência de Administração e Planejamento	Parcialmente	Constante.
Organizar Documentos Relativos ao Programa UAB	Parcialmente	Constante
Abertura da 3ª turma do Curso Técnico em Informática	Concluído	Início da turma em fevereiro de 2012 e conclusão em agosto de 2013
Laboratório móvel profissionalizante e-Tec	Concluído	Equipamento recebido em maio de 2012
Capacitação de servidores	Em andamento	Cada programa de especialização possui seu calendário próprio
Kits Satélite para Pós-graduação INPI	Concluído	Instalações pendentes
Infraestrutura - Aquisição de equipamentos para montagem de Estudio de Produção Audiovisual do CEAD	Concluído	N/A
Profuncionário	Em andamento	Fevereiro de 2012 até a presente data
Oferta da 1ª Turma do Curso Técnico em Logística	Em andamento	Fevereiro de 2012 até a Presente data
ROD - reformulação do ROD da Graduação	Concluídos.	Junho a Outubro 2012
Construção do ROD do técnico		

Descrição da Ação	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Implantação do sistema de processos com os polos , coordenações de cursos e Cead	Concluído	04/2012
Construção dos sites dos cursos EaD	Paralisado	-
Abertura da 2ª turma do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, em Informática na Educação, PROEJA, Educação Profissional e Tecnológica e Licenciatura em Informática	Concluído	2012
Validação do projeto do curso de especialização em Ensino de Ciências com a equipe do curso	Em andamento	2012
Definição de procedimentos para organização de: Aula inaugural, 1º Encontro presencial e Capacitação	Concluído	2012
Vinculação dos cursos nos campi	Em andamento	2012/2013
Reconhecimento de curso	concluído	2012
Execução do plano anual de Capacitação 2010 – seleção e capacitação	Concluído	2012
Execução do plano anual de Capacitação 2011 – seleção e capacitação	Concluído	2012
Reestruturação do material da capacitação	Em andamento	2012/2013

Descrição da Ação	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Implantação do sistema de processos com os polos , coordenações de cursos e Cead	Concluído	04/2012
Construção dos sites dos cursos EaD	Paralisado	-
Construção e submissão à CAPES do plano anual de Capacitação 2012	Concluído	2012
Revisão do material do curso técnico em informática para ser homologado pelo programa e-tec brasil	Concluído	2012
Atualização dos dados dos cursos no Sisuab	Em andamento	2012/2013
Melhorar comunicação com os polos	Em andamento	2012/2013
Acompanhar e melhorar as atividades da Gerência de Ensino	Concluído	2012

PROEN

No quadro abaixo estão descritas as ações da Pró-Reitoria de Ensino para o ano de 2013.

Tabela 73: Ações Previstas para o Exercício de 2012 - PROEN

Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Período previsto de execução (data de início e término)
<u>Reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso:</u> <ul style="list-style-type: none"> • Acompanhamento do preenchimento do e-mec nos pedidos de reconhecimento de curso • Visita aos campi que precisam pedir o reconhecimento de curso para orientações sobre o processo • Visita aos campi que receberão as comissões de reconhecimento – pedidos protocolados no e-mec • Acompanhamento da visita <i>in loco</i> no ato de reconhecimento de cursos • Acompanhar os processos de renovação de reconhecimento de cursos 	Pró-Reitora de Ensino Diretoria de Graduação	Esta ação será desenvolvida no decorrer do ano de 2013.

<p><u>Programas Federais:</u></p> <p>Acompanhamento e ampliação do PIBID, acompanhamento do Prodocência, acompanhamento do Edital LIFE, submissão de propostas para o Edital PET, acompanhamento dos cursos do ParFOR e abertura de novas turmas, acompanhamento do etc., acompanhamento do profuncionário, acompanhamento do Pronatec junto à Proex.</p>	<p>Pró-Reitora de Ensino Diretoria de Graduação Diretoria de Ensino Técnico</p>	<p>Esta ação será desenvolvida no decorrer do ano de 2013</p>
<p>Políticas Afirmativas: Acompanhamento do preenchimento das vagas de ações afirmativas, acompanhamento da evasão dos alunos ingressantes nas vagas de ações afirmativas x ampla concorrência.</p>	<p>Pró-Reitora de Ensino Diretoria de Graduação Diretoria de Ensino Técnico</p>	<p>Esta ação será desenvolvida no decorrer do ano de 2013</p>
<p>Processo Seletivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 e 2 opção para os cursos técnicos; • revisão dos próximos editais com relação as ações afirmativas. 	<p>Pró-Reitora de Ensino Diretoria de Graduação Diretoria de Ensino Técnico Gerência de Processos de Seleção</p>	<p>Esta ação será desenvolvida no decorrer do ano de 2013</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Cadastramento dos cursos nos Conselhos de Classe; - Acompanhamento do Intercâmbio Acadêmico (Ciências sem Fronteiras); - Acompanhamento da elaboração e aprovação dos Calendários Acadêmicos; - Avaliação da implantação do projeto piloto de oferta de disciplina na modalidade EAD nos cursos presenciais – ampliar oferta; - Abertura e acompanhamento do Processo Seletivo de vagas remanescentes; - Estudar Políticas de Assistência Estudantil x Permanência e Sucesso dos alunos; - Acompanhar a Pesquisa dos egressos; - Conferência de matrizes curriculares dos cursos no sistema acadêmico; - Rever resolução de núcleo comum dos cursos de graduação; - Avaliar a abertura de cursos de graduação interdisciplinares – elaboração de um seminário para discussão do assunto; - Realizar equivalências de disciplinas do núcleo profissionalizantes dos cursos; - Acompanhar o cadastro de alunos e resultados do ENADE; - Revisão da Política de Assistência Estudantil a ser discutida com os Campi e com o FIAE; - Discutir o Ifes acessível com a comissão; - Implantação e consolidação dos Napne's; - Implantação e consolidação do Certific; - Reformulação de Resoluções dos Cursos Técnicos; - Incentivar e orientar a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos nos campi; - incentivar a consolidação do Ciência sem fronteiras junto à PRPPG nos campi; - Implementar normatizações para as atividades complementares dos cursos de graduação para que sejam registradas como atividades de extensão, integrando o ensino com a extensão; - propor o planejamento estratégico de 2013- 2016 junto às Câmaras de Graduação e dos Cursos Técnicos; - Avaliar a qualidade dos cursos e acompanhar o retorno da avaliação dos cursos junto à comunidade acadêmica; - Avaliar a evasão dos cursos junto à Prodi; 	<p>Todos os setores da Proen</p>	<p>Esta ação será desenvolvida no decorrer do ano de 2013</p>

<p>- Elaborar o PDI e o Planejamento Estratégico junto as outras Pró-Reitorias.</p>		
<p>• Sensibilização dos campi com relação a abordagem dos temas:</p> <p><u>Políticas de educação ambiental</u></p> <p>- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto N° 4.281 de 25 de junho de 2002)</p> <p>- Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012</p> <p><u>Disciplina de Libras</u></p> <p>q) Obrigatória para os cursos de Licenciatura;</p> <p>r) Optativa para os cursos de Bacharelado e Tecnologia.</p> <p>- Decreto N° 5.626/2005.</p> <p><u>Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena</u></p> <p>- Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP N° 01 de 17/06/2004</p>	<p>Pró-Reitora de Ensino Diretoria de Graduação Diretoria de Ensino Técnico</p>	<p>Esta ação será desenvolvida no decorrer do ano de 2013</p>

CEAD

Tabela 74: Ações Previstas para o Exercício de 2012 - CEAD

Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Período previsto de execução (data de início e término)
Acompanhamento da execução dos cursos a distância vinculados a UAB bem como ao curso de capacitação a distância	Coordenação UAB	
Acompanhamento do andamento de atividades nos polos de apoio presencial com visitas e apoio as negociações referentes aos polos junto a DED/CAPES	Coordenação UAB	01/2013 a 12/2013
Participação de estudos referentes aos parâmetros de financiamento do sistema UAB	Coordenação UAB	01/2013 a 12/2013
Realizar prestação de contas do ano de 2012 e 2013	Coordenação UAB e Gerência Financeira do Cead.	01/2013 a 12/2013
Acompanhamento da execução financeira dos recursos recebidos pela DED/CAPES.	Coordenação UAB e Gerência Financeira do Cead	01/2013 a 12/2013
Participar de novas articulações de oferta de cursos para 2014	Coordenação UAB	01/2013 a 12/2013
Participar dos editais oferecidos pela DED/CAPES que sejam de interesse do Ifes, inclusive do edital de capacitação.	Coordenação UAB	01/2013 a 12/2013

Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Período previsto de execução (data de início e término)
Negociar projetos de dependência para os cursos de graduação que possuam alunos retidos	Coordenação UAB	01/2013 a 12/2013
Software GPM	Produção de Materiais e TI	Segundo semestre
Renovação da assinatura de Banco da Imagem	Produção de Materiais	Primeiro Trimestre
Desenvolver novas ferramentas de educação	Produção de Materiais	Durante todo o ano
Reformulação da linguagem visual dos vídeos	Aúdio e Video / Design Gráfico	Primeiro trimestre
Acessibilidade do Portal	Design Gráfico e TI	Segundo semestre
Repositório de objeto de aprendizagem	Produção de Materiais e TI	Segundo semestre
Aquisição de softwares	Produção de Materiais	Primeiro semestre
Capacitação da Equipe	Produção de Materiais	Durante todo o ano
Capacitação (reuniões) com os atuais DI e Pedagogos dos cursos	Design Instrucional	Durante todo o ano
Produzir Material de apresentação institucional do Cead	Design Gráfico	Primeiros semestre
Sistema de Gerenciamento da Produção de Materiais	TI	03/2013 – 12/2013
Reestruturação do Datacenter	TI	01/2013 – 12/2013
Implantação de um sistema de webconferência para ampliar a interação entre alunos, tutores e professores da EaD	TI	03/2013 – 06/2013
Sistema para viabilizar o primeiro acesso dos alunos, por parte da coordenação de curso	TI	01/2013 – 03/2013
Abertura da 4ª turma do curso técnico em Informática	Coordenação Programa e-Tec Brasil	Início da turma em fevereiro de 2013 e conclusão em agosto de 2014
Abertura da 1ª turma do curso técnico em administração 2013	Coordenação Programa e-Tec Brasil	Início da turma previsto para agosto de 2013 e conclusão em dezembro de 2014
Profuncionário	Coordenação Programa e-Tec Brasil	Oferta em 2013 dependendo do acordo de parceria
E-Tec Idiomas	Coordenação Programa e-Tec Brasil	Implantação prevista para 2014
Ampliar para 100% a capacitação dos professores que atuam na EAD	Luciane, Sônia e Solimara	Ação constante Janeiro a Dezembro 2013
Reduzir o índice de evasão nos cursos EaD.	Luciane/ Sônia	Abril a Novembro 2013

Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Período previsto de execução (data de início e término)
Negociar projetos de dependência para os cursos de graduação que possuam alunos retidos	Coordenação UAB	01/2013 a 12/2013
Software GPM	Produção de Materiais e TI	Segundo semestre
Renovação da assinatura de Banco da Imagem	Produção de Materiais	Primeiro Trimestre
Desenvolver novas ferramentas de educação	Produção de Materiais	Durante todo o ano
Reformulação da linguagem visual dos vídeos	Aúdio e Video / Design Gráfico	Primeiro trimestre
Implantar o Acompanhamento de Egressos na EAD	Luciane/ Sônia	Janeiro a Outubro 2013
Ofertar cursos de extensão na modalidade a distância	Luciane, Sônia e Solimara	Setembro a Outubro 2013
Ampliar a participação de alunos EAD em projetos de pesquisa do Ifes	Luciane/ Sônia	Abril/2013
Possibilitar a produção de artigos científicos de professores em parceria com alunos EaD	Luciane/ Sônia	Março a Abril 2013
Capacitar os servidores da GE	Toda equipe da Gerência de Ensino.	2013
Estimular a melhoria da qualidade do atendimento do tutor	Luciane/ Sônia	Junho a Setembro de 2013
Seminário de EaD do Cead/Ifes	Luciane, Sônia e Solimara e outros a definir	A definir - 2013

15.2.1 Outras informações

A Pró-Reitoria de Ensino - Proen, como órgão executivo do Ifes, é responsável pelas atividades e políticas do Ensino de Graduação e da Educação Profissional Técnica. Além das atividades e políticas ligadas diretamente ao ensino, a Proen desenvolve atividades relacionadas à Assistência Estudantil e Inclusão, visando atender cada vez mais e melhor a comunidade.

15.3 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

15.3.1 Perfil da Pró-reitoria

A criação do Instituto Federal do Espírito Santo conduziu a estruturação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), a qual está à frente das atividades relativas à pesquisa e pós-graduação.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação possui como Missão: fomentar a pesquisa e pós-graduação de forma sistêmica, com foco no desenvolvimento humano e tecnológico.

15.3.2 Organização da Pró-Reitoria

Integra a estrutura administrativa da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós Graduação, a Diretoria de Pós-graduação (DPG) e a Diretoria de Pesquisa (Dpq).

15.3.2.1 Ações

Diretoria de Pós-Graduação

As ações desempenhadas pela Diretoria de Pós-Graduação no ano de 2012 encontram-se descritas na tabela abaixo:

Tabela 75: Ações no Exercício de 2012 - Diretoria de Pós-graduação

Descrição Da Ação	Setor Ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período De Previsto De Execução (Data De Início E Término)
Controle do programa de bolsas piqdtc – capes	Diretoria de pós-graduação	Em andamento	
Projeto minter em educação – ufes.	Diretoria de pós-graduação	Em andamento	04/2011 – 04/2013
Elaboração do pregão mestrado em administração de empresas	Diretoria de pós-graduação	Em andamento	-
Projeto dinter em eng. Metalúrgica e materiais – usp.	Diretoria de pós-graduação	Em andamento	10/2012 – 10/2016
Dinter em engenharia de produção - ufrgs	Diretoria de pós-graduação	Aguardando assinatura do termo de coepração	07/2013 – 07/2017
Mestrado a ser oferecido a servidores do ifes em educação agrícola – ufrj	Diretoria de pós-graduação	Aguardando assinatura do termo de cooperação	05/2013 - 05/2015
Mestrado em gestão pública a ser oferecido a servidores do ifes	Diretoria de pós-graduação	Em andamento	03/2013 – 03/2018
Submissão de dinter em ensino de ciências e saúde - ufrj	Diretoria de pós-graduação	Sob análise da capes	07/2013 – 07/2017
Submissão de dinter em engenharia elétrica – puc/rj	Diretoria de pós-graduação	Não aprovado	
Descrição Da Ação	Setor Ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período De Previsto De Execução (Data De Início E Término)
Oferta e mestrado em ensino de ciências e matemática a servidores do ifro e do ifes	Diretoria de pós-graduação	Em andamento	07/2013 – 07/2015
Edital prappg-01-2012 chamada interna para elaboração de proposta de apcn, minter e	Diretoria de pós-graduação	Concluído	

dinter.			
Análise e aprovação do projeto de curso de pós-graduação lato sensu especialização em engenharia elétrica com ênfase em sistemas inteligentes aplicados em automação	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Edital de seleção de alunos para ato de autorização de abertura do curso de pós-graduação lato sensu engenharia elétrica com ênfase em sistemas inteligentes aplicados em automação, [campus vitória]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de pós-graduação em engenharia de produção [cariacica]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de pós-graduação lato sensu em informática na educação [serra]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de pós-graduação lato sensu em agroecologia [alegre]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de pós-graduação lato sensu em educação profissional integrada à educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos – proeja [vitória]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de especialização lato sensu em educação profissional e tecnológica [colatina]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de pós-graduação lato sensu em gestão estratégica de negócios [guarapari]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Oferta do curso de especialização em gestão pública municipal [colatina]	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Elaboração e submissão de proposta (apcn) de mestrado stricto sensu em ciência animal.	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Mestrado profissional em educação em ciências e matemática.	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Programa de pós-graduação stricto sensu em engenharia metalúrgica e de materiais.	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Manutenção, aperfeiçoamento e atualização da página.	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Discussão de proposta de resolução que normatiza as condições de afastamento de servidores para realizar programas de pós-graduação stricto sensu no país e no exterior.	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Elaboração de proposta de resolução de concessão de auxílio financeiro para participação em eventos no exterior e apresentação do tema em reuniões da câmara de pesquisa e pós-graduação	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Descrição Da Ação	Setor Ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período De Previsto De Execução (Data De Início E Término)
Levantamento de subsídios para o plano de qualificação institucional do ifes	Diretoria de pós-graduação		Concluído
Elaboração de projeto ao edital capes pró-equipamentos institucional - 2012	Diretoria de pós-graduação		Concluído

Elaboração de pesquisa sobre qualificação institucional	Diretoria de pós-graduação	Concluído	
Elaboração de pesquisa sobre produtividade científica dos servidores do ifes	Diretoria de pós-graduação	Concluído	

Diretoria de Pesquisa

As ações desempenhadas pela Diretoria de Pós-Graduação no ano de 2012 encontram-se descritas na tabela abaixo.

Tabela 76: Ações no Exercício de 2012 - Diretoria de Pesquisa

Descrição da Ação	Setor ou Pessoa Responsável	Situação Atual	Período de previsto de execução (data de início e término)
Programa institucional de bolsas de iniciação científica – pibic e programa institucional de voluntariado de iniciação científica - pivic	Diretoria de pesquisa	Em andamento	Agosto/2012 a julho/2013
Programa institucional de bolsas de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação – pibiti e programa institucional de voluntariado de iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação – piviti	Diretoria de pesquisa	Em andamento	Agosto/2012 a julho/2013
Programa institucional de bolsas de iniciação científica júnior – pibic-jr	Diretoria de pesquisa	Em andamento	Fevereiro/2012 a janeiro/2013
Programa institucional de formação, consolidação e apoio a grupos de pesquisa – progrupos	Diretoria de pesquisa	Em andamento	2012 a 2013
Programa institucional de difusão científica – prodif	Diretoria de pesquisa	Em andamento	2012 a 2013
Programa institucional de intercâmbio em ciência, tecnologia e inovação - prointer	Diretoria de pesquisa	Em andamento	2012 a 2013
Vii jornada de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação do ifes	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
1ª reunião/2012 - fórum de pró-reitores de pesquisa e pós graduação – regional nordeste	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Iii seminário ítalo-brasileiro de segurança alimentar	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Palestras de pesquisa e pós-graduação nos campi do ifes	Diretoria de pesquisa/diretoria de pós-graduação	Concluída	2012
Reestruturação dos processos de gerenciamento da pesquisa	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Projeto de microgeração de energia	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Reunião mec sobre csf em Brasília			
Ações de internacionalização	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Edital da pesquisa para selecionar 2 estudantes para intercâmbio em Portugal – instituto			

politécnico de bragança. (editais – ifes – 2012-03 – printer) (12 de dezembro)			
Ações de internacionalização Bolsas ielts dadas pelo bc (editais – ifes – 2012-02- printer) (1 de novembro)	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Doação de livros pelo british council (setembro)	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Teste de nivelamento aptis	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Homologações csf	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Documentos para o csf (ao longo do ano)	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Visita de representante bc para o ifes sediar ielts (8 de novembro)	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Palestra da representante sobre o ielts (8 de novembro)	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Atendimento aos estudantes csf	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização Convênios internacionais firmados pela pesquisa em 2012	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Ações de internacionalização 10.12. Visitas internacionais realizadas com propósito de internacionalizar a pesquisa	Diretoria de pesquisa	Concluída	2012
Sistemas informatizados criados	Diretoria de pesquisa	Em andamento	2012 a 2013

15.3.2.1 - Ações futuras

- Submissão de propostas de mestrado acadêmico em Tecnologia e em Produção animal em 2013.
- Submissão de proposta de doutorado em Ensino de Ciências e Matemática em 2014.
- Submissão de proposta de doutorado em Engenharia de Engenharia Metalúrgica e de Materiais em 2014.
- Dar continuidade ao processo de internacionalização da pesquisa no Ifes.

15.4 PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional é um órgão executivo de gestão do Ifes e é reponsável pelas atividades e políticas de planejamento, avaliação e desenvolvimento institucionais.

Vem buscando o desenvolvimento de atividades que contribuam com a atuação da Reitoria junto aos diversos núcleos que contemplam a gestão do Instituto. Para isso, conta com uma estrutura formada pela Diretoria de Planejamento, Diretoria de Tecnologia da Informação e a Diretoria de Gestão de Pessoas.

Dentro dessa estrutura vem sendo desempenhado trabalhos que proporcionem a definição das prioridades do desenvolvimento institucional visando o cumprimento de metas e o aprimoramento da organização do Ifes.

15.4.1 Diretoria de Planejamento

A presente Diretoria desempenha o papel de organizar, planejar, acompanhar e executar atividades que viabilizem a melhoria nos processos de gestão e desenvolvimento institucional. De acordo com o Regimento do Ifes tem como prioridades:

- Estabelecer diretrizes e coordenar a elaboração do planejamento institucional em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- Coordenar estudos, executar projetos e subsidiar a Reitoria em políticas para o desenvolvimento institucional;
- Manter, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, a compatibilidade entre o Plano Orçamentário-Financeiro e os Planos Estratégico e de Desenvolvimento Institucional;
- Elaborar propostas para otimização dos critérios de distribuição de recursos e sua descentralização;
- Estabelecer, em conjunto com a Pró-Reitoria de Administração e Orçamento, diretrizes de uma política global de Organização, Sistemas e Métodos visando à melhoria do processo de gestão e ao desenvolvimento institucional;
- Supervisionar o processo de mapeamento e de documentação dos processos institucionais do Ifes;
- Avaliar os indicadores de desempenho e de qualidade do Ifes;
- Coordenar a elaboração do planejamento anual das atividades de comunicação;
- Promover o planejamento, a integração e a cooperação mútua entre as unidades organizacionais que compõem o Ifes;
- Coordenar o processo de elaboração e atualização do Regimento Geral e dos Regimentos Internos dos campi, polos e núcleos;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

No ano de 2012, teve como principais ações as seguintes:

- Execução e acompanhamento de ações voltadas ao desenvolvimento estrutural dos Campi objetivando a expansão do ensino;
- Elaboração de processos que viabilizassem a organização dos processos de obras do Instituto;
- Apresentação de informações relevantes a prestação de contas as instituições fiscalizadoras;
- Alimentação do SIMEC com dados sobre a parte estrutural dos diversos Campi;
- Modelagem dos processos que envolvem o Relatório de Gestão anual;

- Elaboração de um modelo contemplando indicadores institucionais para o processo de tomada de decisões da gestão;
- Acompanhamento do processo de execução do Relatório de Gestão;
- Apresentação de mecanismos que possibilitem o melhor desenvolvimento das políticas institucionais;
- Auxílio na elaboração do termo de referência para a contratação do Planejamento Estratégico da Instituição.

15.4.1.1 Gerência de Planejamento Institucional (GPLAN)

Criada em maio de 2008 com o objetivo de apoiar o processo de desenvolvimento institucional em todos os níveis, é responsável por verificar a consistência dos dados dos sistemas corporativos do Ifes e informar, oficialmente, às demandas internas e externas que envolvem referências numéricas. Conta com o pesquisador institucional em sua equipe que é o interlocutor e responsável pelas informações do Ifes junto ao INEP. A figura do Pesquisador Institucional foi constituída pelo Art. 4º da Portaria nº 46/MEC, de 10 de janeiro de 2005 .

Principais atividades: apoio e suporte ao planejamento e avaliação institucionais, preenchimento das plataformas do MEC e INEP, apoio administrativo para o cumprimento das atribuições da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Ações Desenvolvidas:

- Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - Confecção, apoio e revisão dos regimentos internos da Reitoria e dos Campi; Acompanhamento do Termo de Acordo de Metas; Acompanhamento do PDI; Colaboração no Relatório de Gestão;
- Informatização de Processos - a Gerência de Planejamento Institucional atuou, na informatização dos processos acadêmicos;
- Capacitação - a Gerência de Planejamento Institucional capacitou servidores dos campi do Ifes diretamente relacionados com alimentação de sistemas e coleta de dados estatísticos; Capacitou servidores que atuam no Registro Acadêmico dos campi do Ifes; Capacitou servidores nos campi em implantação e prestou orientação sobre legislação educacional;
- Participação em Reuniões, Colegiados e Comissões - a Gerência de Planejamento Institucional participou do Projeto SIEP da Setec, atuando como consultora acadêmica no módulo SIGAEPT, participou do Projeto Pronatec da Setec no GT sobre organização acadêmica no âmbito da bolsa formação; colaborou com a PROEN nos processos de avaliação in locu dos cursos de graduação do Ifes;
- Participação no processo de avaliação institucional - a Gerência de Planejamento Institucional acompanhou e apoiou os trabalhos da CPA, viabilizando a logística e a independência para realização dos trabalhos; atuou na autoavaliação institucional e colaborou com a construção do relatório parcial de avaliação; Atualizou o cadastro permanente da Comissão Própria de Avaliação – CPA na home-page do INEP;
- Participação no processo de avaliação do SINAES - Acompanhou e executou o cronograma estabelecido pelo INEP para o Enade; orientou coordenadores de cursos e discentes dos campi do Ifes para participação no Enade;
- Elaboração de Indicadores Institucionais – com objetivo de que toda comunidade acadêmica conheça a instituição em números e que os gestores utilizem essas informações e tendências para tomada de decisões cotidianas, a Gerência de Planejamento Institucional compilou do Sistec os Indicadores constantes do Relatório Anual de Gestão;

- Acompanhou convênios com entidades que oferecem campo de aplicação para as atividades do Instituto;
- Prestou apoio a realização das atividades administrativas dos Campi em implantação;
- Atuou no sistema SCDP nas solicitações referentes a PRODI e aos campi em implantação;
- Manteve interlocução com os diversos setores da sociedade, em particular com a instância federal;
- Acompanhou a legislação educacional, normativa e regulatória, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Promoveu a divulgação informações institucionais para a comunidade interna e externa;
- Promoveu a divulgação das atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação institucional;
- Realizou estudos diversos solicitados pelos setores do Ifes;
- Atendeu demandas internas e externas referentes as solicitações de dados e informações institucionais ;
- Organizou dados e informações em suporte material ou eletrônico de origem interna e externa;
- Assessorou a pró-reitoria em assuntos de planejamento e desenvolvimento;
- Alimentou/Atualizou/Acompanhou os seguintes sistemas:
 - E-mec;
 - Cadastro de docentes ;
 - SISU;
 - Sistec;
 - EducaCenso;
 - Censo da Educação Superior;
 - Simec

15.4.2 Diretoria de Tecnologia da Informação

De acordo com o Regimento do Ifes tem como prioridades:

- Projetar e manter, em conjunto com as coordenadorias correlatas e a Reitoria, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- Gerenciar os projetos na área de Tecnologia da Informação, administrando seus recursos;
- Identificar novas necessidades da Instituição quanto à Tecnologia da Informação e planejar o desenvolvimento de projetos para o atendimento dessas necessidades em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação;
- Propor políticas de Segurança da Informação;
- Manter atualizado o parque tecnológico do Ifes;
- Prover soluções de Tecnologia da Informação compatíveis com as necessidades do Ifes e assegurar o seu correto funcionamento dentro dos níveis de serviço estabelecidos;
- Prestar apoio e assessoria aos campi em assuntos relativos à Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Propor a contratação de serviços de Tecnologia da Informação no âmbito da instituição e gerenciar a qualidade desses serviços;
- Revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados a sua área;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

Principais ações no ano de 2012:

- Implantação do novo sistema de helpdesk da DTI (software livre) e disponibilização do mesmo aos campi interessados
- Capacitação dos técnicos de TI do Ifes na Escola Superior de Redes da RNP
- Elaboração de termo de referência de contratação do novo site do Ifes
- Elaboração de termo de referência para desenvolvimento terceirizado de sistemas para o Ifes
- Elaboração do Plano de Consolidação do datacenter do Ifes
- Virtualização dos servidores do datacenter do Ifes em praticamente 03 computadores
- Adesão e integração com a CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) da RNP
- Melhorias no sistema de backup e armazenamento do Ifes
- Desenvolvimento de sistema de avaliação institucional
- Implantação de novo sistema de gerenciamento e monitoramento de redes – Zabbix
- Criação da Política de Segurança da Informação do Ifes
- Implantação do novo sistema de helpdesk da DTI (software livre) e disponibilização do mesmo aos campi interessados
- Capacitação dos técnicos de TI do Ifes na Escola Superior de Redes da RNP
- Elaboração de termo de referência de contratação do novo site do Ifes
- Elaboração de termo de referência para desenvolvimento terceirizado de sistemas para o Ifes
- Elaboração do Plano de Consolidação do datacenter do Ifes
- Virtualização dos servidores do datacenter do Ifes em praticamente 03 computadores
- Adesão e integração com a CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) da RNP
- Melhorias no sistema de backup e armazenamento do Ifes
- Desenvolvimento de sistema de avaliação institucional
- Implantação de novo sistema de gerenciamento e monitoramento de redes – Zabbix
- Criação da Política de Segurança da Informação do Ifes

15.4.3 Diretoria de Gestão de Pessoas

De acordo com o Regimento do Ifes tem como prioridades:

- Propor, coordenar, acompanhar e avaliar as políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, movimento, desenvolvimento, capacitação, qualificação, avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida do servidores do Ifes;
- Supervisionar os serviços de processamento da folha de pagamento;
- Supervisionar o atendimento médico e psicólogo ao servidor;
- Orientar os órgãos e servidores do Instituto sobre a legislação de pessoal vigente;
- Propor e acompanhar o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação de pessoal vigente;
- Propor o desenvolvimento de sistemas de informação de gestão de pessoas;
- Analisar e emitir parecer em processos que envolvam questões legais na área de gestão de pessoas;
- Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas;
- Desenvolver estudos e apresentar propostas para criação e remanejamento de cargos e funções;
- Executar outras funções que, por sua natureza, lhe estejam afetas ou lhe tenham sido atribuídas.

15.5 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

15.5.1 Diretoria de Extensão Tecnológica

A Diretoria de Extensão Tecnológica-DIREX está vinculada a Pró-reitoria de Extensão- PROEX , órgão executivo de gestão do Ifes de acordo com o Regimento Geral de dezembro de 2010.(art. 37 e 38).

A Agência de Inovação do Ifes – Agifes está subordinada à Diretoria de Extensão Tecnológica para cumprir a função de Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).

As competências da Direx e também da Agifes estão descritas nos artigos 41 e 42 do referido regimento.

A AGIFES iniciou suas atividades no dia 13/02/2011, de acordo com a aprovação do Projeto de Reestruturação do NIT/Ifes apresentado no Edital Fapes 05/2010 - Apoio Financeiro à Estruturação e Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica no Espírito Santo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo.

15.5.1.1 Apresentações, Publicações, Exposições em feiras, Visitas Técnicas.

Tabela 77: Eventos - DIREX

Apresentações, publicações, orientações, exposição em feirasEvento/ Título	Local	Data/hora	Observações
Curso de Busca de Anterioridade Ministrado por Cecilia Hasner	Reitoria	08 de março	
Reunião de trabalho para incentivo à cultura de incubação de empreendimentos, campus Itapina	Campus Itapina	10 de maio	
Palestra sobre a Agifes, Incubadoras e empresas Juniores	Campus Nova Venécia	23 de maio	
Apresentar as atividades de Incubação de Empreendimentos, Gestão de Propriedade Intelectual e Serviços Tecnológicos para o campus. Na ocasião, também acontecerá uma palestra para a comunidade sobre o tema Inovação: ferramenta para o desenvolvimento regional. Palestra: Inovação: ferramenta para o desenvolvimento regional	Auditório Ifes Campus Ibatiba	30 de maio	
Discussões sobre A Importância da Propriedade Intelectual (PI) para o desenvolvimento de um Sistema de Inovação Local e o Papel do Ifes como um dos Agentes propulsores em Colatina e região PI e o Sistema de Inovação Local - Palestra com Araken Alves Lima - Coordenador Geral da Academia de Pi e Inovação do INPI O Papel do Ifes como Agente de Inovação - Palestra com Christian Mariani Lucas dos Santos – Coordenador geral da Agifes	Colatina e Itapina	14 de junho de 2012 / 13h30min	
III SEMINÁRIO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO DO IFES – REGIÃO NOROESTE “Construindo caminhos em rede” Oficina 01. Experiência com elaboração de projetos, captação e execução de recursos na área de pesquisa. Instrutor: Prof. Dr. Christian Mariani Lucas dos Santos – IFES/AGIFES	Campus Santa Teresa	21 de junho	
Palestra Os Caminhos da Inovação no Ifes - Incentivos à cultura patentária para alunos do campus São Mateus	Campus São Mateus	14 de julho	
Palestra sobre a Agifes, Incubadora	Campus São Mateus	24/05	
Curso de Modelagem de Processo	Campus Venda Nova	19 e 20 de julho	
Curso de Busca de Anterioridade Ministrado por Cecilia Hasner	Reitoria	08 de março	
Palestra sobre Economia Solidária Ministrado por Wanessa G. dos Santos	Reitoria		
ISA-Show	Centro de Convenções de Vitória	29 e 30 de agosto	
ENAPID - Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento.	Rio de Janeiro	19 a 21 de setembro	
9ª Semana Estadual de Ciência e Tecnologia	ES	17 a 19/10	

VII Jornada de Iniciação Científica	ES	17 a 19/10	
Evento sobre Inovação	Campus Colatina	Outubro	
II Congresso Brasileiro de Prospecção Tecnológica - ProspeCT&I 2012	Salvador	19 a 23 de Novembro	
“Patentes e Busca de Anterioridade”.	Campus Serra	19 e 20/12	
Visita aos Campi buscando identificar potencialidade com vistas a inovação	Todos	Segundo semestre de 2012	Afrânio

15.5.1.2 Inventores Independentes

Nome	Welington Guimarães Filho
Data	09 de julho de 2012
Tipo	Orientação quanto ao registro de patentes referente a três ideias distintas passíveis de desenvolvimento.

Nome	Joacyr dos Santos
Data	20 julho
Tipo	O inventor possui algumas invenções e busca apoio técnico e financeiro para desenvolvimento de protótipo e de produto para possível comercialização.

Nome	Ioannis Adonios Zavoudakis
Data	23 julho 2012
Tipo	O inventor possui uma patente e procurou o Agifes com interesse de desenvolvimento da mesma

Nome	Daniel Almeida
Data	30 Julho de 2012
Tipo	Orientação quanto ao registro de patente

Nome	Welington Guimarães Filho
Data	setembro/outubro de 2012
Tipo	Orientação para elaborar projeto de captação de recursos para submissão a editais de inovação.

Nome	Arquires de Souza Ferreira
Data	novembro de 2012
Tipo	Orientação sobre invenção

15.5.1.3 Projetos/ Captação de recursos

Tabela 78: Projetos - DIREX

Projeto	Descrição	Recursos captados
EDITAL FAPES Nº 05/2010 – Apoio Financeiro à Estruturação e Consolidação de Núcleos de Inovação Tecnológica no Espírito Santo.		R\$ 250.000,00
Projetos Edital Finep – Subvenção Econômica	Preparação das empresas incubadas e dos respectivos projetos para submissão ao referido edital.	R\$ 199.440,00
Projetos Edital Fapes 015 – Inovação Tecnológica	Christian Mariani Lucas dos Santos - Automação Móvel de Ensaios Não Destrutivos em Ambientes Perigosos e Insalubres	R\$ 233.426,00
	Sávio da Silva Berilli -	R\$ 223.803,12

	Aplicabilidade do resíduo de curtume na agricultura	
	Renato Tannure Rotta de Almeida - Desenvolvimento de infraestrutura de medição automatizada de energia elétrica utilizando rede de comunicação de dados sem fio	R\$ 232.965,68
	Jefferson Oliveira Andrade - PwC – PriceWEBCrawler	R\$ 247.320,00
	Formação de Empreendimentos Econômico Solidários no IASES Nome do Gestor: Professor Me. Francisco Rapchan - Campus Serra	R\$ 149.000,00
Mulheres Mil	A Agifes também estendeu o seu campo de atuação para as áreas social e cultural, nesse contexto participamos da elaboração, submissão e implementação desse projeto nos seguintes campi: i) Campus Colatina j) Campus Alegre k) Campus Venda Nova do Imigrante l) Campus Vitória m) Campus Guarapari	R\$ 700.000,00
Total		R\$ 2.235.954,80

15.5.1.4 Produções

Tabela 79: Documentos elaborados/submetidos - DIREX

Descrição Doc	Grau de Aprovação			
	Agifes	CAEX	CEPE	Conselho Superior
Regimento da Agifes	X	X	X	X
Política de inovação do ifes;	X	X	X	X
Lista de serviços - custo colaborativo com empresas	X	X		
Criação do Capi	X	X		
Fluxograma para a transferência de tecnologia	X			
Roteiro para elaboração do pedido de patente	X			
Termo de sigilo e confidencialidade	X			
Contrato de compartilhamento de PI	X			
Modelos de contratos	X			
Elaboração de documento de transferência e licenciamento de tecnologia	X			
Elaboração de documentos de royalties	X			
Formulário de atendimento on line	X			
Site da Agifes	X			
Formulário de análise de patente	X			
Modelagem de processos	X			
Relatórios de prestação de contas	X			
Relatório Formict	X			
Elaboração de Projetos Tecnológicos, sociais, culturais.	X			
Estudo benchmarking sobre Incubação	X			
Documento de Incubação	X			
Cadastro do Laboratório de Ensaios Mecânicos	X			

15.5.2 Direc – Diretoria De Relações Empresariais E Extensão Comunitária

PROGRAMA: Desenvolvimento e Implementação de Projetos de Extensão Comunitária e de Relações Empresariais

- A Direc - Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária coordenou a elaboração e submissão do “Programa de Apoio a Empreendimentos Culturais Incubados no Instituto Federal do Espírito Santo” no edital Nº 02 - PROEXT - Programa de Extensão Universitária 2013 MEC/SESu, cujo resultado final foi a aprovação do Programa no valor de R\$ 148.641,47, a ser executado no ano de 2013, com 10 bolsistas de extensão do corpo discente, coordenado por Eglair Carvalho, do Programa Incubadora Cultural do Ifes.

O programa apoiará duas empresas da Incubadora do IFES: uma que viabiliza ações de promoção e difusão cultural e desenvolve um jogo cognitivo (“Gincana Palavra Viva”), e outra que apropria elementos da ciência da computação pelo campo da arte e desenvolve produção de conteúdo 3d, principalmente em projeção mapeada. Envolve estudantes dos cursos: Sistema de Informações e Letras. Inicialmente, eles recebem uma Formação Inicial e Continuada em Produção Cultural, distribuída em quatro módulos: Cultura e Sociedade (I) Marketing Cultural e Produção Executiva em Ações Culturais (II), Políticas Públicas, Legislação e Captação de Recursos (III) e Fundamentos Metodológicos e Gestão de Projetos Culturais (IV).

Elaboração e publicação dos Relatórios Finais e das Prestações de Contas dos Programas e Projeto executados com o financiamento de ações de extensão universitária do Edital MEC / Difes / Sesu PROEXT 05 2010, no ano de 2011, com recursos vinculados ao Orçamento Geral da União, consolidado no seguinte portfólio:

- Programa: **Cidadania itinerante: reeducação ambiental em comunidades rurais** (Linha de extensão: Educação); Coordenadora: professora Charlini Contarato Sevim, campus Alegre; Valor aprovado: R\$ 103.478,70; Objetivo: Implementar ações de educação ambiental em comunidades rurais da região do Caparaó, no estado do Espírito Santo, através de equipes itinerantes para capacitação, difusão tecnológica e mobilização sociocultural.

- Programa: **Capacitação de mulheres maricultoras capixabas** (Linha de extensão: Pesca artesanal e aquicultura); Coordenadora: professora Cláudia da Silva Ferreira, campus Piúma; Valor aprovado: R\$ 120.000,00. Objetivo: Capacitar mulheres de comunidades locais de municípios pertencentes ao território de identidade Sul litorâneo do Estado do Espírito Santo, que desenvolvem atividades no segmento da pesca e aquicultura, para sua inserção em mercados, cadeias produtivas e comercialização feminista, solidária e com viabilidade econômica. Também, busca-se criar espaços de participação coletiva das mulheres nos processos de tomada de decisão de acesso a políticas públicas no contexto da pesca e aquicultura.

- Programa: **Café com leitura: formação técnica e cidadã com foco nos saberes do campo** (Linha de extensão: Desenvolvimento agrário); Coordenador: professor Milson Lopes de Oliveira, campus Santa Teresa; Valor aprovado: R\$ 107.085,30. Objetivo: Possibilitar aos agricultores familiares a melhoria do seu nível de formação sociocultural, ao mesmo tempo em que lhe é propiciado condições de adquirir conhecimentos tecnológicos destinados ao aprimoramento de seus processos de produção com foco na concepção agroecológica de exploração do solo, oportunizando aos estudantes de graduação a convivência com situações reais de trabalho profissional.

- Projeto: **Transformando mestres de obra em professores** (Linha de extensão: Educação); Coordenador: professor Fábio Almeida Có, campus Cariacica; Valor aprovado: R\$ 42.796,80. Objetivo: Capacitar os trabalhadores/instrutores da construção civil com competências técnicas para ensinar, possibilitando-lhes aperfeiçoar a sua práxis junto aos trabalhadores que orientam, para facilitar o acesso destes a funções melhor remuneradas e contribuir para a inclusão social e o efetivo exercício da cidadania.

Cooperação Internacional

A Diretoria de Relações Empresariais e Extensão Comunitária – Direc do Instituto Federal do Espírito Santo – Ifes, juntamente com a escola canadense Cegep John Abbot College, abriu inscrições de intercâmbio para alunos do Ifes, conforme assinatura de protocolo de intenções que ocorreu em outubro de 2012, na Reitoria do Ifes. O protocolo de intenções tem como objetivo possibilitar a ida de até 35 alunos do Ifes, com idade de 16 a 22 anos, para estudar Inglês na Cegep John Abbott College.

Essa parceira proporciona aos alunos descontos no pacote do intercâmbio. A escola fica situada em Montreal, cidade de colonização francesa na província de Quebec, Canadá. As inscrições acontecem até o mês de março no site da escola Cegep John Abbott College. A previsão de partida da primeira turma é para a terceira semana de agosto de 2013. Os alunos que forem para Montreal estudarão seis disciplinas, sendo três obrigatórias – Matemática, Língua Inglesa e Educação Física – e as outras são escolhidas de acordo com o interesse do candidato.

Parcerias Institucionais

- SEDU – Secretaria Estadual de Educação – 2011/2012 – Formação de Professores – 320 pessoas atendidas
- TCE-ES Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – 2011/2012 – Programa de atualização técnica – 520 pessoas atingidas
- ANDESA – Agência Nacional de Desenvolvimento Econômico Social e Defesa Ambiental – 2011/2012 – Programa de atualização técnica – 800 pessoas atingidas.

Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais

Relatório de atividades desenvolvidas pelo Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais:

- Suporte na estruturação e participação do IFES no II FMEPT – Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, ocorrido em maio de 2012 na cidade de Florianópolis – SC;
- Participação junto ao Forinter – Fórum dos Assessores de Relações Internacionais dos Institutos Federais durante o II FMEPT, com discussões importantes sobre ensino de língua estrangeira para os alunos da rede, para capacitá-los a participarem de processos seletivos em instituições estrangeiras, principalmente após o lançamento do programa “Ciências sem Fronteiras”;
- Finalização da redação da Minuta do Regimento do Escai e envio para o Reitor e Pro-reitor de Extensão, em junho de 2012;
- Suporte na estruturação e participação do IFES na 9ª Semana Estadual de Ciência e Tecnologia no Espírito Santo, ocorrido em setembro de 2012 na cidade de Vitória – ES;

- Solicitação, acompanhamento e suporte na emissão de passagens e/ou diárias para colaboradores estrangeiros: Mme. Colette Fournier em setembro de 2012 e Prof. Jürgen Kühne em setembro de 2012;
- Suporte na estruturação e participação do IFES na XXIII Feira do Verde, ocorrida em novembro de 2012 na cidade de Vitória – ES;
- Suporte à PRPPG, Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação na internacionalização da pesquisa no IFES, junto ao Prof. Roquemar Baldam e Renata Reimão – Engenheira de Produção do referido setor, bem como questões inerentes ao Ciências sem Fronteiras;
- Suporte à PRPPG, Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação na estruturação do exame de proficiência do IELTS e seleção de professores para o treinamento que será ministrado pelo British Council com o objetivo de preparar/capacitar docentes para o ensino no curso preparatório para o IELTS a ser ministrado para os alunos do IFES;
- Participação no Curso de Capacitação dos Assessores Internacionais, do MEC/SETEC, ocorrido em Brasília em setembro de 2012;
- Alimentação do SIMEC com os dados dos Acordos de Cooperação assinados pelo Ifes;
- Criação do Relatório de Colaboração Eventual Internacional para os colaboradores de instituições estrangeiras;
- Realização de trabalhos articulados com o Secretário Executivo da Reitoria.

15.5.3 - Coordenadoria De Relações Públicas

15.5.3.1 - Relatório De Evento

Apresentação

Este breve documento apresenta como objetivo relatar as principais informações acerca de 02 (dois) grandes eventos no qual o Ifes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo participou e contribuiu na realização de integração institucional e relações com demais instituições públicas, empresas e sociedade civil, nos meses entre outubro à dezembro de 2012.

Primeiramente apresentaremos dados gerais sobre a participação do Ifes na 9ª Semana Estadual de Ciência e Tecnologia. Por conseguinte, informaremos alguns dados sobre a 23ª edição da “Feira do Verde”, as apresentações de projetos educacionais, científicos, tecnológicos e de extensão foram destaques em ambos eventos. O Ifes, promoveu a participação dos discentes, docentes e comunidade, proporcionou melhor acesso a informação sobre os cursos, técnicos, tecnólogos, superiores e de pós graduação para todos os participantes dos referidos eventos. Realizou integração institucional e firmou sua marca e identidade para melhor conhecimento da população.

Desse modo, verificamos a importância da participação de nossa participação e trabalho nestes eventos. A integração institucional externa e interna apresenta-se como potencial extensionista. Cientes de tal contribuição e essencialidade, expomos alguns dados fundamentais.

9º Semana Estadual De Ciência E Tecnologia

O evento foi organizado pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI, entre os dias 17 a 19 de outubro de 2012, na Praça do Papa em Vitória/ES, com o tema “Sustentabilidade, Economia Verde e Erradicação da Pobreza”.

Participaram do evento professores, alunos, empresários, autoridades públicas, gestores públicos, e organizações da sociedade civil. O Ifes obteve presença marcante no evento com a participação de 07 (sete) campi, em estande com aproximadamente 110 m², no qual os visitantes do evento puderam conhecer de perto os trabalhos, pesquisas, projetos de extensão e informações sobre os cursos em geral do ifes.

O campus Venda Nova do Imigrante trouxe um projeto produzido pelos alunos do curso Técnico em Agroindústria, com orientação dos professores Genilson de Paiva, Flávia de Abreu Pinheiros e João Tomas da Silva Borges. O trabalho tem como objetivo formar profissionais no aproveitamento e inovação de novos produtos na área de alimentação da região.

O campus São Mateus apresentou 02 (dois) projetos. O primeiro trabalho foi produzido pelos alunos do curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio, intitulado “*Desenvolvimento e Aplicação de Jogo Didático de Tabuleiro no Ensino de Química*”. O segundo projeto foi produzido pelos alunos do curso Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio, e é intitulado “*Dog Alimentator*”. Ambos projetos foram apresentados no espaço destinado para a “Feira de Ciência”, no qual foi julgado por uma banca avaliadora do evento.

O campus Itapina, também levou 02 (dois) projetos, com destaque para a visita do público ao “Jardim sensorial”, coordenado pelo Prof. Marinaldo Francisco Zaitelli, no qual busca auxiliar as pessoas com baixa visão na identificação de plantas e flores, por meio do olfato. O projeto surgiu de uma parceria com Associação de Deficientes Visuais, onde o plano é construir uma praça sensorial até o final do ano no campus Itapina, visando atender à população com deficiência na região de Colatina. O segundo projeto, apresentou caminhos para diminuir o uso de produtos químicos na agricultura, coordenado pelo professor Anderson Holtz, que trabalha com produtos alternativos no controle de pragas.

Foram apresentados pelo Campus Ibatiba ao todo 07 (sete) projetos, sendo 06 (seis) voltados ao meio ambiente e 01 (um) na área sócio-cultural.

O Campus Vila Velha apresentou um projeto científico que simula computacionalmente o que é feito com substâncias tóxicas em um laboratório de química, coordenado pelo professor Rogério Rodrigues. Os alunos bolsistas do projeto, são do curso superior de Licenciatura em Química, e apresentaram imagens dos resultados alcançados.

O campus Serra apresentou projetos e produtos tecnológicos inseridos na Incubadora de Empreendimentos de Base Tecnológica do Ifes, que oferece estrutura física, apoio tecnológico e de gestão para empreendedores. Desse modo, durante o evento, um dos maiores atrativos do público no estande do Ifes foi a apresentação da máquina de Transmissão Automática de Dados de Energia – Tad-E, e um motor flex com câmara de combustão de vidro, equivalente a um motor de automóvel, que é utilizado para fins didáticos. O motor é produzido pela InTechno, uma das empresas residentes da Incubadora do Ifes. O motor foi apresentado em vários momentos durante o evento e pode ser utilizado em aulas de cursos de mecânica, eletromecânica, eletrotécnica, instrumentação e áreas afins.

O campus Vitória apresentou 07 (sete) projetos. Cinco dos projetos expostos foram na área de Geoprocessamento com imagens em 3D. Outro projeto exposto foi o “Módulo Didático”, muito visitado pelos participantes do evento, pois o projeto usa a bicicleta ergométrica para fazer uma abordagem bem básica e clara sobre o processo de geração de energia, evidenciando o processo de energia através da lâmpada, sendo assim um projeto prático e viável. Os alunos do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental apresentam pesquisa sobre polímero de biodegradáveis, que utiliza a gelatina como base para produzir plástico.

Resultados

- Participação de 40 alunos como expositores de projetos
- Participação de 07 campi
- Integração entre Ifes e Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia
- Apresentação de 22 projetos científicos e tecnológicos e 01 projeto sociocultural
- Integração com instituições de ensino público, privado e internacional.

Feira Do Verde 2012 – 23ª Edição

Evento de educação ambiental com grande representatividade coletiva de Vitória e do Espírito Santo. Sua primeira edição ocorreu em 1990, e, desde 2008, o evento é montado e organizado na Praça do Papa.

A feira reúne cerca de cem expositores, que representam instituições públicas, sociedade civil organizada e empresas privadas. São discutidas questões ambientais e urbanísticas que interferem na qualidade de vida dos cidadãos, tais como proteção dos ecossistemas, saneamento, água, gestão ambiental. Os agentes participantes são levados a refletir sobre seus papéis na sustentabilidade dos ecossistemas e das populações humanas.

Um público estimado em 200 mil pessoas prestigiaram as atividades do evento. Os visitantes são, em sua maioria, professores, estudantes, técnicos, bem como famílias que buscam informação e conhecimento sobre a temática central da feira ou acerca das ações promovidas pelas entidades participantes na área da educação ambiental.

A organização da Feira do Verde é feita por uma comissão, que é constituída por membros de várias secretarias da Prefeitura de Vitória. A comissão mantém um intercâmbio técnico-científico com instituições e empresas de todo o Brasil. Assim, abre espaço para projetos de educação ambiental administrados por prefeituras, Organizações Não Governamentais (ONGs) e órgãos governamentais. É neste campo de atuação e parceria que se torna viável e imprescindível a participação do Ifes, enquanto instituição sólida de educação pública com qualidade.

a 23ª Feira do Verde de fato reuniu todos os segmentos da sociedade capixaba para discutirem as complexas questões definidas nos eixos temáticos da Agenda para a sustentabilidade das cidades, base do programa Cidades Sustentáveis para juntos, refletir, discutir e propor as mudanças necessárias para uma sociedade sustentável. Temas ambientais e correlatos para a construção das sociedades sustentáveis foram abordados pelos diversos agentes que participam da feira, mantendo a tradição das ações educativas do evento que contribuem para as discussões ambientais e para a preservação da vida no planeta Terra, em todas as suas formas e habitats.

O estande Ifes na Feira do Verde 2012, contou com 30 m², e recebeu aproximadamente cinco mil pessoas durante os sete dias de evento. O espaço institucional do ifes contou com 03 (três) ambientes: No centro do estande, foi reservado espaço para a apresentação do Ifes enquanto instituição pública de ensino federal, presente em diversos municípios do Espírito Santo, assim os

visitantes puderam conhecer melhor a instituição e obter informações sobre as atividades realizadas e os cursos oferecidos, através de apresentações orais, vídeos institucionais e fôlder. Os demais espaços, traziam projetos que promovem estudos e ações de preservação do meio ambiente, imprescindível para assegurar o desenvolvimento do conhecimento científico com sustentabilidade.

No estande do Ifes os participantes da “Feira do Verde 2012”, encontraram o projeto Renovatech, realizado pelo campus Colatina, coordenado pelo professor Alextian Bartholomeu, em parceria com a Prefeitura de Colatina a Associação de Profissionais de Informática de Colatina e o Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental. No evento, o estudante do curso de Sistemas de Informação do campus Colatina, Agnelo Júnior, apresentou todo o projeto, desde sua ideia e implantação, até os resultados alcançados. O Renovatech tem como objetivos a reciclagem, o reaproveitamento e/ou a remontagem de computadores, monitores, no-break, estabilizadores, impressoras e outros periféricos de informática, atuando diretamente no auxílio ao meio ambiente, para empréstimo às famílias carentes. O projeto foi apresentado para representantes de diversas associações de moradores da Grande Vitória, que ficaram interessados em implantar o projeto na Região Metropolitana.

O Ifes obteve grande destaque na feira com o projeto "Ecosistemas Costeiros Capixabas", do campus Vitória, onde os visitantes puderam conferir mostruários de conchas marinhas brasileiras e exóticas, a mostra fotográfica "Aquáticos" sobre diversos animais marinhos e material lúdico para identificação tátil de animais do mar. A apresentação do projeto contou com a organização e planejamento do professor Fabiano Biancucci Apolinário e os alunos do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental e do curso Técnico em Edificações Integrado ao Ensino Médio, do campus Vitória.

Além da participação de alunos e servidores no estande, o evento também possibilitou integração com algumas instituições e associações como o Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto de PermaCultura e Arte do Caparaó; e Associação dos Artesãos da Universidade Federal do Espírito Santo – Artufes.

Vale destacar também a participação e apresentação do projeto sóciomusical “Molotov”, do campus Ibatiba, que une alunos e professores para a promoção da cultura e a arte, por meio da música acústica, e leva mensagens de cidadania, direitos humanos e arte como forma de reflexão e intervenção social. O repertório apresentado contou com músicas de intervenção e transformação social nos ritmos de MPB e pop rock em versão acústica. As músicas apresentadas são dos grupos: O Rappa, Legião Urbana, Biquini Cavado e O Teatro Mágico. A banda participa de eventos de valorização da cultura e na 23ª edição da “Feira do Verde” participaram também de entrevista na rádio do evento, e apresentaram o “jingle”, canção temática do evento, reforçando a mensagem de sustentabilidade para todos os participantes.

O projeto é composto por 13 alunos e servidores do campus, com o objetivo de entender a arte para além do entretenimento, como forma de construção de um espaço cultural, o projeto surgiu como alternativa de apresentar novos estilos, além do sertanejo, que é o representativo da região.. A iniciativa conta com o incentivo da Pró-Reitoria de Extensão do Ifes e do Núcleo de Arte e Cultura – NAC.

Resultados

- Participação de 35 alunos como expositores de projetos
- Visita de aproximadamente 05 mil pessoas no estande
- Participação de 02 campi e Reitoria

- Integração institucional entre Ifes e Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Instituto de PermaCultura e Arte do Caparaó; e Associação dos Artesãos da Universidade Federal do Espírito Santo – Artufes
- Apresentação de 02 projetos científicos e tecnológicos e 01 projeto sociocultural
- Ampla divulgação institucional para a população em geral

Conclusões

Com a participação do Ifes nestes eventos supracitados e relatados, verificamos a promoção direta de ensino, pesquisa e extensão. Assim a instituição realiza sua missão de promover e incentivar tais atividades fundamentais para o desenvolvimento acadêmico, científico e tecnológico, para a formação de cidadãos e de desenvolvimento ao país. A participação de discentes, docentes e comunidade nos eventos relatados reforçam o destaque do Ifes no campo educacional, científico e tecnológico. A integração institucional com empresas, poder público e sociedade civil permite maior amplitude para a efetivação de parcerias, cooperações e convênios. As apresentações institucionais sobre a atuação do Ifes e seus diversos cursos fortalecem a marca da instituição e o melhor conhecimento por parte da população sobre a missão do Ifes, e possibilidades enquanto Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Com a participação do Ifes nestes eventos, percebemos o quão é fundamental preencher tais espaços e proporcionar crescimento a todos.

15.6 HISTÓRICO

15.6.1 Campus Alegre

O programa de ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado, no Brasil, pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, Decreto Lei nº 9.613, de 20/08/1946, e artigos 2º e 4º do Decreto Federal nº 22.470, de 20/01/1947, que apresentava a seguinte inovação: criação de escolas agrícolas, que deveriam funcionar em regime de internato, onde seriam ministradas as quatro séries do 1º ciclo (Ginásio Agrícola) e as três séries do 2º ciclo, atribuindo-se aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

A Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES é uma Autarquia instituída pela Lei 8.731 de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, nos termos do Art. 20, Anexo I do Decreto nº 2.147 de 14 de fevereiro de 1997, através da Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

Em 1997 foi implantado o Curso Pós-Técnico em Piscicultura, que em 2001, evoluiu para Técnico de Aquicultura. Em 1999, foram implantados os Cursos Técnicos em Agroindústria e Informática, e em 2000, o Curso Técnico em Cafeicultura.

No ano de 2005, a EAFA teve aprovado pelo MEC seu primeiro Curso Superior de Tecnologia, o Tecnólogo em Aquicultura, decorrente da evolução do então Curso Técnico em Aquicultura. O curso superior de Tecnologia em Aquicultura terá seu reconhecimento solicitado pela Instituição em meados do ano de 2007.

No ano de 2007 foi implementado do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, mediante a oferta do Curso Técnico em Informática.

No fim do ano de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Alegre atravessa mais um período de mudanças. Através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2009, publicada no DOU no dia 30/12/08, o Governo Federal institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Em 2009 foram implantados os cursos superiores de graduação em Cafeicultura e Licenciatura em Ciências Biológicas, e em 2010 o curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Nesse mesmo ano o Campus de Alegre iniciou suas atividades na modalidade de pós-graduação Lato Sensu com a oferta do Curso de Pós-graduação Lato Sensu em Agroecologia.

Em 2011 foi iniciado o curso de Manutenção e Suporte em Informática na modalidade de jovens e adultos – PROEJA.

Em 2012, foi iniciado o desenvolvimento de programas voltados ao ensino e à extensão como PRONATEC e Mulheres Mil. O primeiro envolvendo a oferta de diversos cursos de FIC e ainda um curso técnico em Manutenção e Suporte em Informática. O segundo envolvendo cursos de qualificação profissional ofertados a mulheres que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Ainda em 2012, foi aprovada pela reitoria do Ifes a oferta do curso de Engenharia de Aquicultura, que terá sua primeira turma a partir do ano de 2013.

O ano de 2012 também foi o ano de implementação de alguns programas da Política de Assistência Estudantil do Ifes como: Auxílio Transporte, Monitoria, Auxílio Didático, Programas voltados à cultura e lazer, entre outros.

15.6.2 Campus Aracruz

O Ministério da Educação – MEC, através da Portaria no 690, de 9 de junho de 2008, autorizou o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - CEFETES a promover o funcionamento da UNED de Aracruz - ES. Em 15 de setembro de 2008 a Unidade de Ensino de Aracruz iniciou seu primeiro período letivo, ofertando cursos técnicos concomitante em Mecânica e subsequente em Química, nos períodos vespertino e noturno.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Nessa ocasião, a Unidade de Ensino de Aracruz passa a se chamar Campus Aracruz.

No ano de 2009 o Campus Aracruz passou a ofertar Cursos Técnicos de Mecânica e Química na modalidade integrado ao Ensino Médio, e em 2010 a ofertar o FIC e o Curso Superior de Licenciatura em Química. Este aumento representa um crescimento significativo na oferta de vagas em relação ao ano anterior.

Ao final do ano de 2009, iniciou-se a obra de construção do Bloco V, destinado a ampliação do número de salas de aula para os cursos técnicos e também de salas para acomodar os professores. Em 2010, iniciou-se a construção do Bloco IV, que destinará ao Campus novos ambientes para atender a área de Química, contemplando salas de aula e laboratórios. Infelizmente, as obras destes dois blocos foram paralisadas, em razão do abandono por parte da construtora, causando muitos problemas a comunidade acadêmica. Em 2012, estas obras foram retomadas por outra construtora, com previsão de término em meados de 2013.

Os dados e indicadores avaliados temporalmente para ensino, pesquisa e extensão demonstram o crescimento do Campus Aracruz. No ensino, além do incremento no número de alunos regulares, os alunos dos cursos integrados obtiveram uma ótima colocação no ENEM divulgado em 2012, sendo a décima segunda melhor escola do Espírito Santo. Na pesquisa há três grupos institucionais formados, cuja liderança é de docentes lotados em Aracruz, sendo que há seis projetos de pesquisa em andamento. Na extensão, destacam-se a execução dos projetos/programas Mulheres Mil, Engajamento Barra do Riacho, Pronatec e Terras Indígenas que atenderam mais de seiscentas pessoas em 2011/2012. Ressaltando-se que todos os projetos extensionistas citados tem forte cunho social, atendendo prioritariamente as comunidades carentes.

A assistência ao educando no Ifes Campus Aracruz organizou-se através da Política de Assistência Estudantil, que beneficia estudantes regulares carentes com uniformes, material escolar, auxílio alimentação, auxílio moradia, ajuda de custo, dentre outros. Em 2012 Campus Aracruz financiou mais de duzentos mil reais nestas ações.

Com a chegada de novos servidores ao Campus Aracruz otimizaram-se processos e estabeleceram-se novos reagrupamentos por setor, observando-se o perfil e interesse dos servidores. No aperfeiçoamento do corpo técnico-administrativo e docente tem mantido a média próxima do ano de 2011, capacitando um número grande de servidores que ingressaram, especialmente na área administrativa, e que necessitam de intensa capacitação para manutenção e aprimoramento do serviço prestado, com capacitações promovidas pelo Curso de Desenvolvimento de Servidores promovido pela Reitoria do Ifes e por capacitações externas.

Em 2012 o Campus Aracruz continuou a investir na aquisição de equipamentos de ensino e pesquisa, buscando aprimorar as práticas com letivas e de pesquisa com os avanços tecnológicos presentes no ambiente industrial, possibilitando uma melhor formação de nossos discentes.

O Ifes Campus Aracruz necessita ainda de fortes investimentos em infraestrutura, sobretudo na construção de edificações como ginásio poliesportivo, prédio administrativo, centro de convivência, biblioteca, subestação, reservatório de água, guarita, galpão para a área de mecânica, dentre outros, que proporcionarão melhores condições para o ensino, a pesquisa e a extensão.

15.6.3 Campus Cachoeiro

O Instituto Federal do Espírito Santo *Campus Cachoeiro* de Itapemirim, denominado Ifes *Campus Cachoeiro* de Itapemirim, criado pela Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, oriundo da antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Cachoeiro de Itapemirim, iniciou suas atividades em 01/07/06, abrindo o período letivo em 14/08/06, com o curso técnico em mecânica.

O Campus Cachoeiro de Itapemirim, o qual integra o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal, conseguiu durante o exercício, atingir metas relevantes por meio do aumento na oferta de vagas nos cursos técnicos integrados em Eletromecânica e Informática e técnicos concomitantes em Mineração, Eletromecânica e Informática. Temos também cursos superiores em Engenharia de Minas e Licenciaturas em Matemática e Informática (à distância), e PROEJA FIC em parceria com as Prefeituras dos municípios de Cachoeiro e Marataízes. Este aumento representa um crescimento significativo na oferta de vagas em relação ao ano anterior.

O *Campus* encerrou suas atividades apresentando um quadro de pessoal com 94 (noventa e quatro) servidores, sendo 38 técnicos administrativos e 48 professores efetivos e 08 professores substitutos, conforme demonstrado na seção 4 - Gestão de Pessoas. Dentro da estrutura organizacional, o *Campus* está composto: pela Diretoria Geral, Diretoria Adjunta, Gerência de Gestão Educacional, Gerência de Administração Geral e demais Coordenadorias, dando suporte técnico e administrativo nas ações de curto, médio e longo prazo.

15.6.4 Campus Cariacica

A Unidade Descentralizada de Cariacica foi criada pela Portaria MEC nº 1312 de 17/07/2006 e iniciou

suas atividades em 21/08/06, abrindo o período letivo com a aula inaugural do Curso Técnico em Ferrovias, funcionando em uma escola cedida pela Prefeitura Municipal de Cariacica, localizada à Rua

Narciso Pavani - s/n, - Bairro São Francisco – CEP 29.145-440 – Cariacica-ES, com uma área de 2151,71m² (dois mil e cento e cinquenta e um metros quadrados e setenta e um centímetros) após ampliação da área interna. A partir de dezembro de 2008, esta unidade passa a denominar Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus Cariacica*. Em 2009, passou a funcionar também em Itacibá, Cariacica de forma parcial.

A Sede própria em Itacibá foi ocupada em definitivo no final de 2012. Finalizando as operações em São Francisco.

De acordo com a divisão regional do Espírito Santo, Cariacica faz parte da Região Metropolitana da Grande Vitória, com Vitória, Serra, Vila Velha, Viana, Guarapari e Fundão.

Na divisão dos municípios do Estado em macro e microrregiões administrativas de gestão, o município de Cariacica está inserido na macro e microrregião Metropolitana.

Segundo o IBGE, Cariacica ocupa uma área de 285Km², a uma altitude média de 65m do nível do mar e distante 17km da capital do Estado do Espírito Santo. O município é cortado pela BR 262, que liga Vitória a Belo Horizonte, e pela BR 101, que interliga os estados do Rio de Janeiro e Bahia. É atravessado também pela Estrada de Ferro Vitória a Minas.

Devido às rodovias e ferrovias que cortam o município e à sua posição geográfica, Cariacica é vista pelos empresários locais como um ponto estratégico para impulsionar seus empreendimentos.

A população de Cariacica em 2000, de acordo com o IBGE, era de 324.285 habitantes, sendo 312.980 residentes na região urbana e 11.305 habitantes residentes na região rural, com taxa de crescimento geométrico anual da população residente de 1,91% ao ano. Em 2007 a população atingiu 356.536 habitantes.

Cariacica, hoje, é um município com grande concentração de empresas comerciais e prestadoras de serviço. Levantamentos recentes apontam que 73% da economia da cidade giram em torno desses setores.

O setor de serviços é bem representado pelas empresas de transporte e logística, como a Vale, Itapemirim, Águia Branca e Colatinense. Além dessas, outras 241 (duzentos e quarenta e uma) empresas se enquadram nesse perfil. As indústrias representam pequena parcela de economia do município, mas segundo a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município, o espaço ocupado por elas tende a crescer.

15.6.5 Campus Colatina

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo - Cefetes, foi oficializado em 23 de setembro de 1909, no governo de Nilo Peçanha e foi regulamentado pelo Decreto 9.070 de 25 de outubro de 1910, denominando-se Escola de Aprendizes Artífices do Espírito Santo, com o propósito de formar profissionais artesãos, voltados para o trabalho manual, um fator de efetivo valor social e econômico, com um ensino para a vida.

A partir de 1937 passou a formar profissionais voltados para a produção em série, porém com características artesanais, denominada então de Liceu Industrial de Vitória.

Em 25 de fevereiro de 1942 o Liceu Industrial foi transformado em Escola Técnica de Vitória e em 11 de dezembro de 1942 foi inaugurado o prédio onde funciona até hoje, sendo que à época contava com internato e externato, oficinas e salas de aula para atender aos cursos de artes de couro, alfaiataria, marcenaria, serralheria, mecânica de máquinas, tipografia e encadernação.

Em 3 de setembro de 1965 passou a ser denominada Escola Técnica Federal do Estado do Espírito Santo, Etfes, baseada num modelo empresarial. Em 13 de março de 1993 foi inaugurada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada, localizada em Colatina, norte do estado.

A Unidade de Ensino Descentralizada de Colatina foi criada pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1992. Em 13 de março de 1993 foi inaugurado o prédio onde passou a funcionar a partir do dia 15 do mesmo mês.

Mais adiante, em 2004, por mais uma decisão política, o ensino técnico funde-se ao ensino médio, voltando ao modelo anterior, o curso técnico integrado, em nova matriz curricular. Acabando nessa época, a oferta de vagas ao ensino médio. Promovendo ofertas de vagas em novos cursos técnicos

em Gestão Empreendedora e Tecnologia em Saneamento Ambiental. O Campus ainda oferece os cursos superiores de Redes de Computadores, Tecnologia em Saneamento Ambiental, Sistemas de Informação e Arquitetura e Urbanismo. O Campus tem ofertado ainda cursos no sistema de ensino a distância.

Em 2012 a infra-estrutura física sofreu poucas alterações, porém bons investimentos foram feitos na tecnologia de informação, no aspecto físico e lógico.

O trabalho social aos nossos alunos foi destaque, pois com recursos liberados pelo Governo Federal, conseguimos atender um grande contingente discente em situação de baixa renda. Neste quesito se destacam o auxílio moradia e o auxílio alimentação.

15.6.6 Campus Guarapari

A inauguração do *Campus* Guarapari realizou-se em 25 de maio de 2010, com as presenças do então Governador do Estado do Espírito Santo Paulo César Hartung Gomes, do Ministro de Estado da Educação Fernando Haddad, do Prefeito de Guarapari Edson Figueiredo Magalhães, do então Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação Eliezer Moreira Pacheco, do Reitor do IFES Dênio Rebello Arantes, do Diretor Geral do *Campus* Guarapari Ronaldo Neves Cruz e da comunidade acadêmica.

Um novo processo seletivo foi realizado em junho de 2010, sendo ofertadas duas turmas do Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Administração, totalizando 76 vagas, e duas turmas do Curso Técnico Concomitante/Subsequente de Eletromecânica, totalizando 80 vagas. As aulas no segundo semestre tiveram início em 16 de agosto.

Em setembro de 2010 teve início também o Pré-IFES, projeto realizado pelo IFES-*Campus* Guarapari em parceria com a SEDU e com a CSU (Companhia Siderúrgica de Ubu), cujo objetivo foi oportunizar aos alunos da rede pública Estadual, reforçar as competências e habilidades necessárias para participar com êxito do processo seletivo do IFES, envolvendo em torno de 400 alunos. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Guarapari foram ofertados ainda Cursos de Capacitação para, aproximadamente, 180 servidores da Prefeitura.

Outro processo seletivo foi realizado em dezembro, com ingresso para o 1º semestre de 2011. Neste processo foram ofertadas 42 vagas para o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Administração, e 40 vagas para o Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Eletromecânica, ambos no turno vespertino. Para o turno noturno foram ofertadas 38 vagas para Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Administração e 36 vagas Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Eletromecânica, nesse processo seletivo o *Campus* Guarapari foi o terceiro mais concorrido do Estado.

A autorização de funcionamento do *Campus* Guarapari foi publicada no Diário Oficial da União em oito de dezembro de 2010, referência Portaria Nº 1.366, de 06 de dezembro de 2010, Gabinete do Ministro da Educação.

Em Janeiro de 2011 aconteceu o processo seletivo para atender ao convênio existente entre o IFES e a SEDU, o Programa Bolsa Técnica, com a oferta de 01 turma do Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Eletromecânica e 01 turma do Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Administração, totalizando assim a entrada de mais 82 alunos.

Em agosto de 2011 aconteceu o processo seletivo para a primeira turma de Pós-Graduação *Lato Sensu* do *Campus* Guarapari. O Curso é em Gestão Estratégica de Negócios, e foram ofertadas 40 vagas, sendo 10 delas reservadas para servidores do IFES. As aulas tiveram início dia 13 de setembro, com as presenças do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação do IFES Thalmó de Paiva

Coelho Junior, do Consultor de Empresas Durval Vieira de Freitas, e do Diretor Geral do *Campus* Guarapari Ronaldo Neves Cruz. Também em agosto de 2011 foi realizado o processo seletivo para a primeira turma de Especialização Técnica do *Campus* Guarapari. O Curso tem o foco na Gestão da Qualidade, e foram ofertadas 42 vagas para esta primeira turma.

Em 2012 todos os cursos e projetos iniciados em 2011 tiveram continuidade. Além dos já existentes, em 2012 foi iniciado o Programa Mulheres Mil, atendendo há mais de 100 mulheres de comunidades carentes do município. Os cursos ofertados no Programa Mulheres Mil são de Garçonete, Camareira e Secretariado.

Em 2012 foram realizados novas atividades de extensão, como o IFES na Praia e o IFES na Praça, além dos Jogos Estudantis.

15.6.7 Campus Ibatiba

A proposição de cursos Técnico em Florestas no Campus Ibatiba do Instituto Federal do Espírito Santo visa contribuir com a Educação Tecnológica e a formação de um profissional que aplica seus conhecimentos de forma inovadora, acompanhando a evolução do setor e contribuindo na busca de soluções nas diferentes áreas aplicadas.

Em 2012, foram desenvolvidas atividades de integração com a sociedade ibatibense como o evento 'IFES Ecobike' e o Dia Mundial da Água a fim de proporcionar uma visão humanística crítica e consistente sobre o impacto de sua atuação profissional na sociedade como disseminador do conhecimento, permitindo uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca pela sustentabilidade como forma de garantir a segurança alimentar, a geração de renda e a conservação do meio ambiente.

Além disso, o Campus Ibatiba garante ao discente acesso e permanência no Instituto através da política de assistência Estudantil favorecendo a integração com o ambiente acadêmico e a melhoria com a qualidade de vida.

No *Campus* Ibatiba, diversas ações tem sido realizadas para auxiliar a permanência ao educando, são elas: auxílio moradia; auxílio didático; auxílio didático uniforme; auxílio transporte; auxílio alimentação. Além dos auxílios citados, ações de monitoria de componentes curriculares de base e ações de pesquisa com a participação de alunos, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT), tem sido constantemente realizadas e já fazem parte da realidade dos discentes.

O corpo de servidores do Campus Ibatiba e também incentivado ao desenvolvimento de suas habilidades através de cursos de aperfeiçoamento. Atualmente, os planos de capacitação de servidores (docentes e técnicos), são os cursos de ambientação Centro de Desenvolvimento de Servidores - CDS, ofertados em diversos campi do IFES nas modalidades: Treinamento In Company, Treinamento Interno e Treinamento no Local de Trabalho, mediante inscrição dos servidores nos mesmos.

15.6.8 Campus Itapina

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes Campus Itapina, também conhecido como antiga Escola Agrotécnica Federal de Colatina-ES – EAFCOL, localiza-se a 17 km da cidade de Colatina, na rodovia BR-259, Km 70, no distrito de Itapina. Está a 155 km de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo.

Ocupa uma área de 316 ha que são distribuídos em áreas construídas e áreas destinadas ao desenvolvimento de projetos educacionais e agropecuários.

Sua inauguração data de 28/04/1956. Através de um termo de acordo de 15/11/1949, celebrado entre o Governo da União e o Estado do Espírito Santo, instalou-se a Escola de Iniciação Agrícola de Colatina.

Em 13/02/64, sua denominação foi alterada para Ginásio Agrícola. Em 17/12/75, o Poder Executivo doou à União Federal área destinada ao Ginásio Agrícola de Colatina. Em 14/12/77 foi autorizado o funcionamento do Curso Técnico em Agropecuária no Ginásio Agrícola de Colatina, regularizado em 29/08/80.

A partir de 17/11/93 todas as E.A.Fs foram transformadas em Autarquias. Em dezembro de 2008, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.892, que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país. No Espírito Santo, o Cefetes e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, de Colatina e de Santa Teresa se integraram em uma estrutura única: o Instituto Federal do Espírito Santo. Dessa forma, as Unidades de Ensino do Cefetes (Vitória, Colatina, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Cariacica, Aracruz, Linhares e Nova Venécia) e as Escolas Agrotécnicas de Alegre, Santa Teresa e Colatina são agora campi do Instituto.

15.6.9 Campus Linhares

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo *campus* Linhares, denominado Ifes *campus* Linhares, criado pela Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, oriundo da antiga Unidade de Ensino Descentralizada de Linhares (Portaria nº 691 de 09 de junho de 2008, publicada no DOU em 10 de junho de 2008), iniciou suas atividades em setembro/2008 com os cursos técnicos em administração e automação industrial.

O *campus* Linhares, o qual integra o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Governo Federal, conseguiu durante o exercício, atingir metas relevantes por meio do aumento na oferta de vagas, nos cursos técnicos integrados e concomitantes em administração e automação industrial. Este aumento representa um crescimento significativo na oferta de vagas em relação ao ano anterior, visto que em 2012 o curso técnico de administração atingiu sua totalidade de turmas (1º ao 4º ano) e o de automação industrial permanecerá em crescimento até o ano de 2013 (encontra-se do 1º ao 3º ano), quando também completará sua totalidade.

Encontra-se em fase de construção mais um bloco acadêmico, restaurante e melhorias no acesso e dependências do *Campus* Linhares, o qual proporcionará o aumento de vagas nos cursos já existentes, como também a abertura de novos cursos.

15.6.10 Campus Nova Venécia

O Campus Nova Venécia iniciou suas atividades acadêmicas em 22 de setembro de 2008 oferecendo inicialmente os Cursos Técnicos de edificações e de Mineração.

O Campus Nova Venécia é uma Escola planejada para propiciar conforto e bem estar desde o seu projeto arquitetônico. Conta com: uma biblioteca ampla e bem equipada, além de áreas de convivência com cantina e pátio coberto, corredores para circulação amplos e arejados, praças internas ajardinadas, demais espaços físicos que propiciam livre acesso e conforto à comunidade escolar, visitantes e cidadãos portadores de necessidades especiais.

No ano de 2012 o Campus ganhou novas instalações como: ginásio poliesportivo, Campo de Futebol, Pista de atletismo, Laboratórios de Química, Física e Biologia, mais salas de aulas e laboratórios de informática.

Destacamos ainda, a realização de diversas ações no tocante à Política de Assistência Estudantil, como auxílios-alimentação, moradia, transporte, bem como Monitoria, entre outros, que atingiram diretamente quase 100 alunos do Campus, atividades que influenciam na permanência do aluno no Instituto.

Todo esse conjunto de obras e serviços acadêmicos e/ou administrativos, resultam no objetivo de atingir a finalidade de Escola, na formação profissional e tecnológica do cidadão.

15.6.11 Campus Piúma

O Campus Piúma está localizado numa região litorânea e ocupa o espaço territorial da antiga Escola de Pesca. Nesse contexto, sua criação foi resultado da parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Pesca e Aquicultura objetivando a formação de profissionais na área pesqueira e capacitação dos trabalhadores do setor de forma a promover o desenvolvimento regional a partir do objetivo de criação dos Institutos Federais.

Iniciou suas atividades no segundo semestre de 2010 com o curso Técnico em Processamento de Pescado. No início de 2011 iniciaram os cursos de Técnico em Pesca Integrado ao Ensino Médio e Técnico em Aquicultura Integrado ao Ensino Médio. No segundo semestre de 2012 iniciou-se a Graduação em Engenharia de Pesca. Nesse período, foram realizados cursos e projetos de extensão comunitária: Curso ProejaFic – Processamento do Pescado; Projeto Mulheres Mil; Projeto Mulheres Maricultoras; Telecentro; Curso de Informática Básica; Curso de Capacitação para merendeiras escolares no uso do pescado e Curso Melhor Aproveitamento do Pescado. Todas as atividades de ensino e extensão relatadas atenderam, no decorrer de 2012, o objetivo de criação do campus e que continuam a ser desenvolvidos em 2013, juntamente com novas ações.

Para que as ações tivessem êxito, o campus realizou em 2012 a política de assistência estudantil visando dar condições de participação qualitativa aos discentes, uma vez que a região apresenta altos índices de desigualdade social.

Soma-se à uma proposta de gestão humanizada, participativa/democrática e de empreendedorismo social por meio da reestruturação do organograma com a criação de novas coordenações, conselhos e comissões para discutir as ações do campus.

15.6.12 Campus Santa Teresa

Autarquia instituída pela Lei nº 8.731 de 16/11/1993, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do artigo 20 do anexo I ao Decreto nº 2.147 de 14/02/1997 e a Estrutura Orgânica desta Instituição foi norteadas pelo Decreto 2.548 de 15/04/1998, até a publicação da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que a transformou em Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do ES, Campus Santa Teresa, mantendo suas finalidades durante o exercício de 2011 preservadas.

A antiga Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa iniciou em meados de 2008 um novo mandato para o quadriênio 2008/2012 sob a Direção, que foi reeleita mantendo a continuidade do desenvolvimento do projeto pedagógico-político-social que tem sido oferecido pelo Campus, projeto este capaz de responder às exigências da sociedade. Isso implica em planejamento, pesquisa, estudos e reflexões que viabilizem a determinação de metas que possam possibilitar a aferição, a

quantificação e a comparação dos resultados esperados com os previstos, servindo de parâmetros para tomadas de decisões que visem a realização de ações educadoras por parte dos dirigentes, professores e técnicos lotados no Campus. Desta forma o Campus busca melhorar seu funcionamento e organização visando atender adequadamente seu público alvo, que não se restringe exclusivamente ao corpo discente, inserindo neste contexto seus familiares e as instituições nas quais busca apoio e parcerias para viabilizar este projeto pedagógico-político-social.

Portanto, a análise das dimensões filosóficas e dos objetivos se colocam como uma tarefa fundamental da prática escolar na perspectiva de responder às necessidades históricas e sociais de ensinar bem aos alunos em prol de uma sociedade mais justa, qualificada, produtiva e inserida efetivamente no processo de modernidade.

15.6.13 Campus São Mateus

O ano de 2012 foi marcado pela primeira eleição para o cargo de Diretor Geral do campus, respeitando assim o processo democrático e atendendo o preconizado na Lei nº 11.892/2008 que criou os Institutos Federais de Ensino no país.

Ainda com relação a gestão do campus, outro fato relevante no nível estratégico que pode ser destacado foi a criação da Diretoria de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão, proporcionando um suporte técnico e acadêmico para os alunos e docentes, através da participação destes em atividades de projetos de pesquisa e iniciação científica, assim como, oportunizando os primeiros debates para implantação da incubadora no campus.

Destaca-se também que as gerências de administração e ensino, passaram a status de diretorias, no intuito de criar maior autonomia e agilidade na tomada de decisões, junto a Direção Geral do campus.

No que tange à Gestão de Pessoas do campus, observa-se que a Unidade encerrou suas atividades apresentando um quadro de pessoal com 101 servidores, sendo 50 técnicos administrativos, 47 professores efetivos e 04 substitutos, conforme demonstrado quadro 3.1. Fazendo um comparativo do ano de 2011 e 2012, observa-se um aumento no quantitativo de servidores. Isto demonstra a valorização do ensino público no país, através de uma busca contínua na melhoria da qualidade do ensino, com foco no desenvolvimento.

A preocupação com a permanência do aluno na escola foi uma das diretrizes que levou a criação da Coordenadoria de Assistência ao Educando, promovendo a reestruturação da política de Assistência Estudantil, através do aumento do número de alunos assistidos e implementações de novas ações, previstas no programa.

Destaca-se que o campus promoveu o primeiro processo seletivo com o programa de reserva de vagas (cotas) em atendimento a Lei nº 12.711/12, que prevê o preenchimento de 50% das vagas com alunos oriundos da escola pública, levando-se em consideração a etnia e a situação socioeconômica.

15.6.14 Campus Serra

O Instituto Federal do Espírito Santo, Campus Serra iniciou suas atividades acadêmicas em 12 de março de 2001 oferecendo inicialmente os Cursos Técnicos de Informática e de Automação Industrial.

Atualmente, além dos cursos citados, ofertamos Cursos Superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores, Engenharia de Controle e Automação, além de dois cursos na modalidade à distância: Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Pós – Graduação em Informática na Educação. Contamos com Grupos de Pesquisa em pleno desenvolvimento na instituição.

O Campus Serra é uma Escola planejada para propiciar conforto e bem estar desde o seu projeto arquitetônico. Conta com: uma biblioteca ampla e bem equipada, um auditório destinado a eventos, uma quadra para esporte, ambientes amplos composto de salas de aulas climatizadas, com recursos multimídia e acesso a Internet, laboratórios bem equipados para atender as área de Informática e Automação Industrial, além de áreas de convivência com cantina e pátio coberto, corredores para circulação amplos e arejados, praças internas ajardinadas, demais espaços físicos que propiciam livre acesso e conforto à comunidade escolar, visitantes e cidadãos portadores de necessidades especiais.

A escola também está equipada com Sistema de Controle de Acessos, com Sistema de Alarmes e com Circuito interno de TV para garantir uma melhor segurança a toda comunidade escolar.

15.6.15 Campus Venda Nova Do Imigrante

As atividades foram iniciadas em 08 de março de 2010, oferecendo os Cursos Técnicos Integrados com o Ensino Médio de Administração e Agroindústria, nos turnos matutino e vespertino; o Curso Técnico Integrado com o Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA em Administração e o Curso Técnico Concomitante/Subsequente em Agroindústria, no turno noturno.

O Campus Venda Nova do Imigrante encontra-se ainda em implantação e foi planejado para propiciar conforto e bem estar aos seus usuários, sejam professores, servidores técnico-administrativos, alunos e a população de forma geral. Conta com espaçosa biblioteca, um auditório destinado a eventos internos e externos, um mini-auditório destinados a eventos internos, ambientes amplos compostos de salas de aulas, com recursos multimídia e acesso a Internet, laboratórios bem equipados para atender as áreas de Administração e Agroindústria, além de áreas de convivência com cantina e pátio coberto, amplos e arejados corredores para circulação, além de demais espaços físicos que propiciam livre acesso e conforto à comunidade escolar, visitantes e cidadãos portadores de necessidades especiais.

Dando seguimento às obras de implantação, no ano de 2012, foi concluída a obra de construção do segundo bloco de salas de aula e laboratórios e iniciou-se as obras para construção dos bicicletários, cobertura de rampas, escadas e garagens nas dependências do Campus.

No ano de 2012 o campus promoveu atividades de prevenção e promoção da saúde à servidores e alunos, através de trabalhos pontuais como panfletagens com o objetivo de conscientização em relação à exploração e violência sexual contra a criança e/ou adolescente e combate ao tráfico ilícito de drogas. Também foram desenvolvidas atividades no intuito de trassar o perfil alimentar de nossos alunos através de aplicação de questionários para o planejamento e desenvolvimento de ações sobre alimentação saudável para 2013.

15.6.16 Campus Vila Velha

O Campus Vila Velha está localizado num município que possui 414.585 habitantes (IBGE, 2010), 79% acima dos 15 anos de idade, e 99,5% residente na área urbana, que possui a terceira maior taxa de analfabetismo entre as cidades com mais de 100.000 habitantes. A atividade econômica predominante é o comércio e os serviços, de forma que ao Campus impõe-se, além da oferta do

ensino em todos os níveis, também atividades de pesquisa e de extensão que possam servir na transformação da realidade do município, viabilizando empreendimentos que possam alavancar o desenvolvimento equilibrado da cidade.

Criado pela Lei nº 11.740, de 16 de julho de 2008, o Campus Vila Velha foi fundado em 29 de novembro de 2010 e autorizado por meio da Portaria MEC nº 1.366, de 6 de dezembro de 2010. É parte integrante da estrutura administrativa do Ifes, competindo-lhe a supervisão dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão e a gestão das atividades administrativas, dentro dos limites estabelecidos pela legislação vigente.

Diferente de outros Campi do Instituto Federal, os atuais cursos ministrados neste Campus – Técnico em Química e Licenciatura em Química – são originários do Campus Vitória, onde iniciaram suas atividades. Pelo fato de ainda não terem sido concluídos os laboratórios das áreas de química e biologia destinados às suas atividades, esses cursos permanecem utilizando os correspondentes laboratórios do Campus Vitória.

Com um corpo docente formado por 100% de Mestres e Doutores, o Campus Vila Velha apresenta um perfil vocacionado para a pesquisa, tendo nas atividades relacionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico sua maior expressão.

A Diretoria Administrativa intensificou seu trabalho no exercício de 2012, com vistas a dotar o campus de infraestrutura necessária às demandas da área de ensino e pesquisa, priorizando o processo licitatório de urbanização e montagem de laboratórios. As ações de aperfeiçoamento do corpo técnico-administrativo tiveram o intuito de melhorar a performance dos servidores, de forma a refletir no melhor planejamento das compras e na gestão dos processos, culminando na melhoria da eficiência administrativa.

Em 2012, a exemplo dos anos anteriores, a Diretoria de Pesquisa e Extensão esteve focada no processo de formação de pessoas, por meio de ciclos de palestras e cursos de formação inicial e continuada, assim como apoiando, fomentando e certificando ações como palestras, que trabalhou o empoderamento dos sujeitos, a difusão de informações entre Ifes e comunidade vila-velhense, a produção de cidadania e da responsabilidade social, bem como o enriquecimento do conhecimento científico e cultural de alunos e professores do Ifes Campus Velha, através de *workshops*, semana de ciência e tecnologia, entre outros.

A Diretoria de Ensino do Campus Vila Velha em 2012 implementou ações com o objetivo de combater e minimizar a evasão dos Cursos de Química, com a implantação de estratégias e mecanismos que visaram dirimir essa problemática a partir dos programas de assistência estudantil, ao incentivo da participação do alunos dos Programas Institucionais de Iniciação à Docência e ao Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, e outras ações relacionadas ao desempenho, frequência e principais dificuldades enfrentadas pelos alunos, e detectadas pelos professores, tem sido realizadas com foco na valorização dos cursos ofertados pelo Campus.

A intenção das ações realizadas neste campus é a de criar um ambiente acolhedor e estimulante aos estudantes, no que tange às suas habilidades cognitivas, criativas, artísticas e culturais, possibilitando o pleno desenvolvimento de suas características intelectuais e senso ético e estético.

15.6.17 Campus Vitória

O Campus Vitória é o mais antigo do IFES - Instituto Federal do Espírito Santo, situado à Avenida Vitória, nº 1729, no bairro Jucutuquara, na cidade de Vitória/ES, desde 1942, onde desenvolve suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Possui uma área total de 41.528 m² (quarenta e um mil, quinhentos e vinte e oito metros quadrados) e de área construída 55.916 m² (cinquenta e cinco mil, novecentos e dezesseis metros quadrados).

A estrutura física contempla salas administrativas, salas de aula, laboratórios, salas de apoio e um parque esportivo composto por campo de futebol, pista de atletismo, piscina, sala de musculação, sala de ginástica, ginásio poliesportivo coberto e 02 (duas) quadras polivalentes cobertas.

A estrutura organizacional do Campus Vitória é composta por 01 (uma) Diretoria-Geral, 05 (cinco) Diretorias (Ensino; Administração; Gestão de Pessoas; Pesquisa e Pós-Graduação; Extensão), 02 (duas) Gerências (Gestão Educacional e Apoio ao Educando), 03 (três) Subgerências (Gestão Educacional; Apoio ao Ensino; Administração), além de Coordenadorias de Cursos, Áreas, de Apoio ao Ensino e Administrativas.

15.7 – INDICADORES DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

15.7.1 Perfil dos alunos

Com a finalidade de verificar o atendimento da finalidade social do Instituto, este item contempla a análise dos alunos por gênero, por área de procedência (urbana ou rural), por procedência escolar, a faixa etária dos estudantes, a renda per capita de suas famílias e a etnia declarada.

15.7.1.1 Alunos Por Gênero

Este item tem como finalidade indicar o perfil dos alunos no Instituto. Verifica-se que a população de gênero masculino apresentam-se em maior quantidade do que os de gênero feminino.

Para a realização deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de alunos de gênero masculino/ Total de alunos
- Somatório de alunos de gênero feminino/ Total de alunos

Neste item, apenas o Campus Colatina não apresentou as informações.

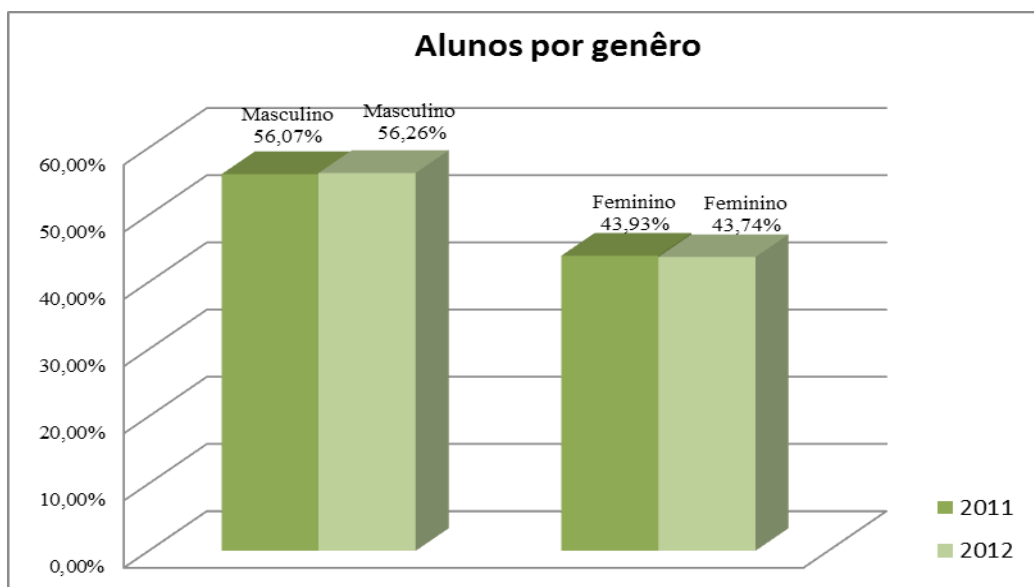


Ilustração 3: Gráfico - Alunos por gênero

Fonte: Relatório de Gestão dos Campi.

15.7.1.2 Alunos Por Área De Procedência Urbana Ou Rural

Os alunos que ingressantes no Instituto tem origem, em sua maioria, da área urbana. Com os dados apresentados é possível visualizar que do ano de 2011 para 2012 houve um aumento dos alunos de procedência rural. Porém, a maior população ainda é urbana.

Para a realização deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de alunos advindos da zona rural/ Total de alunos
- Somatório de alunos advindos da zona urbana/ Total de alunos

Neste item, apenas o Campus Colatina e Nova Venécia não apresentaram as informações.

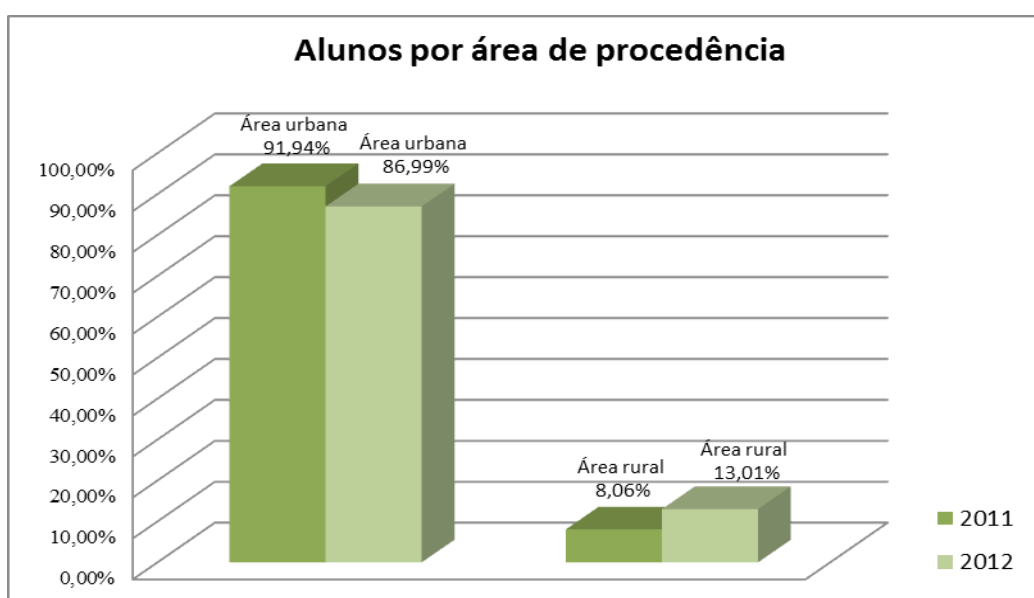


Ilustração 4: Gráfico – Alunos por área de procedência

Fonte: Relatório de Gestão dos Campi.

15.7.1.3 Alunos Por Procedência Escolar

Com relação a procedência escolar, os alunos tiveram na grande maioria a formação em escola pública. No ano de 2012 houve um aumento dos alunos provenientes da área pública enquanto que os alunos provenientes de escola privada diminuíram.

Para a realização deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de alunos advindos de escola privada/ Total de alunos

- Somatório de alunos advindos de escola pública/ Total de alunos

Neste item, apenas o Campus Colatina não apresentou as informações e do Campus Vitória ficou faltando dados de 2012.

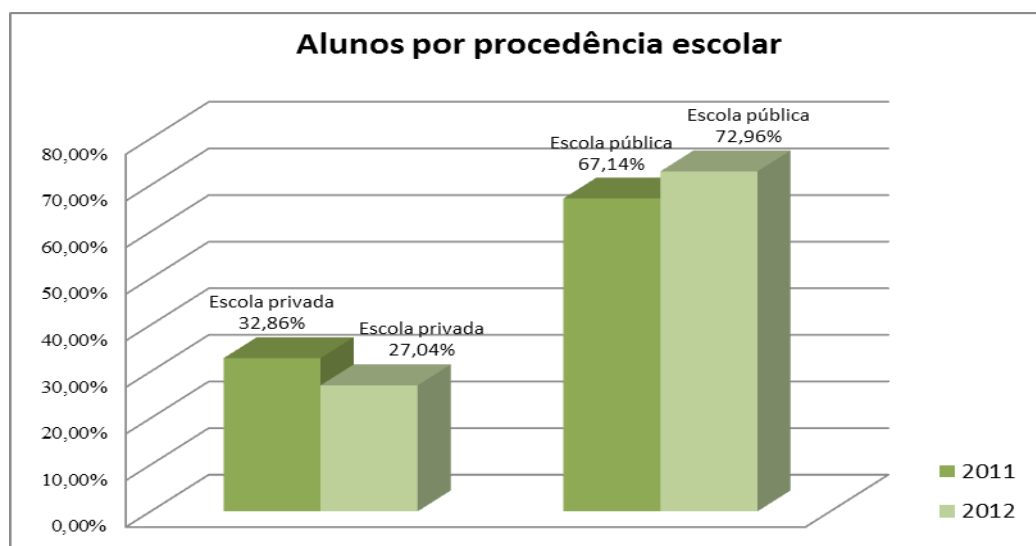


Ilustração 5: Gráfico – Alunos por procedência escolar

Fonte: Relatório de Gestão dos Campi.

15.7.1.4 Alunos Por Faixa Etária

As informações fornecidas pelos *Campi* apontam para o fato de que os alunos ingressantes no Instituto estão com idade entre 15 a 24 anos. No ano de 2011 a faixa etária estava entre 20 a 24 anos enquanto no ano de 2012 passou para 15 a 17 anos.

Para a realização deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de alunos por faixa etária/ Total de alunos

Neste item, apenas o Campus Guarapari não apresentou as informações.

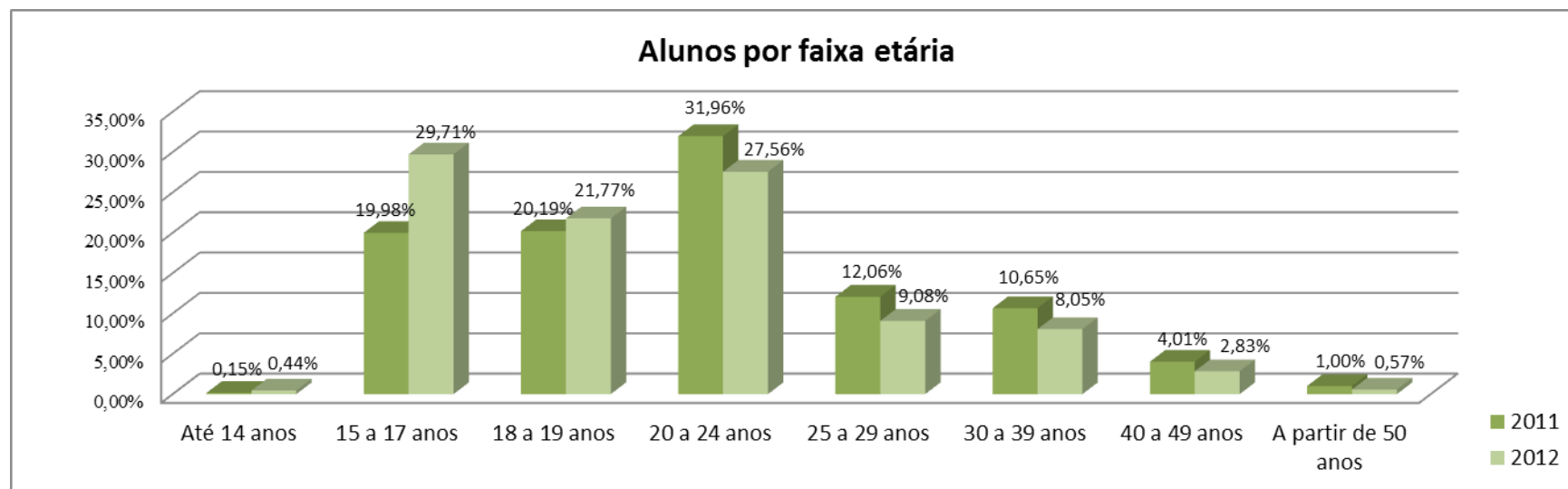


Ilustração 6: Gráfico – Alunos por faixa etária

Fonte: Relatório de Gestão dos Campi.

15.7.1.5 Renda Familiar Per Capita

Para este item, em 2011 houve uma quantidade significativa de alunos que não declararam a sua renda. É possível perceber que a quantidade de alunos com renda familiar maior que 0,5 e menor igual a 1 estão contemplados tanto no ano de 2011 quanto no ano de 2012.

Para a realização deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de alunos por tipo de renda familiar/ Total de alunos

Neste item, o Campus Colatina não apresentou as informações, o Campus Vitória deixou ausente suas informações de 2012 e o Campus Serra informou parcialmente os seus dados. Isto dificulta a análise confiável das informações fornecidas.

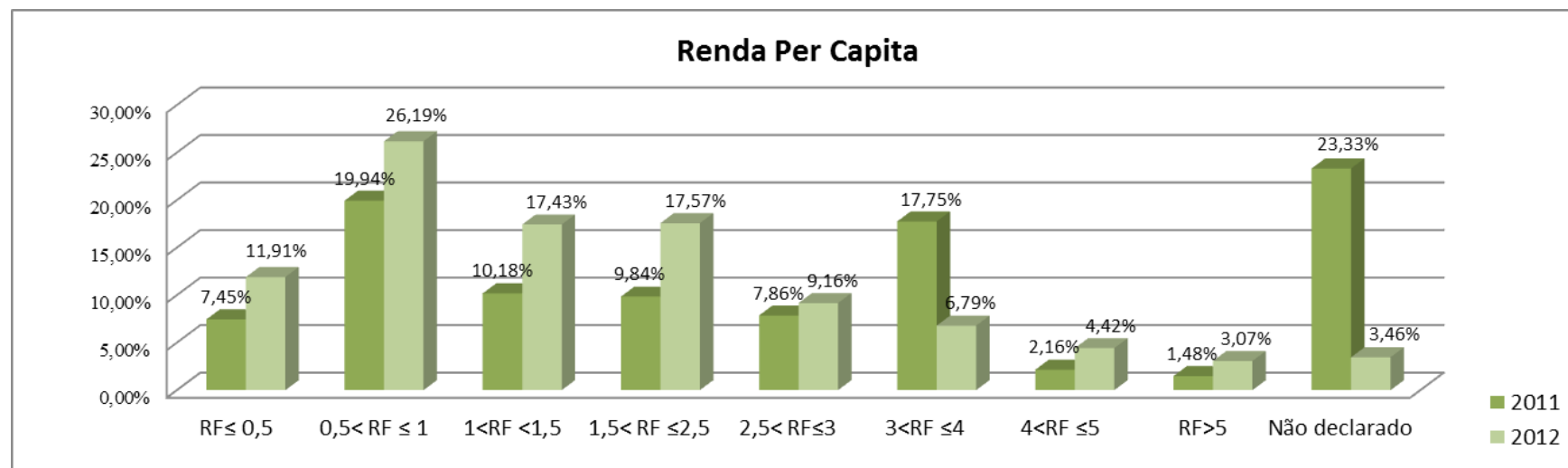


Ilustração 7: Gráfico – Alunos por renda per capita

Fonte: Relatório de Gestão dos Campi.

15.7.1.6 Alunos Por Etnia

As informações indicam que os alunos estão declarando, em primeiro lugar, como Branco e em segundo lugar como Pardo. Estes dados são comuns tanto em 2011 quanto em 2012.

Para a realização deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de alunos por tipo de etnia/ Total de alunos

Neste item, o Campus Colatina não apresentou as informações e o Campus Guarapari deixou de apresentar os dados de 2011.

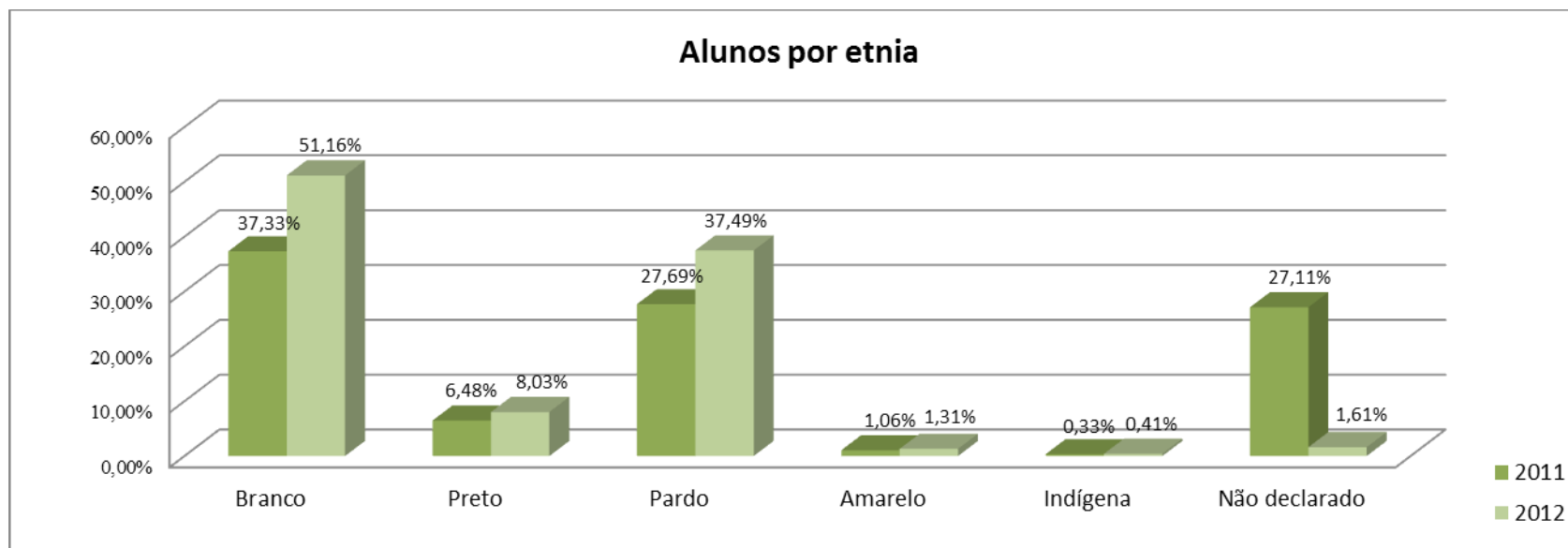


Ilustração 8: Gráfico – Alunos por etnia

Fonte: Relatório de Gestão dos Campi.

15.7.2 Atendimento ao Discente

15.7.2.1 Política de Assistência Estudantil - PROEN

A Política de Assistência Estudantil do Ifes foi criada em 2011 pela Resolução nº 19/2011, do Conselho Superior do Ifes, a fim de promover ações que contribuam para a equidade no processo de formação dos discentes do Ifes. Pensando em uma política participativa, optou-se por levantar as demandas para Assistência Estudantil junto aos alunos, o que proporcionou a discussão coletiva e, a partir disso, a eleição de 10 demandas prioritárias na área. A partir da realidade apresentada, elaboraram-se os programas de apoio à formação discente da Política de Assistência Estudantil do Ifes, regulamentados pela Resolução nº 1.602/2011, do Conselho Superior do Ifes.

Os Programas de Apoio à Formação Discente estão divididos em *Programas Específicos* – Auxílio Material Didático e Uniforme, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Financeiro e Auxílio Monitoria, que visam o atendimento preferencialmente ao aluno em vulnerabilidade social, e *Programas Universais*, cujo atendimento será oferecido a toda comunidade discente.

Importante destacar que este item foi elaborado pela Pró-reitoria de Ensino.

15.7.2.2 Programas Específicos

Os Programas Específicos da Assistência Estudantil têm um caráter essencial de atender às necessidades financeiras com vistas à permanência dos estudantes na instituição. Os dados ora apresentados são baseados nos números de alunos atendidos pelos Programas Específicos da Assistência Estudantil do Ifes no ano de 2012, bem como nos valores despendidos com esta finalidade.

ALUNOS BENEFICIADOS PELA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL - 2012

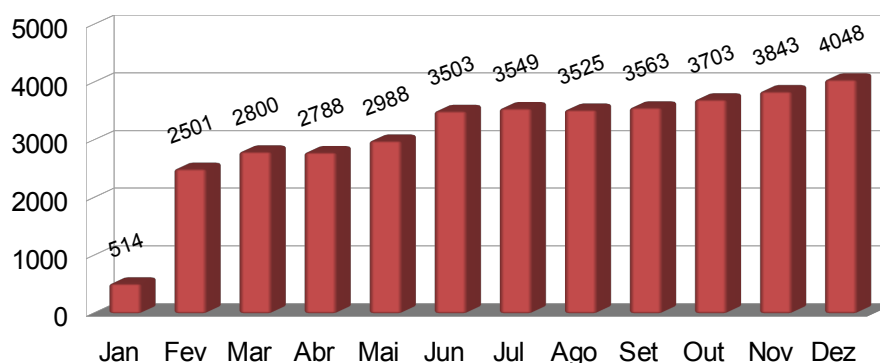


Ilustração 9: Gráfico – Alunos Beneficiados pela Assistência Estudantil

Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

É oportuno ressaltar que os alunos computados no gráfico acima receberam, pelo menos, um tipo de auxílio. Destacamos, no entanto, que existe a possibilidade de que o aluno receba mais de um tipo

de benefício no mesmo mês, tendo em vista que são ofertados seis tipos diferentes de auxílios dentro dos Programas Específicos. Desta forma, o número real de “Benefícios Concedidos” é bem superior ao de “Alunos Atendidos”. Isto se deve às situações de vulnerabilidade verificadas nas entrevistas sociais, realizadas durante o processo de seleção dos alunos contemplados pelos auxílios da Assistência Estudantil. Assim, os alunos podem demandar mais de um tipo de auxílio no mesmo mês, e a concessão se dará de acordo com a avaliação da equipe de serviço social.

Já no caso do Auxílio Monitoria, cuja seleção se dá por mérito, o aluno em vulnerabilidade pode ser beneficiado direta ou indiretamente (quando utiliza os serviços do monitor).

Tendo estes dados em consideração, observamos que o número real de benefícios concedidos no ano de 2012 foi 69.492, distribuídos conforme demonstram os gráficos abaixo.

Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi.

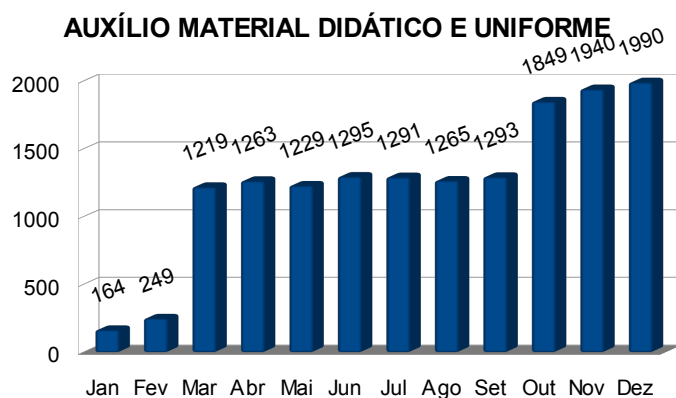


Ilustração 10: Gráfico – Auxílio Material Didático e Uniforme

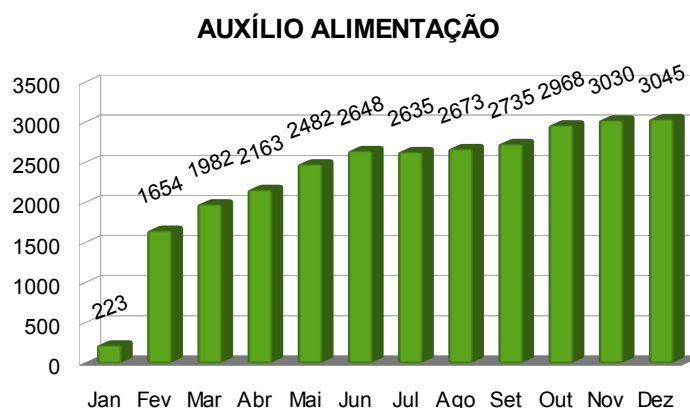
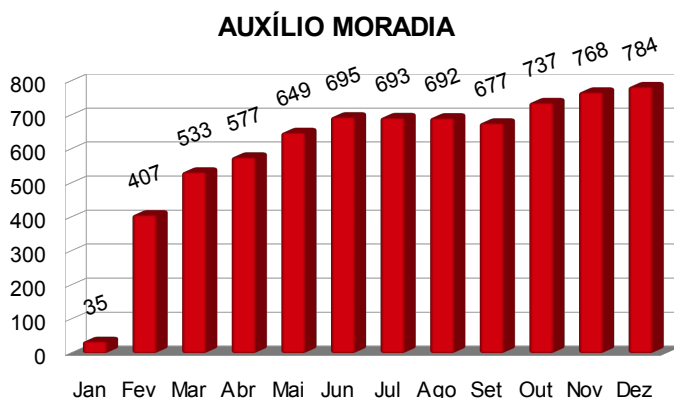


Ilustração 12: Gráfico – Auxílio Alimentação

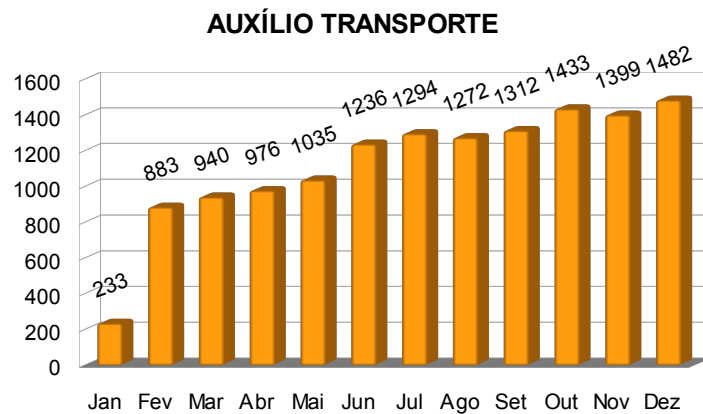


Ilustração 13: Gráfico – Auxílio Transporte

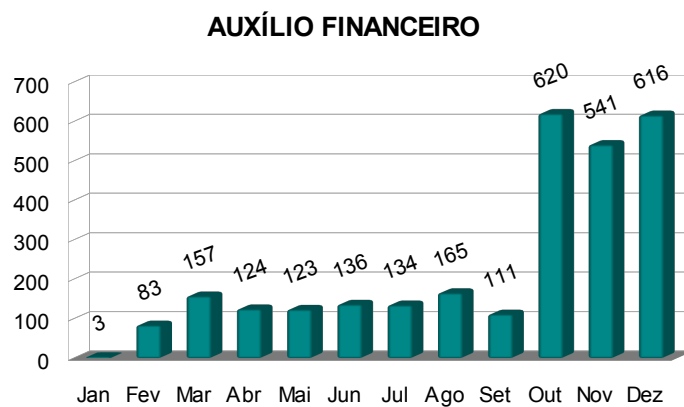


Ilustração 14: Gráfico – Auxílio Financeiro

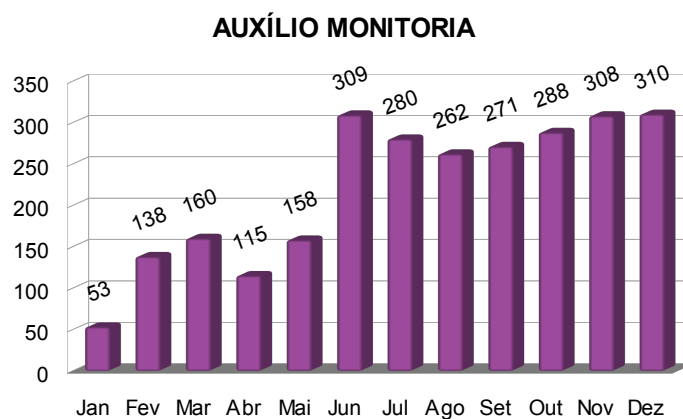


Ilustração 15: Gráfico – Auxílio Monitoria

Fonte: Assistência Estudantil dos campi.

A partir dos gráficos, é possível observar uma semelhança na distribuição mensal dos auxílios. A exceção Diferem deste “padrão” de distribuição os auxílios Financeiro e Monitoria, que possuem critérios específicos e formas de acesso diferenciadas. O Auxílio Financeiro visa o atendimento de estudantes que mesmo com as possibilidades de atendimento nos Programas de Atenção Primária, apresentam necessidades não contempladas, ou seja, casos omissos aos programas previstos na Política e que não se consegue solucionar com encaminhamentos às redes de apoio do município e do estado (ou não são pertinentes a elas). O acesso se dá por demanda espontânea, ou seja, o aluno procura o setor de Assistência Estudantil mediante a situação de necessidade, e o repasse tem caráter eventual.

Já o Auxílio Monitoria visa proporcionar o enriquecimento da aprendizagem, atendendo a dois segmentos de estudantes: aqueles que possuem um bom desempenho acadêmico e aqueles que necessitam de apoio em suas atividades acadêmicas. O acesso a este auxílio se dá por meio de editais específicos de seleção.

Para os demais auxílios, observamos que os menores valores e as maiores oscilações nos números de alunos atendidos se concentram nos primeiros meses do ano, o que se deve ao fato de que a Política de Assistência Estudantil, recém-regulamentada, estava em fase de implantação nos campi. Este momento inicial foi marcado pela mobilização e organização das equipes em torno da nova proposta de trabalho, bem como pela transição dos programas que eram implementados até 2011 para os novos, trazidos pela Política. Foram necessários momentos de discussão, avaliação e planejamento, além de todo um trabalho de divulgação e sensibilização da comunidade escolar, especialmente dos alunos, em relação aos objetivos e forma de acesso aos benefícios da Assistência Estudantil.

Vale destacar ainda que, no mês de janeiro, o período de férias/ recesso interferiu tanto no repasse de recursos (que ficou suspenso na maioria dos casos) como na organização dos processos de seleção (Auxílios Alimentação, Transporte, Moradia e Monitoria), cuja divulgação/ etapas seletivas ocorreram entre os meses de fevereiro e abril. Soma-se a isto o fato de que os calendários de grande parte dos campi encontravam-se atrasados por motivo de greve, postergando o início das atividades referentes ao ano letivo de 2012.

Já nos meses centrais, a tendência foi a de estabilização deste processo, com a consolidação dos processos de seleção e com o acompanhamento mais próximo dos alunos beneficiados. Por sua vez, os últimos 03 meses do ano registraram picos de atendimentos, uma vez que em muitos casos ocorreram novos processos de seleção para 2º semestre letivo, e os novos selecionados se somaram aos já anteriormente beneficiados. Além disso, foi possível observar que nos meses finais do ano ocorreu um movimento maior por parte das equipes no sentido de empregar a verba que não foi utilizada conforme o planejamento, e em alguns casos até mesmo de adiantar o pagamento dos dias letivos de janeiro (em função da greve), garantindo assim a permanência dos alunos na escola neste período.

A despeito da semelhança no padrão de distribuição dos benefícios no quesito “tempo”, observamos que a distribuição quanto à “demanda” revela disparidades, como é possível verificar no gráfico a seguir.

PROGRAMAS ESPECÍFICOS - ATENDIMENTOS POR TIPO DE AUXÍLIO

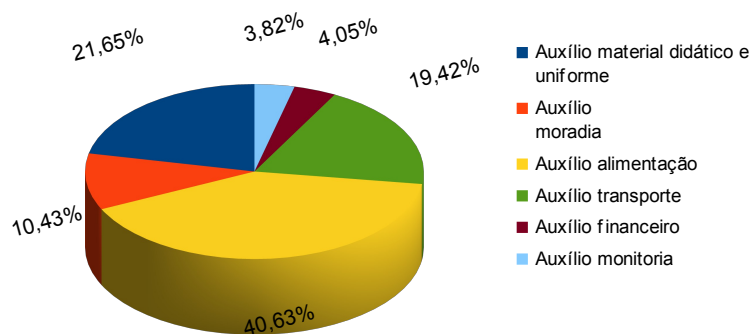


Ilustração 16: Gráfico – Programas Específicos – Atendimentos por Tipo de Auxílio

Fonte: Assistência

Estudantil dos campi.

A partir da realidade apresentada, podemos observar que no ano de 2012 a maior demanda por benefícios foi a de Auxílio Alimentação, seguido pelo Auxílio Material Didático e Uniforme e pelo Auxílio Transporte.

Analisando este quadro, é possível propor algumas explicações. O Auxílio Alimentação é de caráter diário, e atende a muitos alunos tanto dos cursos técnicos como de graduação, que por vezes necessitam se manter em período integral na escola (seja porque o curso é integral ou porque necessitam utilizar a biblioteca, fazer trabalhos, participar de grupos de estudos, atividades de pesquisa e extensão e até mesmo atendimentos com monitores). Atende também a alunos dos cursos noturnos, que em sua maioria são trabalhadores e estagiários, e seguem direto dos locais de trabalho para a escola. Nestes casos há a demanda de alimentação nos intervalos entre as atividades, a qual é sanada através do Auxílio Alimentação. Destacamos ainda que, nos campi agrícolas, todos os alunos dos cursos técnicos e parte dos alunos de graduação são atendidos com auxílio alimentação através dos refeitórios, custeados em parte com recursos da Assistência Estudantil e em parte com recursos de custeio do próprio campus.

O Auxílio Material Didático e uniforme atende principalmente à demanda gerada pela obrigatoriedade do uso do uniforme para os alunos dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, que em alguns campi são atendidos em sua totalidade com este benefício.

Já o Auxílio Transporte atende à demanda não só de deslocamentos locais, mas também de deslocamentos intermunicipais, uma vez que muitos campi recebem alunos de outros municípios e que fazem o trajeto residência X campus X residência diariamente, de tal forma que têm gastos elevados para se manterem estudando.

Acredita-se que o número de atendimentos por este auxílio só não é maior porque em alguns municípios há a realidade do transporte escolar custeado pelas prefeituras ou pelo Governo do Estado, como é o caso dos estudantes do Técnico Integrado dos campi da Grande Vitória, que recebem gratuidade no transporte público intermunicipal (Transcol).

Em regra geral, observa-se a repetição deste quadro para os diversos campi, mas há particularidades em relação a estes e aos demais auxílios, de tal forma que a distribuição dos benefícios apresenta características diferenciadas para cada campus, mais diretamente relacionadas à realidade específica dos alunos e do próprio campus, como é possível observar nos gráficos a seguir.

CAMPUS ARACRUZ - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

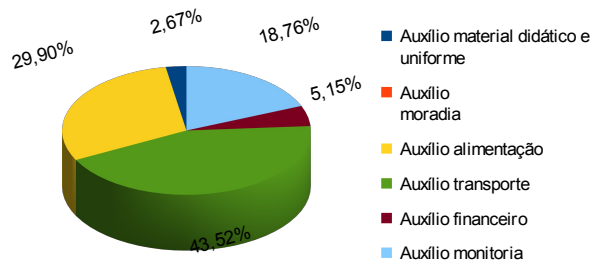


Ilustração 17: Gráfico – Campus Aracruz – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS DE ALEGRE - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

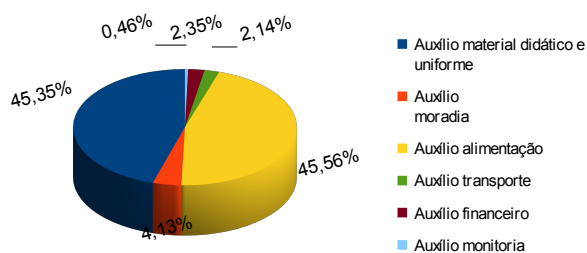


Ilustração 18: Gráfico – Campus de Alegre – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS CACHOEIRO - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

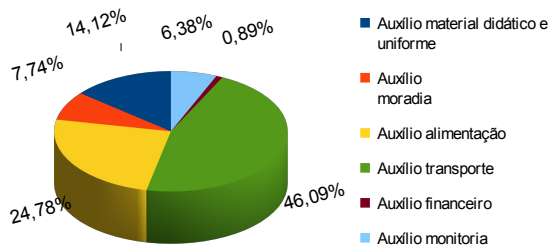


Ilustração 19: Gráfico – Campus Cachoeiro – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS CARIACICA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

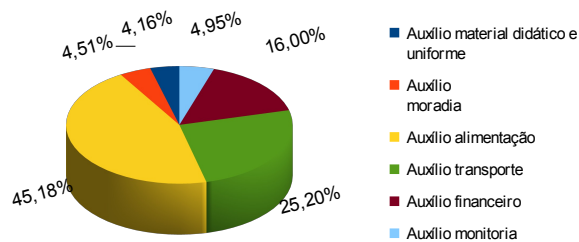


Ilustração 20: Gráfico – Campus Cariacica – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS COLATINA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

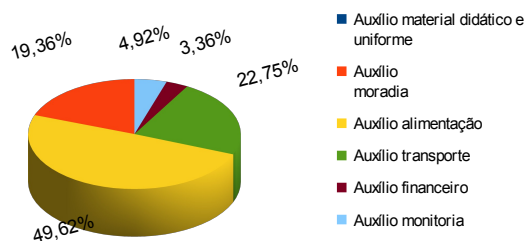


Ilustração 21: Gráfico – Campus Colatina – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS GUARAPARI - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

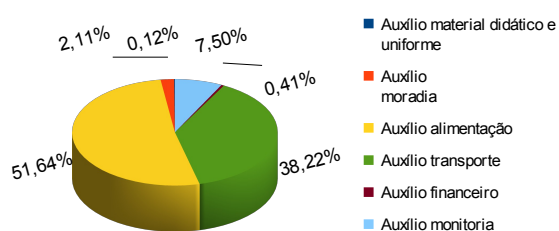


Ilustração 22: Gráfico – Campus Guarapari – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS IBATIBA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

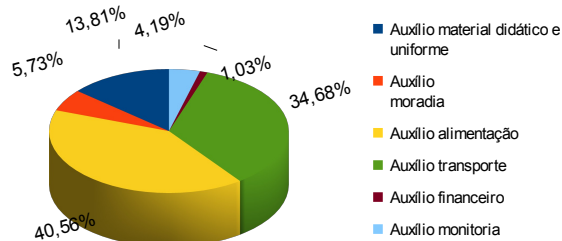


Ilustração 23: Gráfico – Campus Ibatiba – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS ITAPINA - DISTRIBUIÇÃO DE BENEFÍCIOS

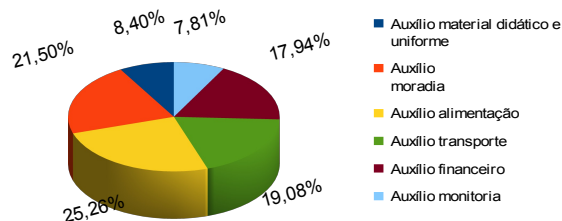


Ilustração 24: Gráfico – Campus Itapina – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS LINHARES - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

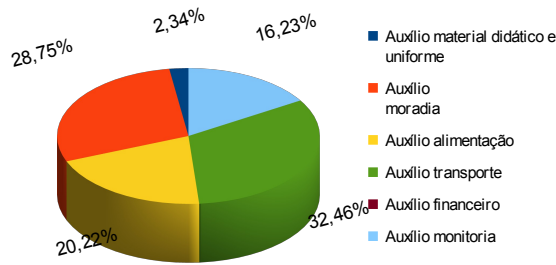


Ilustração 25: Gráfico – Campus Linhares – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS NOVA VENÉCIA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

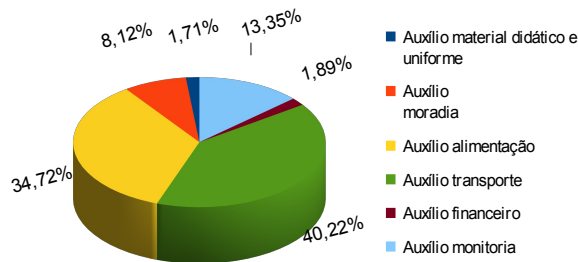


Ilustração 26: Gráfico – Campus Nova Venécia – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS PIÚMA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

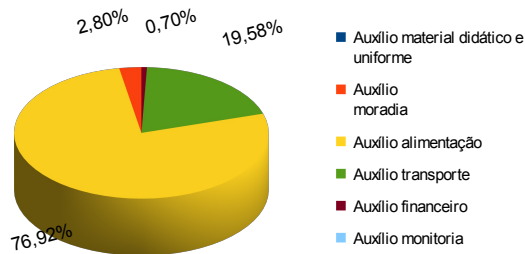
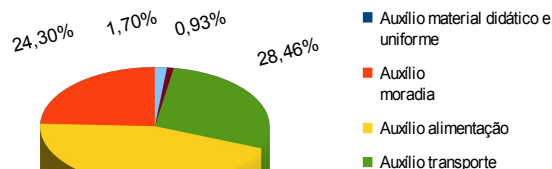


Ilustração 27: Gráfico – Campus Piúma – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS SANTA TERESA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS



CAMPUS SÃO MATEUS - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

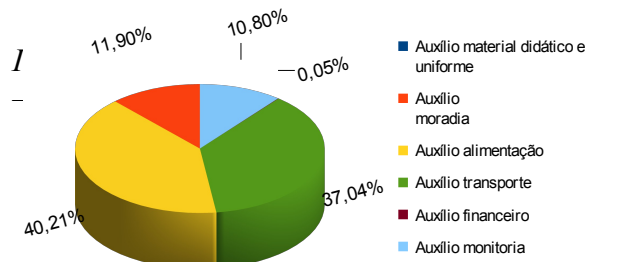


Ilustração 29: Gráfico – Campus São Mateus – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS SERRA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

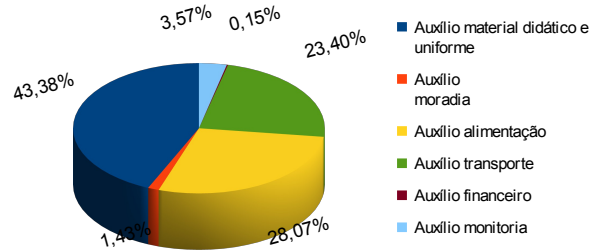


Ilustração 30: Gráfico – Campus Serra – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS VENDA NOVA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

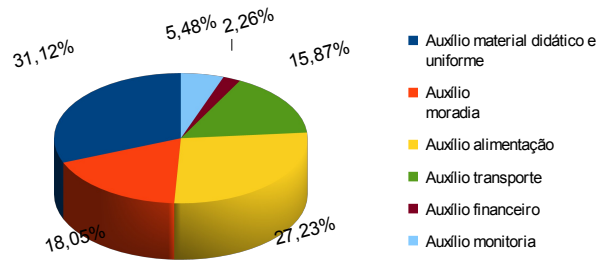


Ilustração 31: Gráfico – Campus Venda Nova – Distribuição dos Benefícios

CAMPUS VILA VELHA - DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS

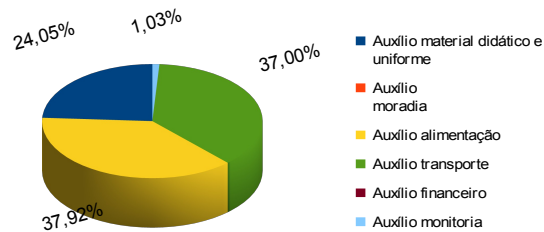


Ilustração 32: Gráfico – Campus Vila Velha – Distribuição dos Benefícios

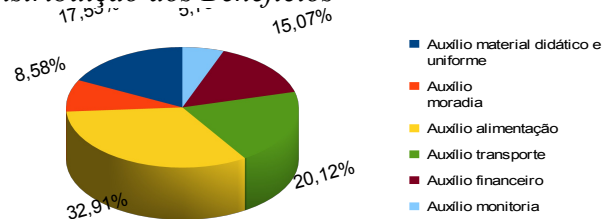


Ilustração 33: Gráfico – Campus Vitória – Distribuição dos Benefícios

Fonte: Assistência Estudantil dos campi.

A distribuição das despesas segue padrão semelhante, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

PROGRAMAS ESPECÍFICOS - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS

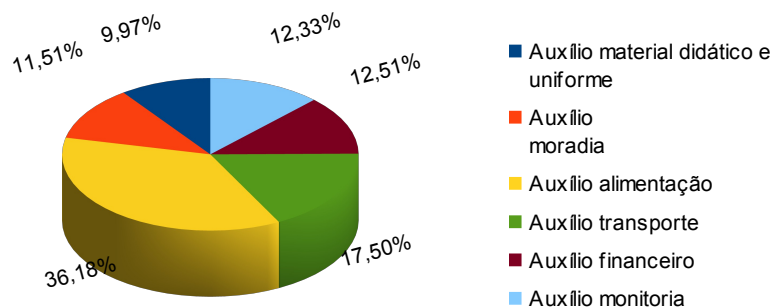


Ilustração 34: Gráfico – Programas Específicos – Distribuição das Despesas

Fonte: Assistência Estudantil dos campi.

Diante do exposto, ressaltamos que o total de alunos atendidos pelos Programas Específicos da Assistência Estudantil do Ifes no ano de 2012 foi de 4.522 alunos, o que representa um contingente de 24,52% do total de alunos matriculados (2012/1).

ALUNOS MATRICULADOS X ALUNOS BENEFICIADOS - 2012

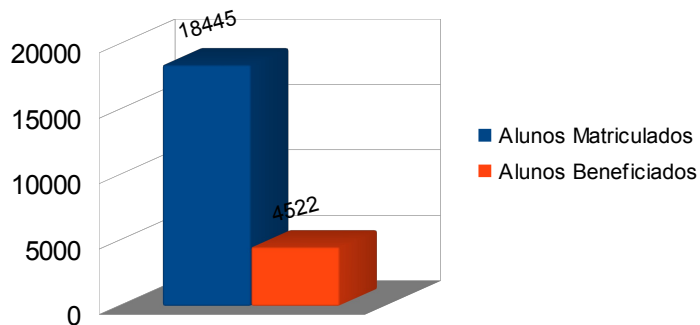


Ilustração 35: Gráfico – Alunos Matriculados X Alunos Beneficiados

Em geral, observa-se que a demanda por auxílios vai além do que tem sido atendido, porém alguns fatores têm dificultado a ampliação deste atendimento. Alguns campi não contam ainda com todos os profissionais da equipe de Assistência Estudantil, o que dificulta todo o processo de avaliação, seleção e acompanhamento dos alunos que pleiteiam os benefícios. Aliado a isso, alguns campi estão localizados em regiões cuja realidade socioeconômica é extremamente complicada, estando entre os piores IDH do estado.

Assim, faz-se necessário um investimento na composição das equipes mínimas de Assistência Estudantil, o que possibilitará um maior alcance da Política de Assistência Estudantil e um melhor acompanhamento dos alunos inseridos nos Programas. Além disso, é imprescindível que o planejamento da distribuição dos recursos considere cada vez mais as realidades específicas de cada campus, especialmente no que tange ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios e microrregiões em que se inserem.

A Política de Assistência Estudantil do Ifes, por sua recente criação e implementação, tem ainda muito a crescer, muito a fazer. Tem pela frente uma longa caminhada rumo à promoção da equidade de acesso, permanência e saída com sucesso dos alunos da Instituição, mas entendemos que já tem apresentado enormes avanços neste sentido, e acreditamos que o Ifes já tem dado os primeiros passos no desenvolvimento do potencial de promover o direito à educação daquelas pessoas antes marginalizadas socialmente e distanciadas de espaços escolares de qualidade, que possibilitem a construção de novos horizontes de vida.

15.7.2.3 Programas Universais

Entende-se por Programas Universais aqueles que são acessíveis a toda comunidade discente, com objetivo de favorecer o desenvolvimento integral dos alunos. São eles: Programa de Incentivo a Atividades Culturais e de Lazer; Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial; Programa de Ações Educativas/ Formação para Cidadania; e Programa de Atenção Biopsicossocial.

Tais programas têm como foco promover a inclusão social e a formação cidadã, orientando os alunos quanto aos seus direitos, deveres e proporcionando debates com o objetivo de ampliar o arcabouço teórico dos discentes em temas relevantes para sua educação e participação cidadã, visando o rompimento de discriminações, indiferenças e preconceitos, além de promover a construção de uma cultura de cuidado de si e do outro na dimensão biopsicossocial.

No ano de 2012, foram realizadas atividades relacionadas aos 04 eixos programáticos, conforme traz o gráfico a seguir.

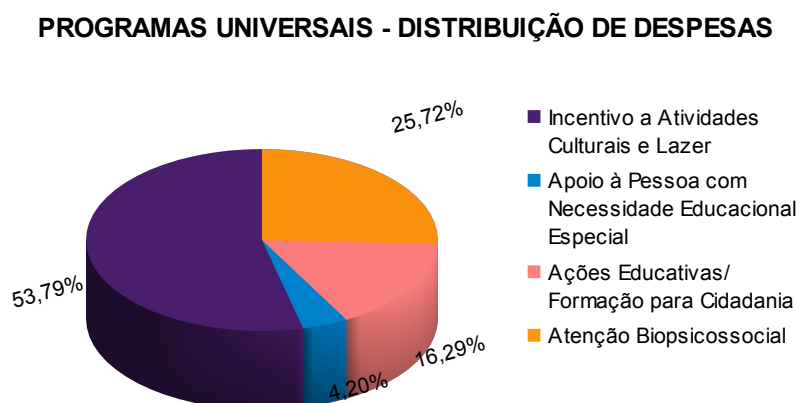


Ilustração 36: Gráfico – Programas Universais – Distribuição de Despesas

Fonte: Assistência Estudantil dos campi.

Destacamos que, em sua maioria, os projetos desenvolvidos foram propostos no âmbito do Programa “Incentivo a Atividades Culturais e Lazer”, que em grande parte vieram a se articular com demandas e atividades já realizadas nos campi, como a “Comemoração do Dia do Estudante”, “Ifes na Praia”, “Festa Junina/ Julina”, “Jogos Estudantis do Ifes”. Outras propostas também foram implementadas, não só neste âmbito, mas também no âmbito das “Ações Educativas/ Formação para Cidadania”, como contribuições para as “Semanas de Educação para a Vida”, “Gincanas Solidárias”.

Ressaltamos ainda que, no que se refere ao “Programa de Apoio à Pessoa com Necessidade Educacional Especial”, é possível destinar recursos para atender a demandas outras como aquisição de material de apoio assistivo a alunos com necessidades específicas e organização de eventos e palestras com foco na educação inclusiva.

No contexto do “Programa de Atenção Biopsicossocial”, foram desenvolvidas de forma contínua ações como: acompanhamento psicológico, orientação e acompanhamento social, educação preventiva, atendimento ambulatorial, primeiros socorros e outros, além ações educativas relacionadas a temáticas como “Imunização”, “Combate ao Diabetes”, “Educação Nutricional”, este último implementado pela Nutricionista da Pró-reitoria de Ensino do Ifes em parceria com as equipes de Assistência Estudantil dos campi. Nos campi agrícolas, destacamos também a realização de acompanhamento médico e odontológico dos alunos, uma vez que estes campi contam com os profissionais das referidas áreas.

Diversos outros projetos foram construídos, mas não implementados, principalmente devido a dificuldades na compreensão e elaboração dos termos orçamentários, pois não se tinha clareza em relação às possibilidades de utilização dos recursos para viabilização dos projetos.

Em que pesem os impasses em relação às questões burocráticas, identificamos muitas possibilidades a serem desenvolvidas com os Programas Universais da Política de Assistência Estudantil e acreditamos ser este um excelente caminho para se atingir a toda comunidade discente com ações que beneficiem o processo de aprendizagem e também o desenvolvimento integral dos alunos.

15.7.2.4 Necessidades Especiais

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específica – Napne é o setor de referência para a articulação de ações voltadas ao acompanhamento e atendimento especializado de alunos com necessidades educacionais especiais. Tem como objetivo principal criar na instituição a cultura da “educação para a convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, atitudinais, programáticas, instrumentais, metodológicas e comunicacionais.

Os Napne’s do Ifes foram constituídos gradativamente desde 2006, sendo que durante o ano de 2012 chegou-se à consolidação de todos os 17 Núcleos, 01 em cada campus. Desde a sua constituição, cada Napne tem buscado desenvolver suas atribuições e promover, assim, o atendimento às demandas dos alunos e da comunidade escolar com relação à educação inclusiva.

No ano de 2012, os Napne's do Ifes identificaram 34 alunos com necessidades especiais – deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação –, conforme apresentado no gráfico abaixo:

ALUNOS POR TIPO DE NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL

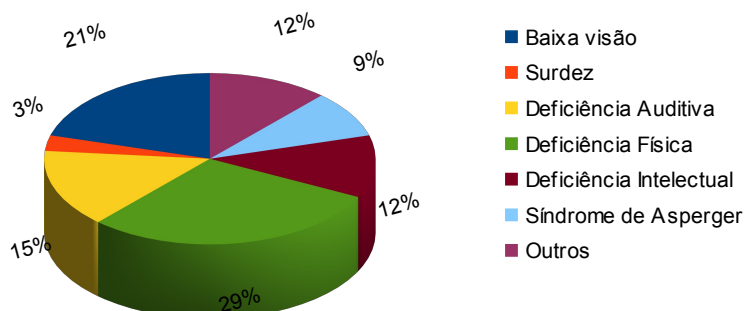


Ilustração 37: Gráfico – Programas Universais – Distribuição de Despesas

Fonte: Napne's dos campi.

Diante do exposto, ressaltamos a importância do trabalho das equipes, cujos profissionais, ainda que em número reduzido e muitas vezes sem formação específica, empreenderam esforços no sentido de promover a inclusão de fato dos alunos com necessidades especiais no Ifes, procurando garantir-lhes os recursos e as adequações necessárias à viabilização de seu desenvolvimento educacional.

Em 2012, os Napne's do Ifes contaram com alguns recursos de Tecnologia Assistiva, conforme apresenta a Tabela 2. Destacamos que estes recursos são fundamentais no atendimento da maioria dos alunos com necessidades especiais, no entanto ainda são insuficientes para a demanda atual.

Tabela 80: Recursos de Tecnologia Assistiva Disponíveis às Pessoas com Deficiência

Recursos de Tecnologia Assistiva Disponíveis às Pessoas com Deficiência					
Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade	Tipo	Quantidade
Material em Braille	14	Material em formato Impresso em caráter ampliado	0	Material em áudio	0
Material pedagógico tátil	0	Recursos de informática acessível	06	Inserção da disciplina de língua brasileira de sinais no curso	Todas as licenciaturas
Tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais	01	Material didático em formato impresso acessível	12	Guia-Intérprete	0
Recursos de acessibilidade à comunicação	06	Material didático em língua brasileira de sinais	01	Material didático digital acessível	0
				Outros	01

Além do atendimento aos alunos com necessidades especiais, as equipes dos Napne's desenvolveram trabalhos de sensibilização, através de encontros, palestras e seminários com a temática da inclusão, divulgação do Napne junto à comunidade escolar.

Buscando contribuir com os esforços das equipes dos Napne's, a Pró-reitoria de Ensino propôs a implementação do Projeto "Ifes Acessível", desenvolvido pela Comissão Permanente de Acessibilidade do Ifes, e que tem como objetivo contribuir na implantação da acessibilidade arquitetônica nos campi do Ifes, de forma plena, integrada e padronizada, fazendo com que a Instituição transforme-se em modelo para práticas inclusivas nessa área.

15.7.2.5 - Reserva de Vagas

No ano de 2012, o Ifes trabalhou com Reserva de Vagas apenas para os cursos de graduação, sendo 50% delas direcionadas a alunos provenientes de escolas públicas, conforme Resolução nº47/2011 do Conselho Superior do Ifes, de 13 de setembro de 2011. Desta forma, no ano de 2012 houve o ingresso de 562 alunos, por meio de Ação Afirmativa, nos cursos de graduação do Ifes.

Tabela 81: Reserva de Vagas

Programa de Reserva de Vagas			
Programa	Sim/ Não	Quantidade Beneficiada	Base legal
Étnico	Não	-	-
Pessoas com Necessidades Especiais	Não	-	-
Estudantes procedentes de Escola Pública	Sim	562	Resolução CS nº47/2011
Socioeconômico	Não	-	-
Outros	Não	-	-

Fonte de dados: Assistência Estudantil dos campi e Pró-reitoria de Ensino.

Ressaltamos que para os demais níveis de ensino e para as demais modalidades acima referidas, não havia base legal que regulamentasse a reserva de vagas.

15.8 INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

15.8.1 Quantidade De Servidores Capacitados

Com os dados apresentados, percebe-se que o Instituto continua a investir na capacitação dos servidores efetivos. Foram consideradas apenas as capacitações realizadas externamente.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de docentes capacitados/ Total de docentes efetivos
- Somatório de técnico-administrativo capacitados/ Total de Técnico-administrativo

Neste item, o Campus Colatina não apresentou as informações.

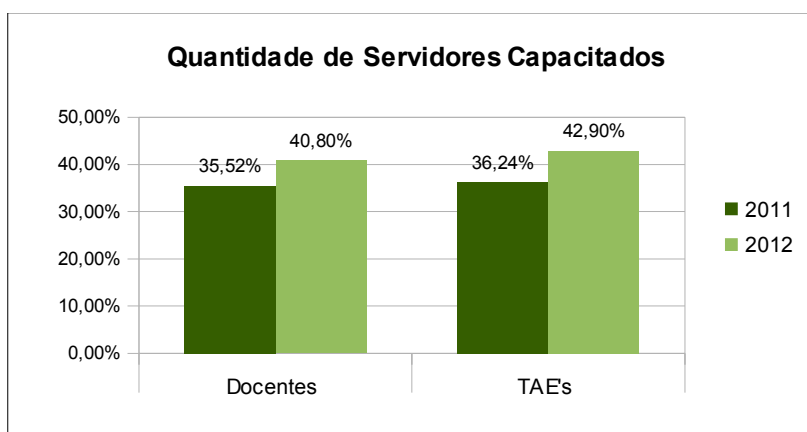


Ilustração 38: Gráfico - Quantidade de Servidores Capacitados

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

15.8.2 Carga Horária Média De Capacitação

Em média, para o ano de 2012 o Docente capacitado recebeu 33,19 horas aprimoramento e o de Técnico-administrativo capacitado recebeu 62,44 horas.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de carga horária de docentes capacitados/ Total de docentes efetivos capacitados.

- Somatório de carga horária técnico-administrativo capacitados/ Total de Técnico-administrativo capacitados.

Neste item, o Campus Colatina e Venda Nova do Imigrante não apresentou as informações e Campus Itapina não informou carga horaria de 2011.

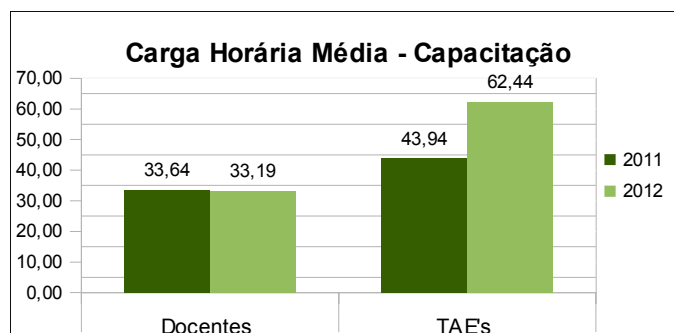


Ilustração 39: Gráfico - Carga Horária Média de Capacitação

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

15.8.3 Valor Médio Por Capacitação

Em média, cada capacitação em 2011 custou 945,31 reais para docentes e 1307,63 reais para Técnico-administrativo.

As despesas são as com inscrição, passagens, diárias e outros que o Campus poderia ter realizado.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de despesas com capacitação/ Total de servidores capacitados

Neste item, o Campus Colatina não apresentou as informações e o Campus Vitória deixou de informar despesas com capacitação.

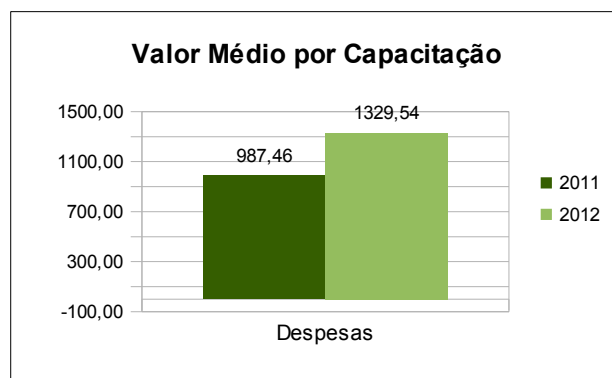


Ilustração 40: Gráfico - Valor Médio por Capacitação

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

15.8.4 Titulação

A titulação dos Docentes vem sendo aprimorada e percebe-se que os níveis de mestrado e doutorado estão na preferência. Já o quadro técnico-administrativo vem sofrendo aumento de qualificação através das especializações. No ano de 2012 o Instituto passou a possuir 3 técnico-administrativo com Doutorado enquanto no ano de 2011 existiam 2. A porcentagem pequena no ano de 2012 é devido ao aumento na quantidade do quadro de pessoal.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

-Docentes efetivos e substitutos por nível de escolaridade/ Total de docentes efetivos e substitutos.

-Técnico-administrativos por nível de escolaridade/ Total de Técnico-administrativo .

Neste item, o Campus Vitória não apresentou as informações de titulação de docentes do ano de 2012. Colatina não apresentou informações sobre titulação dos Técnico-administrativos referentes ao ano de 2012.

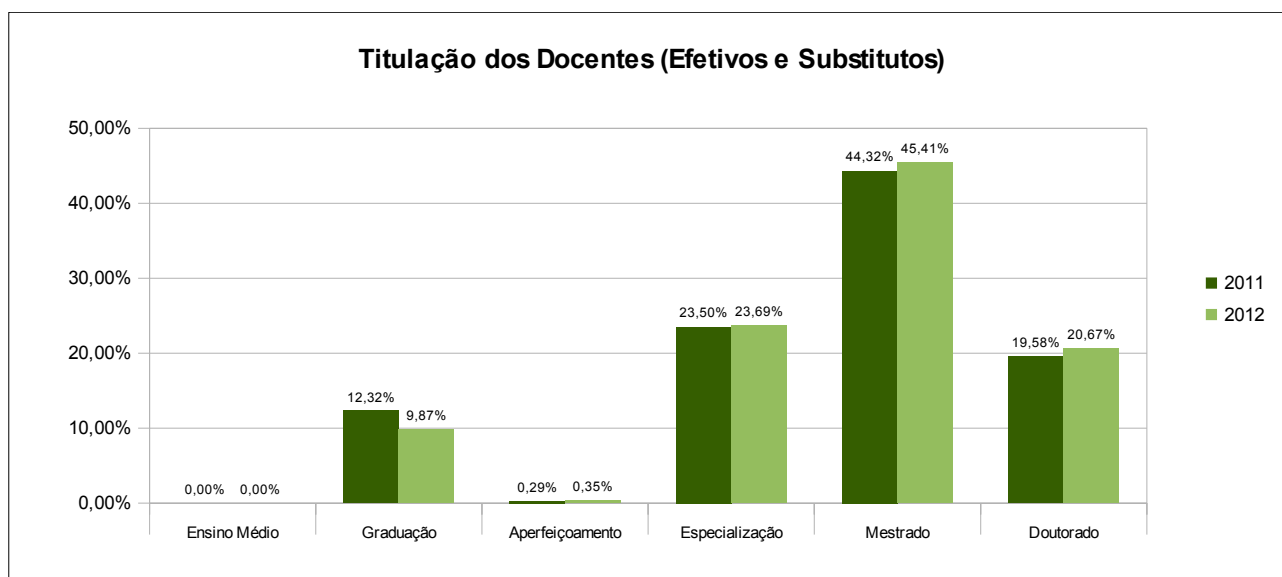


Ilustração 41: Gráfico - Titulação dos Docentes

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

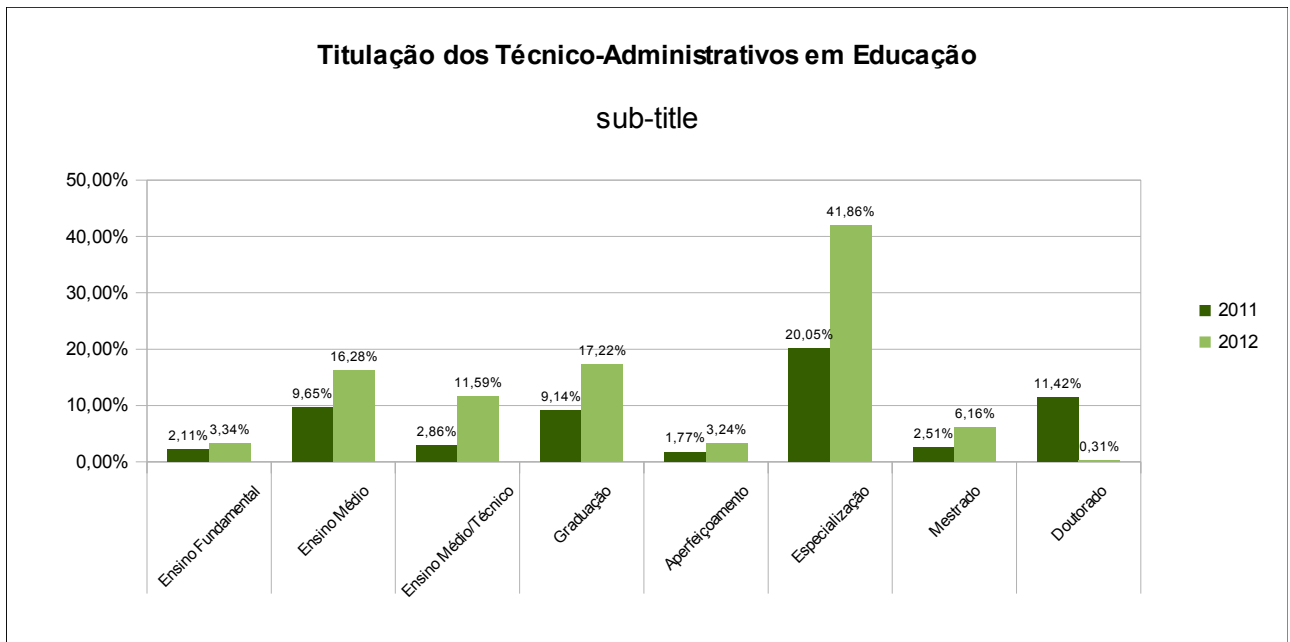


Ilustração 42: Gráfico - Titulação dos Técnico-Administrativos em Educação

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

15.8.5 Carga Horária De Trabalho

A carga horária dos docentes está concentrada em 40 horas com dedicação exclusiva e dos técnico-administrativos em 40 horas semanais.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Docentes efetivos e substitutos por regime de trabalho/ Total de docentes efetivos e substitutos.
- Técnico-administrativos por regime de trabalho/ Total de Técnico-administrativo .

O Campus Colatina não apresentou as informações de 2012.

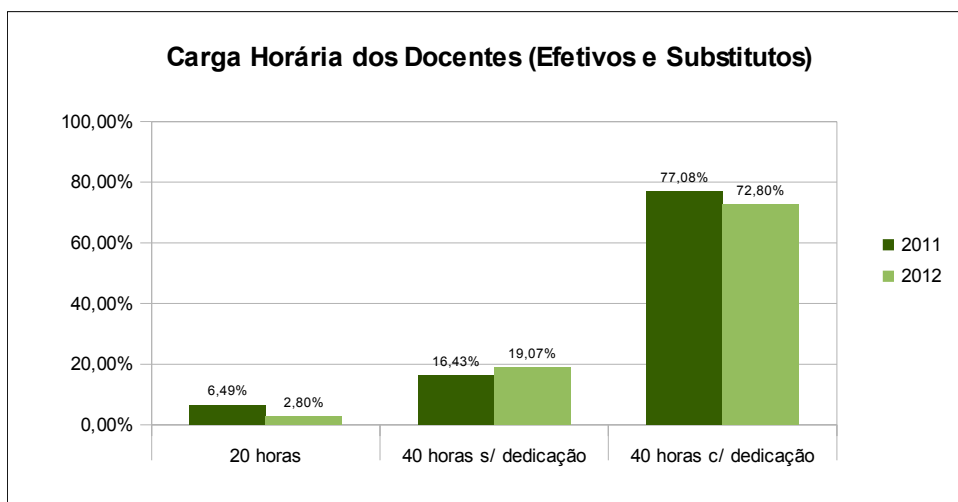


Ilustração 43: Gráfico - Carga Horária - Docentes

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

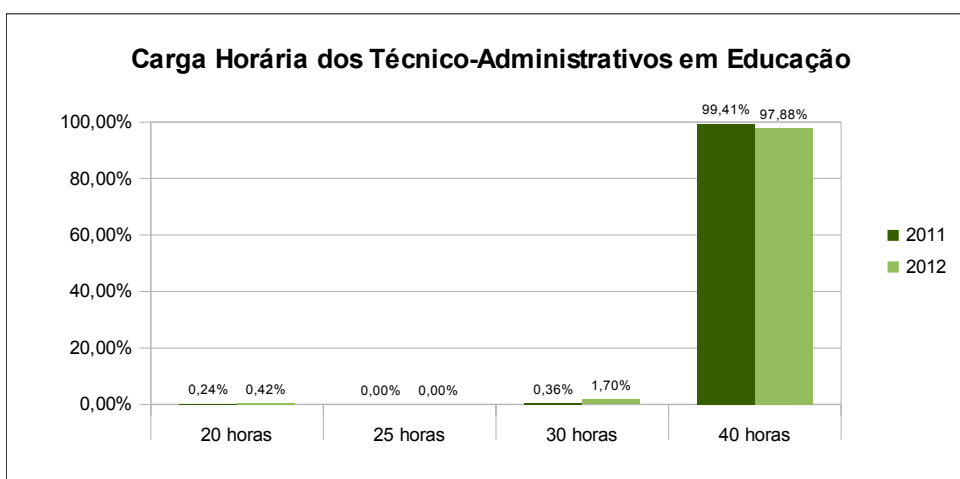


Ilustração 44: Gráfico - Carga Horária - Técnico-Administrativos em Educação

Fonte: Relatório de gestão dos

Campi

15.8.6 Nível De Classificação Dos Técnicos Administrativos Em Educação

No Instituto os Técnico-administrativos são em sua maioria do nível de classificação D. Comparando os dados de 2011 com os dados de 2012, pode-se inferir que no ano de 2011 o número de servidores ingressantes foi maior que em 2012.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Técnico-administrativos por nível de classificação/ Total de Técnico-administrativo .

O Campus Colatina não apresentou as informações de 2012.

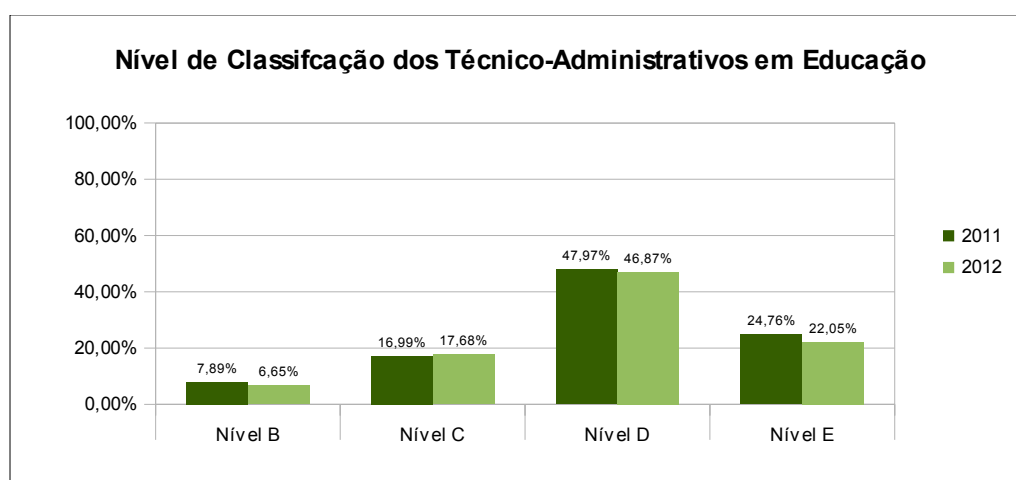


Ilustração 45: Gráfico - Nível de Classificação dos Técnico-Administrativos em Educação

Fonte: Relatório de gestão dos Campi.

15.8.7 Outras Informações

Sobre a movimentação de servidores no ano de 2012, tem-se o seguinte:

- 18,49% equivale a porcentagem de docentes ingressantes por concurso no ano de 2012 em relação ao total de docentes até 2012.

- 19,27% equivale a porcentagem de Técnico-administrativos ingressantes por concurso no ano de 2012 em relação ao total de docentes até 2012.

- Sobre as remoções caracterizadas como saída do Campus, observou-se 33,06% dos Docentes removidos a pedido, a critério da Administração em 2012 em relação ao total de remoções do ano. Enquanto que para os Técnico-administrativos a porcentagem é de 42,74%. Já as remoções caracterizadas como entrada no Campus, 46,60% são de Docentes 35,92% são de Técnico-administrativos sendo a remoções caracterizadas pelo mesmo motivo anterior.

- Quanto aos afastamentos, 77,32% dos docentes afastados foram pelo motivo de participação em programa de pós-graduação no País . Enquanto que para Técnico-administrativos a porcentagem foi de 21,88%.

Esses foram os dados mais relevantes encontrados nos Relatórios de Gestão do exercício de 2012 dos Campi, sendo que Colatina e Guarapari não estão contemplados visto que não apresentaram tais informações.

15.9 INDICADORES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES SOBRE INFRAESTRUTURA

15.9.1 Despesas Correntes E De Capital

Com os dados apresentados pelos Campi é possível perceber que ocorreu maior despesa corrente no ano de 2011 em relação ao ano de 2012. Para as Despesas de Capital os valores foram superiores em 2012 se comparado ao ano de 2011.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Somatório de Despesas Correntes/ Total de despesas
- Somatório de Despesas de Capital/ Total de despesas

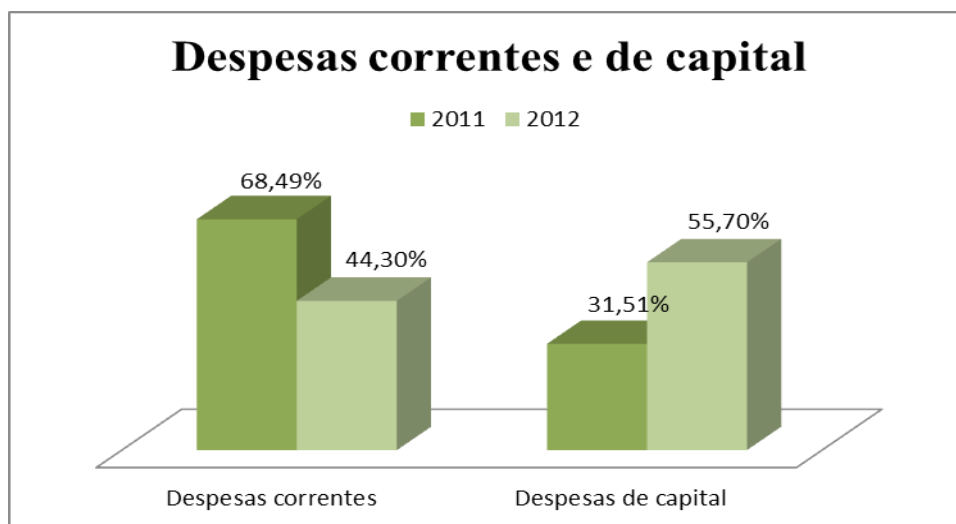


Ilustração 46: Gráfico - Despesas correntes e de capital

Fonte: Relatório de gestão dos Campi.

15.9.2 Bens Móveis E Imóveis

Sobre os valores destinados a recursos visando o desenvolvimento do Instituto, é possível inferir que no ano de 2011 a destinação dos recursos foi maior para Bens Móveis, enquanto que em 2012 sua destinação prevaleceu sobre Bens Imóveis.

Para a apresentação deste indicador foram realizados os seguintes cálculos:

- Despesas com Bens Móveis/ Total de despesas com bens móveis e imóveis.
- Despesas com Bens Imóveis/ Total de despesas com bens móveis e imóveis.

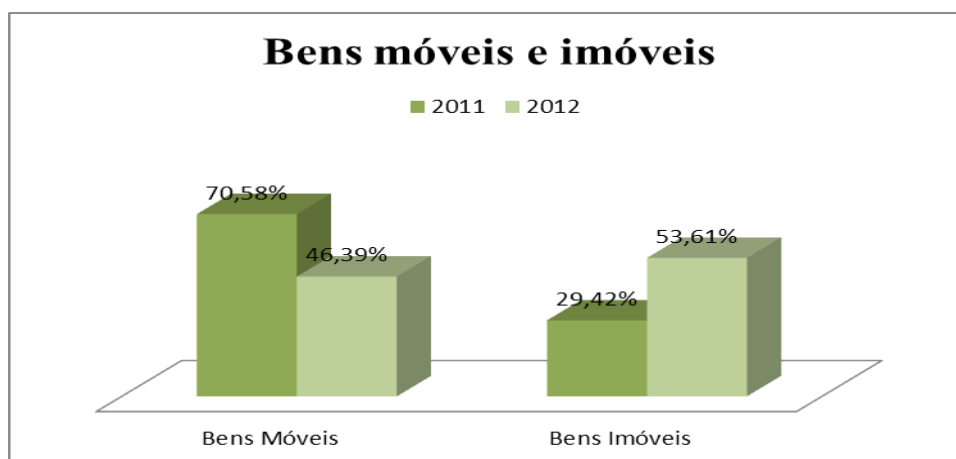


Ilustração 47: Gráfico - Bens móveis e imóveis

15.9.3 Informações De Infraestrutura

15.9.3.1 Ocupação do Terreno do Campus

O quadro abaixo contempla de forma resumida a ocupação do terreno e espaço construído .

Tabela 82: Ocupação do Terreno do Campus

Campus	Ocupação do terreno			Tipo de Área construída		
	Área Total do Terreno	Área Ocupada por Construção	Área sem Ocupação	Área construída coberta	Área construída descoberta	Total
Alegre	3.263.000,00	65.709,63	55.356,35	29.955,81	35.753,82	65.709,63
Aracruz	29.321,00	4.223,00	25.098,00	4.223,00	0,00	4.223,00
Cachoeiro de Itapemirim	100.000,00	27.600,00	72.400,00	10.000,00	17.600,00	27.600,00
Cariacica	65.000,00	45.485,00	19.515,00	15.920,00	29.565,00	45.485,00
Colatina	52.320,00	11.884,00	40.436,00	11.884,00	0,00	11.884,00
Guarapari	43.000,00	3.200,00	39.800,00	3.200,00	0,00	3.200,00
Ibatiba	23.275,00	3.900,60	19.375,00	3.900,60	0,00	3.900,60
Itapina	2.959.108,73	46.077,90	2.913.030,83	29.344,90	16.733,00	46.077,90
Linhares	48.195,00	7.365,50	40.829,50	5.526,87	1.838,63	7.365,50
Nova Venécia	56.605,81	10.619,16	45.986,65	7.611,16	3.008,00	10.619,16
Piúma	19.959,73	11.158,00	8.801,73	6.973,00	4.185,00	11.158,00
Santa Teresa	6.298.300,00	29.774,57	303,40	29.774,57	296,63	30.071,20
São Mateus	121.643,00	7.444,00	114.199,00	2.569,00	4.875,00	7.444,00
Serra	150.000,00	19.000,00	131.000,00	9.000,00	10.000,00	19.000,00
Venda Nova do Imigrante	37.423,22	9.359,44	28.063,78	9.359,44	0,00	9.359,44
Vila Velha	54.517,33	3.770,32	50.747,01	3.397,27	373,05	3.770,32
Vitória	61.496,68	55.916,70	5.579,98	51.763,77	4.152,93	55.916,70
Total	13.383.165,50	362.487,82	3.610.522,23	234.403,39	128.381,06	362.784,45

Fonte: Relatório de gestão dos Campi

A área construída em sua maioria está contemplando salas de aula, laboratórios, áreas para planejamento dos docentes, biblioteca, dependências par assistência médica e odontológica e, também, psicológica.

15.9.3.2 Ocupação da área construída

Sobre a área destinada a esportes, verificou-se que 30% das unidades possuem quadra de esportes coberta, 17% dos Campi possuem quadra de esportes descoberta, 23% possuem ginásio poliesportivo e 30% possuem Campo de Futebol. Quanto as ocupações contempladas por laboratórios, 58,82% dos Campi possuem dependências para a área de ciências exatas e da terra, 52,94% para a área de ciências biológicas, 41,18% para a área de engenharia e 82,35% das unidades tem em sua infraestrutura laboratórios para informática.

Tabela 83: Ocupação da área construída

Campus	Área de salas de aula teórica	Área de laboratório	Área de biblioteca	Área de apoio pedagógico	Área de atendimento médico/ enfermagem	Área para serviços de apoio	Área para atividades administrativas	Área esportiva	Auditório	Outras áreas construídas
Alegre	3.893,21	771,08	512,25	191,76	111,50	0,00	336,93	3.023,58	794,10	56.075,22
Aracruz	850,00	696,00	80,00	95,00	21,00	40,00	200,00	0,00	0,00	2.241,00
Cachoeiro de Itapemirim	700,00	3.124,00	355,00	444,00	44,00	1.281,00	477,00	0,00	135,00	21.040,00
Cariacica	1.039,00	1.420,00	918,00	116,00	19,00	159,00	700,00	1.475,00	0,00	39.639,00
Colatina	645,00	1.515,00	389,00	648,00	0,00	1.097,00	514,00	3.744,00	0,00	3.332,00
Guarapari	631,99	691,24	132,67	77,21	8,45	24,66	164,04	0,00	0,00	1.469,74
Ibatiba	500,00	359,60	124,66	100,00	30,00	260,00	500,00	0,00	110,00	1.916,34
Itapina	1.925,00	933,90	300,00	6.154,00	92,86	1.228,89	5.019,32	4.240,75	0,00	26.183,18
Linhares	1.401,58	995,12	320,48	127,62	14,02	261,28	315,25	1.704,58	0,00	386,94
Nova Venécia	628,61	1.148,45	203,24	62,50	28,39	28,18	230,61	3.990,49	0,00	4.298,53
Piúma	1.134,00	976,00	337,00	782,00	19,00	446,00	625,00	1.176,00	375,00	5.288,00
Santa Teresa	1.656,77	996,78	511,19	1.194,38	60,00	2.525,38	549,53	13.551,00	368,00	8.658,17
São Mateus	336,73	866,95	115,10	37,13	30,11	19,28	286,58	0,00	0,00	5.752,12
Serra	980,00	1.280,00	332,00	120,00	90,00	900,00	1.500,00	0,00	130,00	13.668,00
Venda Nova do Imigrante	4.282,04	1.445,02	343,90	1.027,06	58,50	494,17	590,91	58,50	649,32	410,02
Vila Velha	436,98	606,90	98,10	241,12	17,40	54,48	432,23	0,00	0,00	1.883,11
Vitória	3.240,80	4.729,43	1.237,08	3.059,77	120,00	39,90	7.207,55	12.702,72	892,79	22.686,66

Fonte: Relatório de gestão dos Campi.

15.10 INFORMAÇÕES SOBRE ACERVO BIBLIOGRÁFICO

Tabela 84: Acervo Bibliográfico

Campus	Aquisições em 2012		Total até 2012	
	Títulos	Exemplares	Títulos	Exemplares
Alegre	368	1226	6442	14936
Aracruz	517	1520	1080	4129
Cachoeiro de Itapemirim	427	2469	2425	10168
Cariacica	519	2289	1487	7128
Colatina	233	1623	4686	14283
Guarapari	432	3336	552	4767
Ibatiba	643	1661	643	1661
Itapina	182	1148	4239	9844
Linhares	650	901	1134	4340
Nova Venécia	136	596	1289	4827
Piúma	539	1479	539	1479
Santa Teresa	235	879	1942	7186
São Mateus	180	1101	2566	7557
Serra	234	1251	2792	9168
Venda Nova do Imigrante	0	0	0	1634
Vila Velha	480	2490	550	2644
Vitória	831	2732	15977	47424
Total	6606	26701	48343	153175

Fonte: Relatório de gestão dos Campi.

15.10.1 Estrutura Das Bibliotecas

Sobre a estrutura das bibliotecas e o seu atendimento junto aos diversos usuários, os seguintes itens são destacados:

- Todas as bibliotecas do Instituto possuem catálogo online de serviço público;
- 11 das 17 unidades possuem em suas bibliotecas acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- 70,59% possuem acesso a rede wireless;
- 8 das 17 unidades possuem hemeroteca;
- Tem-se uma média de 2 bibliotecários (profissionais) por unidade;
- No ano, foram realizadas 115.430 empréstimos domiciliares;
- No exercício de 2012 ocorreram 194 empréstimos entre as bibliotecas;
- 64,71% das unidades efetuaram treinamentos em programas de capacitação junto aos usuários;
- 14 das 17 unidades tem acesso ao portal capes de periódicos.

Importante destacar que os dados são provenientes do Relatório de Gestão do exercício de 2012 encaminhado pelos Campi.